

TERRITÓRIO

CANTU QUIRI GUAÇU PARANÁ



PLANO SAFRA TERRITORIAL 2010-2013

Coordenação: Núcleo Dirigente do CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu

- João Costa de Oliveira - Coordenador
- Valter Israel da Silva - Secretário
- Alaercio Geremia – Vice Coordenador
- Ivania F. F. Nascimento – Vice Secretária

Realização: Fundação RURECO

Assessoria, qualificação:

- Sandra König (Consultora rureco)

Revisão e formatação Final:

- Sandra König e Ezequiel Metzger (Rureco)

Orientação, supervisão, moderação e relatoria dos eventos: Jorge Augusto Schanuel (Consultor Rureco) e Telcio Leovino Nunes da Silveira (Consultor Rureco).

Grupos de Trabalho:

• GT-Acompanhamento:

- João Costa de Oliveira (Condetec)
- Valter Israel da Silva (MPA)
- Daniel Cordeiro Vieira (CEAGRO)
- João Maria de Andrades (UNIOESTE)
- Suzanna Zugler (UFFS)
- Altair Savoldi Wrublak (Câmara Setorial Agricultura)
- Hélio Zanovello (Câmara Setorial Agricultura)
- Cleusa F. Gowaki (EMATER)

• GT- Finalização:

- João Costa de Oliveira
- Daniel Cordeiro Vieira
- Altair Savoldi Wrublak
- Hélio Zanovello
- Cleusa F. Gowaki
- Suzanna Zugler
- Jorge de Jesus Lopes (FETRAFE)
- Jucelio Baier do Amaral (MPA)
- João Maria de Andrades
- Clóvis A. T. da Silva (TRACTBEL)
- Vilmar Rochi (Vereador P. Barreiro)
- Osair Wrublak (Rede colegiado)
- Leonardo P. Xavier (CEAGRO)
- Daniela Ragazzon (EMATER)
- Everson de Oliveira (MPA)

Apoio: *SDT/MDA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário Projeto “Apoio ao processo de fortalecimento da Gestão Social através da comercialização dos produtos da agricultura familiar” - MDA – PRONAT – COOPERATIVISMO – Contrato de Repasse 0278755-99\08 da Caixa Econômica Federal.*

Laranjeiras do Sul, abril de 2011

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram das etapas de elaboração do Plano Safra Territorial Cantuquiriguaçu – PST, principalmente aos agricultores familiares camponeses.

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO: DO PLANO SAFRA TERRITORIAL CANTUQUIRIGUAÇU 2010/11 A 2012/13	6
1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Objetivo Geral	13
2. COMPOSIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU	16
2.1. Composição e Contextualização.....	16
2.2. Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar Camponesa.....	24
2.2.1. Sistemas de criação	25
2.2.2. Sistemas de cultivo	26
2.3. Cadeias Produtivas Prioritárias do Território	29
2.3.1. Caracterização das Cadeias Produtivas Prioritárias.....	31
3. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	33
3.1. Projetos Financiados.....	33
3.2. Crédito - PRONAF.....	36
3.2.1 Grupo Focal – Agricultores com dificuldades de pagamento de financiamentos.....	42
3.3. Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar Camponesa.....	46
3.3.1. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.....	46
3.3.2. Feiras Livres.....	51
3.3.3. Estabelecimentos Especializados.....	52
3.4. Assistência Técnica e Extensão Rural.....	53
3.5. Políticas Públicas complementares para o Desenvolvimento Rural.....	56
3.5.1 - Infraestrutura.....	57
3.5.2 – Educação, formação e capacitação	57
3.5.3 – Esporte, Cultura e Lazer	57
3.5.4 – Meio Ambiente	58
4. REFLEXÕES: TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO	59
4.1 - A lógica Política das Políticas Públicas: processo decisório e racionalidade.....	60
4.2 - A sombra da barbárie: Irracionalidade e ameaça de caos social.....	62
4.3 - A necessidade do constante aperfeiçoamento das Políticas Públicas e a questão do aprofundamento democrático da sociedade	63
4.4 - Refletindo a partir de nossa realidade territorial	64
4.5 - Agricultura Familiar Camponesa no Território Cantuquiriguaçu.....	68
4.6 – Concluindo.....	70
4.7 Referências Bibliográficas.....	72
5. PROPOSTAS, METAS E AÇÕES PARA O PLANO SAFRA TERRITORIAL	73
5.1. Propostas	73
5.1.1 Propostas para a Política Pública de ATER.....	73
5.1.2 Propostas para a Política Pública de Crédito.....	73
5.1.3 Propostas para as Políticas Públicas e Programas de Comercialização	73
5.1.4 Propostas para Novas Políticas	73

5.2. Metas, Ações e Responsabilidades	74
5.2.1. Metas, Ações e Responsabilidades: ATER	74
5.2.2. Metas, Ações e Responsabilidades: Crédito	79
5.2.3. Metas, Ações e Responsabilidades: Comercialização	84
5.2.4. Metas, Ações e Responsabilidades: Novas Políticas	88
5.3. Gestão do Plano Safra Territorial Cantuquiriguaçu	96
5.4. Resumo Total de Recursos.....	100
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Área Territorial e População	17
Tabela II – Estabelecimentos Rurais e Área.....	18
Tabela III – Número de estabelecimentos por Grupo de Área dos estabelecimentos agropecuários do Território Cantuquiriguaçu.....	19
Tabela IV – Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários – de 14 anos a mais.....	20
Tabela V – Assentamentos, Área e Titulação.....	21
Tabela VI – Agricultura Familiar e Uso da Terra - Hectares	22
Tabela VII - Área Colhida, Produção e Rendimento Médio da Produção Agrícola	23
Tabela VIII – Investimentos em Projetos, por ano de aprovação	33
Tabela IX – Evolução das Operações do PRONAF, por safra 2006/2007 a 2009/2010.....	37
Tabela X – Evolução das Operações do PRONAF, por Modalidade, safras 2006/2007 a 2009/2010	39
Tabela XI – Evolução das Operações do PRONAF, por Enquadramento, safras 2006/2007 a 2009/2010.....	40
Tabela XII – Operações do PAA no Território Cantuquiriguaçu em 2009.....	47
Tabela XIII - Estimativa e Situação do Atendimento Escolar na Rede Municipal – Lei nº 11.947/2009.	50
Tabela XIV – Estimativa e Situação do Atendimento Escolar na Rede Estadual – Lei nº 11.947/2009.	51
Tabela XV – Feiras Livres Municipais - Cantuquiriguaçu	52
Tabela XVI – Quantidade de Profissionais de ATER/ATES atuando no Território.....	55
Tabela XVII – Percentual de Estabelecimentos Agropecuários e Orientação Técnica – Território Cantuquiriguaçu	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Renda dos Estabelecimentos da Agricultura Familiar.....	24
Gráfico II – Operações do PRONAF em número de contratos – safras 06/07 a 09/10.....	37
Gráfico III – Percentual das Operações do PRONAF em número de contratos e valores no Território – safras 06/07 a 09/10.....	38
Gráfico IV – Percentual de Operações do PRONAF por Modalidade – safras 2006/2007 a 2009/2010	39
Gráfico V – Percentual do Histórico de Pagamentos dos Financiamentos de Custeio – safras 2006/2007 a 2009/2010	43
Gráfico VI – Percentual do Comparativo entre Cultura Financiada, Produto Comercializado e Renda Principal – Safra 2008/2009	45

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Proposta do PST Cantuquiriguaçu	14
Figura II – Fluxo de Produtos de um Sistema de Produção Familiar Camponesa: Caso de Laranjeiras do Sul	28
Figura III – Sistema de Gestão do Plano Safra Territorial Cantuquiriguaçu	98

RESUMO EXECUTIVO: DO PLANO SAFRA TERRITORIAL CANTUQUIRIGUAÇU 2010/11 A 2012/13

1. Municípios Participantes

Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

2. Público Beneficiado

O Plano Safra Territorial Cantuquiriguaçu beneficiará diretamente um total de 21.824 famílias de agricultores familiares camponeses, assentados e indígenas, compreendendo cerca de 90 mil pessoas.

3. Benefícios Sociais e Econômicos

- Diminuição do êxodo rural e territorial (urbano), a partir da promoção de condições de educação, formação e renda para a população rural.

- Diminuição da pobreza rural, considerando o repasse de recursos, redistribuição de renda.

- Promoção de uma agricultura menos agressiva, a partir da consolidação da base tecnológica agroecológica para agricultura familiar camponesa do Território; a partir de ATER adequada e do desenvolvimento de estudos, pesquisas, experimentos.

- Diversificação da produção de alimentos visando à soberania alimentar e melhoria das condições de vida das famílias empobrecidas.

- Fortalecimento da economia local, com produção, transformação e comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa no âmbito do Território.

- Conservação dos recursos naturais, principalmente da água e da flora, bem como, o reconhecimento dos benefícios ambientais e sociais decorrentes da adequação ambiental sem prejuízo produtivo aos estabelecimentos familiares camponeses.

3.1. Investimentos em ATER

Os investimentos em ATER prevêem a constituição da Rede Territorial de ATER para qualificação das ações de ATER das diferentes instituições com atuação no Território, visando o atendimento das demandas dos agricultores familiares camponeses no planejamento de suas propriedades levando em consideração os princípios da agroecologia,

o melhor uso do crédito, o acesso às políticas públicas de apoio à comercialização e à implementação, reconhecimento e compensação ambiental para os agricultores familiares camponeses. Ressaltando que, todos os investimentos em ATER, profissionais e estrutura, farão parte de um projeto territorial, coordenado pela Rede de ATER.

Para tanto, será necessária a contratação de mais 73 profissionais para serviços de campo, bem como a estruturação institucional de suporte aos técnicos e a sua capacitação, que, somados ao quadro e estrutura atual, atenderá aos estabelecimentos familiares camponeses do Território.

3.1.1 Meta Financeira para ATER

Descrição	R\$ ¹
Rede Territorial de ATER: constituição e eventos	122.450,00
Estruturação física das instituições da Rede	6.516.360,00
Estruturação do corpo técnico das instituições da Rede de ATER	6.653.920,00
Investimento em cursos para formação e capacitação dos profissionais da Rede	318.000,00
Construção de espaço para estruturação de curso de nível superior na metodologia da Pedagogia da Alternância para a população rural	300.000,00

Notas: (¹) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

3.2. Investimentos a partir do Crédito

Descrição	Beneficiários	
	Famílias	% demanda
Renegociação ¹ das dívidas do PRONAF	2.776	100
Consolidação/recapitalização dos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa	6.355	30
Custeio e Investimento	10.592	50
Habitação rural	8.000	38

Notas: (¹) Analisar os contratos inadimplentes e endividados e propor a renegociação vinculada à produção de alimentos para o PNAE e PAA, com a amortização da dívida. Ver detalhes no capítulo 5.

3.2.1 Meta Financeira para o Crédito

Descrição	R\$ ¹
Renegociação das dívidas do PRONAF ²	3.554.112,00
Consolidação/recapitalização dos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa	520.058.000,00
Custeio e Investimento	270.096.000,00
Habitação rural	224.000.000,00

Notas: (¹) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

(²) Valores dos descontos a serem concedidos nas renegociações.

3.3. Investimentos em Comercialização

- Facilitação ao acesso à comercialização institucional, com oferta de apoio técnico e institucional também na elaboração e gestão administrativa dos processos licitatórios e projetos do PAA e PNAE aos agricultores familiares camponeses.

- Orientação técnica para planejar a produção dos agricultores familiares camponeses para atender a demanda e garantir mercado para os meses em que os programas (PAA e PNAE) não recebem os alimentos (período de férias).

- Fortalecimento do agricultor familiar camponês, possibilitando a permanência no campo com autonomia, a partir de formação e capacitação específicas.

3.3.1 Metas Financeiras para Comercialização

Descrição	R\$ ¹
Promoção de Cursos, Encontros, Seminários, Intercâmbios e Reuniões	111.500,00
Implementação do SECAFES	14.000,00
Implementação da Base de Serviço de Comercialização	188.000,00

Nota: (¹) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

3.4. Investimentos nas Novas Políticas

- Apoio do Governo Federal, Estadual e Municipal e dos ministérios e secretarias, para o desenvolvimento das ações propostas, trilhando o caminho para a construção conjunta para as questões relacionadas à agricultura familiar camponesa.

- Pagamento de Compensação os agricultores familiares camponeses pela conservação dos recursos naturais, principalmente a água e a flora; com recursos para pagamento aos agricultores, contratação e capacitação de profissionais para implementação das atividades (regularização das áreas, manejos alternativos, etc).

- Produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, em sistema orgânico/agroecológico com garantia de aquisição da produção e distribuição para combate a pobreza (assistência técnica, aquisição dos alimentos, distribuição, organização, etc).

- Direcionamento da produção do conhecimento e da pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias para agricultura agroecológica, adaptadas as condições territoriais, bem como promover a formação e capacitação técnico-científica.

3.4.1 Metas Financeiras para Novas Políticas

Descrição	R\$ ¹
Capacitação de profissionais e equipamentos para implementação da política de compensação ambiental.	150.000,00
Contratação de profissional e recursos para reuniões periódicas da equipe de elaboração e implementação da política	190.000,00
Equipamentos para implementação da política de compensação ambiental, GPS.	1.000.000,00
Custeio para as atividades de georeferenciamento (combustível para as visitas, elaboração dos mapas, etc)	1.102.747,50
Pagamento de compensação ambiental para agricultores familiares camponeses e indígenas.	5.828.934,00
Formação de uma equipe com contratação de profissionais para implementação da política de aquisição de alimentos.	3.549.000,00
Custeio das atividades da equipe de profissionais, considerando reuniões e encontros periódicos.	1.373.000,00
Aquisição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa.	12.468.902,40
Investimento em estudos, pesquisas e experimentos considerando a vocação regional e desenvolvendo sistemas produtivos sustentáveis.	2.500.000,00

Nota: (¹) Valores considerando o acumulado dos três períodos (10/11 a 12/13).

3.5. Resumo das Metas Financeiras para o Conjunto de Ações

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
ATER	R\$	44.650,00	7.650.100,00	6.278.980,00
Crédito	R\$	60.904.000,00	317.700.000,00	635.550.000,00
Comercialização	R\$	13.000,00	148.500,00	152.000,00
Novas Políticas	R\$	--	9.813.353,00	18.349.230,90
Gestão	R\$	450,00	14.220,00	18.000,00
Soma	R\$	60.961.650,00	335.311.953,00	660.330.210,90

4. Medidas necessárias ao bom êxito do Plano Safra Territorial Cantuquiriquaçu

O Condetec, os governos municipais, os movimentos sociais e outros gestores sociais do território terão papel fundamental na adequada implementação do Plano Safra Territorial, principalmente nas medidas abaixo:

- Divulgação do Plano Safra Territorial para os beneficiários, profissionais, órgãos federais e para a sociedade em geral do Território Cantuquiriguaçu.
- Negociação, busca e alocação de recursos federais, estaduais e municipais para atender as demandas, principalmente relacionadas à Nova Política.
- Prioridade às ações do Plano Safra Territorial na implementação das ações e dos investimentos;
- Intensificação de esforços para legalização dos documentos de propriedade dos estabelecimentos familiares.
- Programas de reforma agrária, principalmente com vistas a atender principalmente os jovens, filhos de agricultores, para aquisição de terra, possibilitando o estabelecimento e continuidade da população rural.

5. Grupo de Gestão responsável pelas Ações de implementação do PST

O grupo de gestão terá a atribuição de, junto com o Núcleo Dirigente e o Condetec, viabilizar e organizar as negociações e concertações necessárias para a realização das ações contidas no PST, em todos os níveis: municipal, territorial, estadual e federal.

Entidade	Atribuições na Gestão do PST
Núcleo Diretivo	Coordenador
Coordenador da Câmara de Agricultura	Acompanhamento de todas as ações
Emater	Acompanhamento principalmente das ações ligadas a ATER.
CFR	Acompanhamento principalmente das ações ligadas a ATER e a Comercialização.
MPA	Acompanhamento principalmente das ações ligadas a ATER e a Comercialização.
Cresol	Acompanhamento principalmente das ações ligadas ao Crédito
Assessoria contratada Rureco	Assessorar o processo de gestão do plano safra territorial.

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança todos os anos o Plano Safra da Agricultura Familiar denominado recentemente de Plano Safra Mais Alimentos. Sendo a disponibilidade de crédito e as respectivas regras que orientam sua aplicação no âmbito do PRONAF entendidas como componentes centrais do Plano.

A partir da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o Ministério vem construindo um amplo programa participativo de desenvolvimento sustentável com enfoque nos territórios denominado Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

Os territórios rurais são organizados sob os princípios da gestão social e coordenados por organismos colegiados compostos por atores governamentais e da sociedade civil, denominados de Colegiados Territoriais. A cada colegiado territorial, a SDT orienta e apóia na elaboração participativa do **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** (PTDRS), onde estão contidas a visão de futuro do território, o diagnóstico qualificado da realidade do mundo rural e os eixos de desenvolvimento, os programas, projetos, ações estratégicas e as formas de gestão. O PTDRS se caracteriza por ser multidimensional e opera no sentido de que cada uma de suas dimensões sejam qualificadas e aprofundadas a partir de outros instrumentos específicos, facilitando a gestão social por parte das instancias colegiadas dos territórios rurais.

É, portanto, a partir dessas duas estratégias nacionais, do Plano Safra da Agricultura Familiar e do PTDRS, considerando competências e especificidades de cada secretaria, que o MDA está propondo a construção de um instrumento de planificação das principais e mais importantes políticas públicas de apoio a desenvolvimento rural: **Plano Safra Territorial** (PST).

A intencionalidade do PST é orientar o trabalho dos colegiados, atores sociais e entes governamentais, especialmente na planificação e controle social dos recursos públicos das safras agrícolas, aumentando a eficiência e eficácia dessas políticas nos territórios rurais.

A função do PST é o de aprofundar a discussão sobre as ações relacionadas a agricultura familiar camponesa contidas no PTDRS e elaborar metas quantitativas e qualitativas principalmente com relação a: crédito, ATER, infraestrutura adequada, capacidades de agregação de valor, seguro para a produção, meios e políticas de comercialização, articulação com o consumo, dentre outros. Bem como deverá dialogar com os projetos de dinamização econômica e outras dimensões que compõe o diagnóstico territorial, para a construção de planos para os sistemas e cadeias produtivas vinculadas à agricultura familiar ou correspondente as atividades desenvolvidas nos territórios.

O PST Cantuquiriguaçu é composto por capítulos. No primeiro, definido como Introdução, faz-se uma abordagem explicativa da intencionalidade do PST, do objetivo geral e da metodologia adotada para elaboração do plano. No segundo capítulo, Composição e Contextualização do Território Cantuquiriguaçu, como o nome sugere, são apresentadas informações sobre o Território e sobre a agricultura familiar camponesa, tais como: população urbana e rural, estabelecimentos agropecuários estratificados por agricultura familiar camponesa e não familiar, uso da terra, sistemas produtivos, cadeias produtivas prioritárias, etc. Procurando, com essas informações, possibilitar um retrato da situação territorial.

O terceiro capítulo apresenta um levantamento sobre as principais políticas públicas de desenvolvimento rural executadas no âmbito do Território: projetos financiados com recursos do PRONAT, PROINF e outros; sobre o crédito PRONAF sua evolução histórica, modalidades e linhas acessadas bem como a pesquisa com o grupo focal de agricultores familiares camponeses com dificuldade de pagamento dos financiamentos; os programas de comercialização PAA, PNAE e as feiras livres e os estabelecimentos especializados; e a situação da ATER estatal e de organizações não governamentais.

O processo de elaboração do PST desencadeou um processo de reflexão, discussão e análise crítica da situação e significado da agricultura familiar camponesa no Território, para contextualizar e atender essa demanda incluiu-se o quarto capítulo intitulado de 'Reflexões e proposições do território Cantuquiriguaçu'.

No capítulo quinto, são apresentadas as ações, metas e responsabilidades para os quatro eixos principais: ATER, Crédito, Comercialização e Novas Políticas. Assim como, apresenta também o plano de gestão para o PST.

1.1. Objetivo Geral

O Plano Safra Territorial (PST) tem como principal objetivo ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional (financiamento público, assistência técnica e extensão rural, comercialização, agregação de valor, garantia safra, política de preços, dentre outras) às condições específicas dos territórios, bem como apoiar a construção de arranjos e de articulações institucionais em prol do desenvolvimento territorial sustentável.

1.2. Metodologia

A Fundação RURECO, responsável nos Territórios da Cantuquiriguaçu e Vale do Ribeira pela execução do Projeto “**Apoio ao processo de fortalecimento da Gestão Social através da comercialização dos produtos da agricultura familiar**” apoiado pela SDT/MDA – Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento

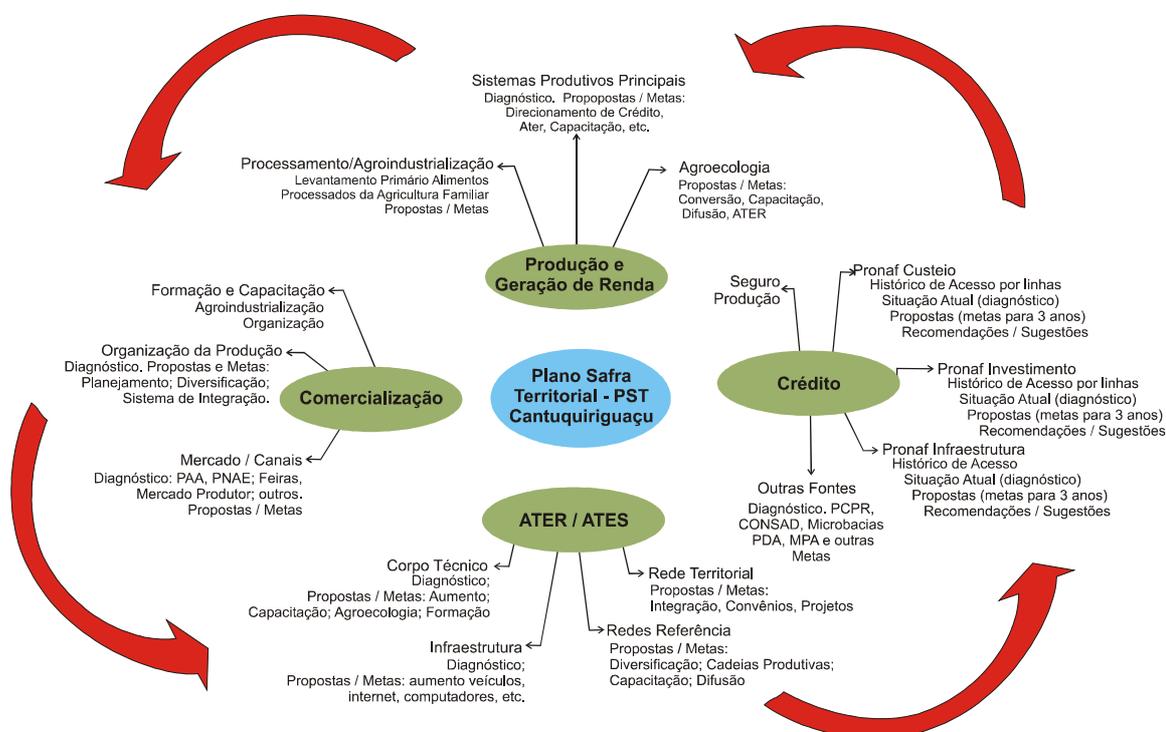
Agrário. Em reunião do Núcleo Diretivo e Técnico do Território da Cantuquiriguaçu constituiu o GT de Dinamização Econômica com a função de acompanhar e tomar decisões em torno da execução das Metas do Projeto. Uma dessas metas diz respeito à elaboração do Plano Safra Territorial – PST.

Com relação a essa meta, o GT de Dinamização, após apresentação e discussão da proposta metodológica para elaboração do PST no território, apresentada pela assessoria contratada, encaminhou para homologação do Núcleo Diretivo e Técnico.

Na metodologia, para elaboração do diagnóstico, previu-se a coleta de dados secundários através de pesquisa documental e dados primários através de entrevistas, visitas, conversas, reuniões, etc, utilizando formulários de entrevistas (para o grupo focal), roteiros para as visitas, anotações para as conversas e relatórios de reuniões.

Para definição dos elementos centrais das investigações, tomou-se por base o PTDRS do Território e focou-se sobre os aspectos mais relevantes para a agricultura familiar camponesa apontada neste em consonância com as orientações da SDT para elaboração do Plano Safra Territorial. Na figura I, a seguir, podemos observar os principais aspectos e suas indicações.

Figura I – Proposta do PST Cantuquiriguaçu



Após a elaboração do diagnóstico este foi apresentado ao Núcleo Diretivo e Técnico que definiu um grupo de trabalho para aprofundar as reflexões sobre a questão conceitual

da agricultura familiar no território, com o intuito de embasar a discussão das ações e metas na oficina final. Assim como, também foi apresentado em reunião da Câmara Setorial da Agricultura e Infraestrutura e posteriormente em reunião do Condetec. Nesses eventos, os participantes puderam, aos poucos, ir se apoderando das informações do diagnóstico, para na oficina de elaboração das ações e metas, poder contribuir com mais propriedade e reflexão.

A oficina para elaboração das ações e metas inicialmente programada para acontecer em um único evento de 16 horas, acabou ocorrendo em oficinas e seminários de 4 e 8 horas em diferentes etapas, por opção do público participante. A primeira etapa aconteceu em agosto, na ocasião foi discutido o diagnóstico detalhadamente e o grupo de trabalho que havia ficado para aprofundar a reflexão apresentou suas compreensões e proposições, as quais apontaram para necessidade de novas políticas públicas para o Território. Essa nova temática foi incluída nos eixos orientadores das discussões para a construção das metas e ações.

A segunda etapa foi realizada em novembro em um seminário territorial que reuniu aproximadamente 200 pessoas que, em grupos de trabalho por temática, apontaram as propostas para cada grande eixo (políticas públicas: ATER, Crédito, Comercialização e Novas Políticas e Complementares). Neste evento foi definido um novo grupo de trabalho (GT-Finalização) para a continuidade do processo de elaboração das metas e ações. A terceira etapa reuniu o GT-Finalização em cinco oficinas entre dezembro de 2010 e março de 2011.

Na sequência, após a conclusão dos trabalhos do GT-Finalização, o PST foi apresentado em reunião da Câmara Setorial da Agricultura que, após algumas sugestões e definição das entidades para compor o grupo para a Gestão do plano, aprovou-o para ser homologado na Conferência Territorial do Território Cantuquiriguaçu. Conforme o encaminhamento, no final de abril de 2011, o PST foi novamente apresentado, agora durante a Conferência Territorial sendo aprovado/homologado pelos conselheiros.

2. COMPOSIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

2.1. Composição e Contextualização

O Território Cantuquiriguaçu situa-se na porção centro-oeste do Estado do Paraná e é formado por 20 municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

A população total do território é de 232.551 habitantes aproximadamente 2,2% da população do Estado, de acordo com os primeiros resultados do censo demográfico do IBGE de 2010, sendo que destes 46% vivem na área rural. A área ocupada pelo conjunto de municípios é de 13.959,744 km², o que representa 7% da área total do Estado. Os municípios mais populosos são Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu, os quais também possuem maior número de pessoas vivendo na área urbana. Os municípios com maior área territorial são Pinhão, Candói, Guaraniaçu e Nova Laranjeiras, estes possuem o maior número de pessoas vivendo na área rural.

Se compararmos os dados do censo de 2000 com os do censo de 2010, podemos perceber que nove municípios tiveram um crescimento populacional positivo, os demais, onze municípios tiveram um crescimento populacional negativo, nesse intervalo. E que, enquanto a população do Estado aumentou em 9,16%, no conjunto dos municípios do território da Cantuquiriguaçu houve uma diminuição de -0,08%.

Observando ainda a variação entre população rural e urbana, percebe-se que a população rural que, em 2000 representava 52% da população do território, em 2010 representa 46%; ou seja, houve no período uma diminuição na população rural de 6%.

A população economicamente ativa (PEA), no conjunto de municípios do território, é de 104.630 pessoas, sendo que destes 52% (54.307 pessoas) são da área rural e 65% do sexo masculino (67.564 pessoas) contra 35% do sexo feminino (37.066 pessoas) – dados IBGE, Censo 2000/IPARDES, Cadernos Municipais 2010.

Tabela I – Área Territorial e População

Município	Área Km2	%	População Censitária								Censo 2000 - 2010 % Variação		
			2000 ⁽¹⁾				2010 ⁽²⁾						
			Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural		%	Total
Campo Bonito	429,306	3,1	2.244	44%	2.884	56%	5.128	2.580	59%	1.827	41%	4.407	-14,06%
Candói	1.509,06	10,8	5.158	36%	9.027	64%	14.185	7.011	47%	7.971	53%	14.982	5,62%
Cantagalo	583,52	4,2	7.312	57%	5.498	43%	12.810	8.509	66%	4.443	34%	12.952	1,11%
Catanduvas	589,604	4,2	4.944	47%	5.477	53%	10.421	5.344	52%	4.864	48%	10.208	-2,04%
Diamante do Sul	345,981	2,5	1.115	30%	2.544	70%	3.659	1.405	40%	2.105	60%	3.510	-4,07%
Espigão Alto do Iguaçu	320,87	2,3	1.572	29%	3.816	71%	5.388	1.646	35%	3.031	65%	4.677	-13,20%
Foz do Jordão	233,631	1,7	4.312	68%	2.066	32%	6.378	3.929	73%	1.490,00	27%	5.419	-15,04%
Goioxim	701,594	5,0	1.832	23%	6.254	77%	8.086	1.756	23%	5.748	77%	7.504	-7,20%
Guaraniacú	1.240,06	8,9	8.126	47%	9.075	53%	17.201	7.800	53%	6.783	47%	14.583	-15,22%
Ibema	150,039	1,1	4.438	76%	1.434	24%	5.872	4.941	81%	1.125	19%	6.066	3,30%
Laranjeiras do Sul	673,313	4,8	23.562	78%	6.463	22%	30.025	25.039	81%	5.744	19%	30.783	2,52%
Marquinhos	510,307	3,7	568	10%	5.091	90%	5.659	523	10%	4.460	90%	4.983	-11,95%
Nova Laranjeiras	1.210,88	8,7	1.813	15%	9.886	85%	11.699	2.375	21%	8.864	79%	11.239	-3,93%
Pinhão	2.001,78	14,3	13.734	48%	14.674	52%	28.408	15.323	51%	14.910	49%	30.233	6,42%
Porto Barreiro	365,181	2,6	412	10%	3.794	90%	4.206	688	19%	2.971	81%	3.659	-13,01%
Quedas do Iguaçu	827,928	5,9	19.626	72%	7.738	28%	27.364	20.988	69%	9.597	31%	30.585	11,77%
Reserva do Iguaçu	830,968	6,0	3.340	50%	3.338	50%	6.678	3.921	54%	3.406	46%	7.327	9,72%
Rio Bonito do Iguaçu	685,189	4,9	1.878	14%	11.913	86%	13.791	3.325	24%	10.335	76%	13.660	-0,95%
Três Barras do Paraná	506,959	3,6	4.931	42%	6.891	58%	11.822	6.095	52%	5.729	48%	11.824	0,02%
Virmond	243,571	1,7	1.399	35%	2.550	65%	3.949	1.880	48%	2.070	52%	3.950	0,03%
Total do Território	13.959,744	7,0	112.316	48%	120.413	52%	232.729	125.078	54%	107.473	46%	232.551	-0,08%
Total do Estado	199.880,197	7,786,084	81%	1.777.374	19%	9.563.458	8.908.442	85%	1.533.159	15%	10.439.601	9,16%	

Notas: (1) IPARDES - Cadernos Municipais 2010; (2) Fonte: IBGE, Primeiros Resultados Censo 2010.

De acordo com os dados do IBGE, Censo Agropecuário 2006, há no território o predomínio de estabelecimentos da agricultura familiar, 82% contra e 18% de estabelecimentos não familiares, no entanto, a área ocupada é inversamente proporcional, enquanto que os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 30% da área, os não familiares ocupam 70%.

Em apenas três municípios, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond, os estabelecimentos da agricultura familiar, que são em maior número, também ocupam maior área. Na contramão, os municípios de maior concentração de terra são: Candói, Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu nos quais os estabelecimentos não familiares detêm mais de 80% da área.

Tabela II – Estabelecimentos Rurais e Área

Município	Familiares				Não Familiar				Total	
	Nº Estab	%	Área (ha)	Nº Estab	%	Área (ha)	Nº Estab	%	Área (ha)	
Campo Bonito	483	82	7.707	22	104	18	28.111	78	587	35.818
Candói	1.383	78	18.324	19	397	22	78.964	81	1.780	97.288
Cantagalo	920	79	15.504	31	242	21	34.694	69	1.162	50.198
Catanduvas	727	77	11.835	22	215	23	41.265	78	942	53.100
Diamante do Sul	452	77	5.523	21	134	23	20.451	79	586	25974
Espigão Alto do Iguaçu	790	89	11.617	48	99	11	12.384	52	889	24.001
Foz do Jordão	243	87	2.807	14	37	13	17.607	86	280	20.414
Goioxim	1.064	86	18.329	32	168	14	39.590	68	1.232	57.919
Guaraniaçu	1.724	82	27.601	24	371	18	87.416	76	2.095	115.018
Ibema	249	80	3.089	22	61	20	10.646	78	310	13.735
Laranjeiras do Sul	1.226	75	16.555	29	415	25	40.331	71	1.641	56.885
Marquinho	843	82	14.504	31	191	18	32.849	69	1.034	47.353
Nova Laranjeiras	1.359	80	23.928	25	338	20	71.296	75	1.697	95.225
Pinhão	2.105	79	32.214	27	558	21	85.645	73	2.663	117.859
Porto Barreiro	703	86	12.121	41	112	14	17.308	59	815	29.429
Quedas do Iguaçu	2.186	91	29.142	37	205	9	49.571	63	2.391	78.712
Reserva do Iguaçu	510	85	7.194	16	91	15	39.209	84	601	46.402
Rio Bonito do Iguaçu	2.377	90	32.142	70	269	10	13.514	30	2.646	45.656
Três Barras do Paraná	1.337	90	21.249	53	154	10	18.923	47	1.491	40.172
Virmond	503	81	10.796	54	118	19	9.368	46	621	20.164
a) Total do Território	21.184	83	322.181	30	4.279	17	749.142	70	25.463	1.071.322
b) Total do Estado	302.907	82	4.249.882	28	68.144	18	11.036.652	72	371.051	15.286.534
% de a/b		7,0		7,6		6,3		6,8	6,9	7,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA)

Dos estabelecimentos familiares do Estado 7% estão no território do Cantuquiriguaçu contra 6,3% dos não familiares. Se dividirmos a área ocupada pelo número de

estabelecimentos rurais no território teremos uma média de 15 hectares de área por estabelecimento familiar e 175 hectares de área por estabelecimento não familiar, porém se observarmos a tabela a seguir, percebemos que 35,2% dos estabelecimentos possuem área até 10 hectares. A agricultura familiar camponesa, embora esteja espalhada no território, aparece com maior expressão nas áreas com relevo ondulado e fortemente ondulado, onde as condições naturais restringem a mecanização.

Tabela III – Número de estabelecimentos por Grupo de Área dos estabelecimentos agropecuários do Território Cantuquiriguaçu

Variáveis	Estabelecimentos	%	Total da Área (hectares)	%
mais de 0 a menos de 5 há	5.584	21,9	14.077	1,3
de 5 há a menos de 10 há	3.377	13,3	26.320	2,5
de 10 há a menos de 20 há	7.376	29,0	104.919	9,8
de 20 ha a menos de 50 ha	4.817	18,9	145.686	13,6
de 50 há a menos de 100 há	1.529	6,0	107.872	10,1
de 100 há acima	1.797	7,1	672.449	62,8
sem área	983	3,9	0	0
Soma	25.463		1.071.323	

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA)

Quanto à questão fundiária, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, 68% dos agricultores familiares do território são proprietários, 16% são assentados sem a titulação definitiva e os 16% restantes são arrendatários, ocupantes, parceiros e sem área definida. Os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu são os que menos agricultores têm a propriedade da terra, a maioria é assentada sem titulação definitiva. Seguida de Pinhão onde 16% são ocupantes e 8% sem área.

Se observarmos a população ocupada nos estabelecimentos agropecuários, temos ao todo no Território 75.765 pessoas; e destas 80% estão ocupadas em estabelecimentos familiares, e ainda 58% são do sexo masculino.

Tabela IV – Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários – de 14 anos a mais

Município	Agricultura Familiar						Agricultura Não Familiar		Total
	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Total	%	
Campo Bonito	647	60	423	40	1.070	80	275	20	1.345
Candói	2.350	55	1.914	45	4.264	69	1.895	31	6.159
Cantagalo	1.569	62	946	38	2.515	74	872	26	3.387
Catanduvas	1.174	58	841	42	2.015	75	687	25	2.702
Diamante do Sul	816	59	573	41	1.389	74	493	26	1.882
Espigão Alto do Iguaçu	1.270	64	726	36	1.996	85	340	15	2.336
Foz do Jordão	425	62	265	38	690	80	170	20	860
Goioxim	1.812	58	1.290	42	3.102	83	640	17	3.742
Guaraniaçu	2.401	61	1.548	39	3.949	76	1.258	24	5.207
Ibema	415	63	244	37	659	75	224	25	883
Laranjeiras do Sul	1.887	58	1.379	42	3.266	71	1.328	29	4.594
Marquinho	1.335	60	877	40	2.212	80	549	20	2.761
Nova Laranjeiras	2.556	57	1.890	43	4.446	79	1.187	21	5.633
Pinhão	3.332	57	2.513	43	5.845	75	1.913	25	7.758
Porto Barreiro	1.163	61	736	39	1.899	84	361	16	2.260
Quedas do Iguaçu	4.183	56	3.351	44	7.534	88	1.044	12	8.578
Reserva do Iguaçu	936	55	754	45	1.690	85	300	15	1.990
Rio Bonito do Iguaçu	4.019	57	3.037	43	7.056	88	934	12	7.990
Três Barras do Paraná	2.038	57	1.510	43	3.548	88	493	12	4.041
Virmond	754	58	551	42	1.305	79	352	21	1.657
a) Total do Território	35.082	58	25.368	42	60.450	80	15.315	20	75.765
b) Total Estado	504.553		275.765		780.318		336.766		1.117.084
% de a/b	7		9		8		5		7

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA)

No Território encontramos 49 assentamentos presentes em quase todos os municípios. Apenas seis municípios não têm assentamentos, a saber: Virmond, Porto Barreiro, Ibema, Guaraniaçu, Foz do Jordão e Diamante do Sul. São 4.426 famílias assentadas, que representam 21% dos agricultores familiares do Território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar.

Tabela V – Assentamentos, Área e Titulação

Município / Assentamento	Nº de Assent.	Área (ha)	Nº Famílias Assentadas			Vagas
			Titulados	Não Titulados	Total	
Campo Bonito	3	4.353,3080	23	114	137	25
Candói	5	3.599,4120	7	230	237	11
Cantagalo	5	6.260,6090	53	180	233	19
Catanduvas	1	1401,279	0	44	44	0
Diamante do Sul	0	0	0	0	0	0
Espigão Alto do Iguaçu	1	403,0000	0	23	23	0
Foz do Jordão	0	0	0	0	0	0
Goioxim	11	8.288,9420	128	156	284	35
Guaraniaçu	0	0,0000	0	0	0	0
Ibema	0	0	0	0	0	0
Laranjeiras do Sul	3	2.267,4430	18	97	115	5
Marquinho	1	176,0000	0	7	7	0
Nova Laranjeiras	3	3.437,1220	114	103	217	3
Pinhão	4	5.966,3550	0	199	199	11
Porto Barreiro	0	0	0	0	0	0
Quedas do Iguaçu	3	25.575,6820	34	1112	1146	45
Reserva do Iguaçu	3	4.330,8040	0	167	167	9
Rio Bonito do Iguaçu	3	27.982,9140	0	1542	1542	54
Três Barras do Paraná	3	2.190,7070	0	75	75	0
Virmond	0	0	0	0	0	0
Total Assentamentos	49	96.233,5770	377	4.049	4.426	217

Fonte: INCRA – PR (relatório de 17 de agosto de 2009).

Até 1999 foram criados 37 assentamentos, entre 2000 e 2009 foram criados mais 12, sendo cinco destes reassentamentos da Copel. O último assentamento criado pelo INCRA no território do Cantuquiriguaçu foi em 2006, no município de Reserva do Iguaçu, assentamento Paineira com 72 famílias.

De acordo com informações dos representantes do Movimento dos Sem Terra – MST existem hoje no Território sete acampamentos nos municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Porto Barreiro, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Reserva do Iguaçu e Candói, com um total de 490 famílias. Esses acampamentos se formaram entre 1999 e 2005, e as áreas estão aguardando decreto de desapropriação ou com documentação em andamento junto ao INCRA, com exceção do acampamento Barreiros em Reserva do Iguaçu com 50 famílias que está com a documentação sem andamento.

Nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu está localizada a Terra Indígena Rio das Cobras com uma área de 18.681,98 hectares, habitada por 2.397 indígenas das etnias Kaingang e Guarani, subdivididos em oito aldeias: Sede, Campo do Dia, Taquara, Pinhal, Lebre, Trevo, Papagaio e Vila Nova. No município de Laranjeiras do Sul encontra-se a Área Indígena Toldo Boa Vista, ainda não demarcada, com aproximadamente 37 famílias.

Remanescentes de quilombolas são encontradas em Candói, Reserva do Iguaçu e Pinhão. Em Candói são três Comunidades certificadas: Despraiado, Vila Tomé e Cavernoso, no total de 75 famílias (406 pessoas). Em Reserva do Iguaçu na comunidade do Barranco, são aproximadamente 20 famílias acampadas, na espera de uma decisão judicial quanto à disputa pela área “Fundão” da Fazenda Capão Grande, hoje na posse de uma grande cooperativa agrícola. O resto da comunidade, mais de trezentas famílias, está espalhada nas periferias das cidades de Guarapuava e de Pinhão, com parcelas significativas em situação de extrema necessidade, vivendo como catadores de papéis e/ou em outras funções semelhantes

Tabela VI – Agricultura Familiar e Uso da Terra - Hectares

Município	Uso da Terra (ha)*									Total
	Lavouras		Pastagens		Matas e Florestas		Sist. Agro-florest.	Tanq. Lagos, etc	Inapro-veitáveis	
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.				
7.707			Campo Bonito	165	4.377	19	1.575	1.227	33	12
Candói1415	197	8.718	627	4635	2.538	26	35	71	362	18.324
Cantagalo	281	6.286	249	4411	2.699	488	633	42	186	15.504
Catanduvas	418	4.551	491	3496	2.353	86	0	5	11	11.835
Diamante do Sul	388	1.003	54	2.880	754	47	17	11	74	5.523
Espigão Alto do Iguaçu	314	5.059	1.060	2.618	1.358	372	151	18	74	11.617
Foz do Jordão	172	1.183	99	439	442	27	48	3	122	2.807
Goioxim	222	6.725	1.060	5.155	3.137	94	675	54	310	18.329
Guaraniaçu	450	8.767	1.650	9.842	5.009	363	148	70	174	27.601
Ibema	43	1.265	46	825	607	97	6	2	7	3.089
Laranjeiras do Sul	272	6.823	1.706	3.347	3.224	161	192	73	113	16.555
Marquinho	41	4.278	275	6.957	2.599	33	29	35	25	14.504
Nova Laranjeiras	194	5.627	1.059	12.138	3.682	77	60	68	188	23.928
Pinhão	901	4.533	5.483	4.612	10.534	510	1.612	113	1.594	32.214
Porto Barreiro	34	5.702	357	3.531	1.770	148	114	19	109	12.121
Quedas do Iguaçu	154	13.106	562	6.495	4.287	2.829	114	62	387	29.142
Reserva do Iguaçu	3	2.389	427	2.781	607	56	615	7	26	7.194
Rio Bonito do Iguaçu	149	16.375	100	8.740	4.197	204	134	48	171	32.142
Três Barras do Paraná	111	7.493	536	8.379	3.766	84	51	38	53	21.249
Virmond	135	5.509	381	1.189	2.418	133	493	34	180	10.796
a) Total do Território	4.644	119.769	16.241	94.045	57.208	5.868	5.139	787	4.181	322.181
b) Total do Estado	164.112	1.763.248	423.622	912.020	457.138	47.465	56.974	11.504	48.414	4.249.882
% de a/b	2,8	6,8	3,8	10,3	12,5	12,4	9,0	6,8	8,6	7,6
% de a/soma território	1,4	37,2	5,0	29,2	17,8	1,8	1,6	0,2	1,3	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA) – Elaboração: Sandra König

* Para a composição da Tabela III não mencionamos as áreas destinadas às construções, terras degradadas, forrageiras para corte, área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação, porém foi mantido o total, considerando essas áreas.

Observando o uso da terra entre os estabelecimentos familiares camponeses no Território percebemos que as lavouras temporárias ocupam 37,2% da área e estão presentes em 82% dos estabelecimentos, indicando a forte característica da produção de grãos. As pastagens, entre naturais e plantadas, ocupam 34,2% da área e estão presentes em 76% dos estabelecimentos; em 74% dos estabelecimentos há presença de rebanho bovino; e o rebanho leiteiro está presente em 47% dos estabelecimentos.

Encontramos também sistemas agroflorestais em 4% dos estabelecimentos correspondendo a 1,6% da área total do território. Não é ainda um sistema largamente difundido, mas são várias as iniciativas de Ong's que estão trabalhando nesse sentido. As áreas ocupadas com tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura correspondem a 0,2% da área da agricultura familiar camponesa do território e 6,8% da área da agricultura familiar do Estado.

Tabela VII - Área Colhida, Produção e Rendimento Médio da Produção Agrícola
Território Estado PR

	Produtos	Território				Estado PR			
		Hectares	%*	Toneladas	%*	Rendim. Médio kg/ha	Hectares	Toneladas	Rendim. Médio kg/ha
Lavoura Temporária Grãos	Arroz	1.970	4,2	4.259	2,47	2.162	46.959	172.632	3.676
	Aveia	2.550	6,0	5.960	0,07	2.337	42433	91230	2.150
	Feijão	26.504	5,4	37.492	0,05	1.415	491.923	771.291	1.568
	Milho	170.306	5,8	1.174.382	0,08	6.896	2.926.572	15.613.442	5.335
	Soja	215.595	5,4	650.389	0,06	3.017	3.969.113	11.800.466	2.973
	Trigo/Cevada	66.372	5,8	202.053	0,06	3.044	1.148.021	3.217.189	2.802
Lavoura Temporária Outros	Alho	18	2,4	61	0,02	3.389	755	3718	4.925
	Amendoim	186	3,2	359	0,02	1.930	5.882	16.750	2.848
	Batata Doce	290	11,1	5.069	0,13	17.479	2.601	40.149	15.436
	Batata Inglesa	1.664	6,0	54.180	0,08	32.560	27.903	688.124	24.661
	Cebola	81	1,2	540	0,01	6.667	6.698	105.900	15.811
	Fumo	3.840	5,2	7.239	0,05	1.885	73.543	148.036	2.013
	Mandioca	3.495	2,5	75.103	0,02	21.489	141.376	3.325.943	23.526
	Melancia	15	0,4	336	0,00	22.400	3970	89980	22.665
	Tomate	50	1,1	1.970	0,01	39.400	4.667	289.630	62.059
Lavoura Permanente	Abacate	2	0,2	28	0,00	14.000	1007	16.537	16.422
	Banana	57	0,6	1.555	0,01	27.281	9.923	248.320	25.025
	Cana de açúcar	1.375	0,2	81.126	0,00	59.001	594.585	51.244.227	86.185
	Erva Mate	2.385	7,5	15.314	0,12	6.421	31.695	132.556	4.182
	Limão/Laranja	20	0,1	182	0,00	9.100	20.538	527.473	25.683
	Pêssego	33	2,1	118	0,01	3.576	1.592	15.817	9.935
	Uva	82	1,4	861	0,01	10.500	5.800	101.500	17.500

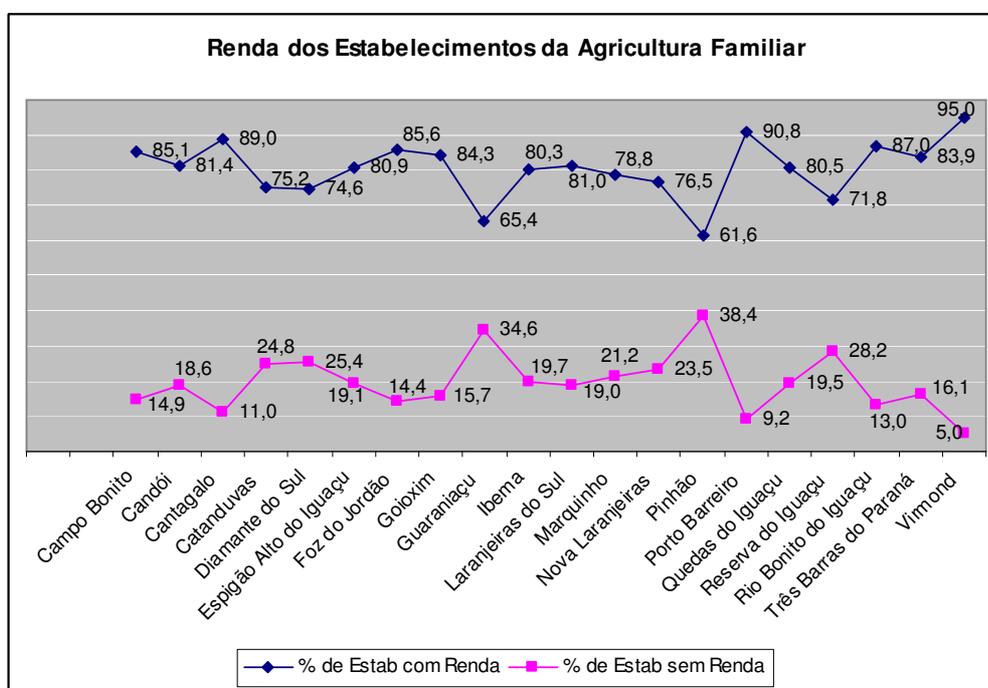
Fonte: Tabulação Ipardes - Cadernos Municipais - 2010 - Dados IBGE Produção Municipal 2008

* Porcentagem em relação ao Estado

A economia do território é principalmente agrícola, com ênfase na produção de grãos. Conforme se pode observar na tabela anterior a produção de grãos em lavouras temporárias é basicamente de: milho, soja, feijão, arroz, trigo, cevada e aveia, lembrando que, esses dados não estão estratificados por familiar e não familiar representam o total agrícola.

De acordo com o censo agropecuário 2006 do IBGE, 60% dos estabelecimentos da agricultura familiar existentes no território obtiveram renda a partir de produtos de origem vegetal, 54% de produtos de origem animal e 2,4% a partir de atividades com empresas integradoras. Já as principais fontes de receita foram: 59% de origem vegetal, 27% de origem animal, 13% de empresas integradoras e apenas 2% de agroindústrias familiares.

Gráfico I – Renda dos Estabelecimentos da Agricultura Familiar



É importante mencionar que, segundo esses dados 21% do total de estabelecimentos não obtiveram renda; sendo Guaraniaçu, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Diamante do Sul, Catanduvas e Nova Laranjeiras os municípios em quem mais de 23% dos estabelecimentos não obtiveram nenhum tipo de renda; e Porto Barreiro e Virmond apresentaram os melhores índices com mais de 90% dos estabelecimentos com renda.

2.2. Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar Camponesa

Na tentativa de caracterização dos sistemas produtivos da agricultura familiar camponesa inicialmente realizamos uma pesquisa documental que se mostrou insuficiente

para uma efetiva caracterização desses sistemas em nível de Território. Dessa maneira, partimos para busca de dados primários, no entanto, os dados levantados são suficientes apenas para uma caracterização dos sistemas de cultivo; em virtude da complexidade de informações necessárias para uma caracterização de qualidade dos sistemas produtivos, isso demandaria um estudo próprio.

Com base nas informações levantadas junto a instituições de ATER, secretarias de agricultura, resultado do estudo do grupo focal cruzados com pesquisa documental (IPARDES – Cadernos Municipais – produção municipal), descreveremos a seguir os principais sistemas de cultivo e criação encontrados.

2.2.1. Sistemas de criação

a) gado de leite – presente em aproximadamente 48% dos estabelecimentos familiares como atividade comercial, de acordo com dados do IBGE, Censo Agropecuário 2006, e vem se configurando nos últimos anos em uma importante fonte de renda para permanência do agricultor no campo. Composto por um rebanho com raças de dupla aptidão, sendo melhorado gradativamente com recursos do PRONAF investimento, bem como esse recurso vem possibilitando a tecnificação da atividade, apontando para a especialização na atividade por agricultores mais capitalizados. Presente em todos os municípios do território. Comercializado após resfriado, coletado por caminhões a granel. Poucos são os estabelecimentos que transformam a produção e comercializam seus derivados.

b) gado de corte – esta presente em aproximada 74% dos estabelecimentos familiares, não se configurando, porém, como atividade principal junto à maioria dos estabelecimentos, grande parte é destinada para o autoconsumo. Exceto nos municípios de Três Barras do Paraná, Cândói, Quedas do Iguaçu e Guaraniaçu, onde a atividade é principalmente comercial.

c) criação de aves – como atividade comercial está mais fortemente presente nos municípios de: Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Catanduvás e Ibema. Os agricultores trabalham no sistema de integração/comodato com as agroindústrias do setor, e dispõe de estrutura de aviários e animais nos padrões exigidos. Já como atividade de autoconsumo está presente em grande parte dos estabelecimentos, com animais variados: de corte, de postura, caipira. Alguns agricultores comercializam a produção de ovos excedente no mercado local.

d) criação de suínos – presente como atividade comercial principalmente nos municípios de: Três Barras do Paraná, Virmond e Catanduvás, geralmente os agricultores

trabalham no sistema de comodato/integração com as agroindústrias do setor, dispõem de estrutura de chiqueirões e animais nos padrões exigidos. Como atividade de autoconsumo é praticada por parte considerável dos agricultores familiares campesinos, que eventualmente comercializam alguns derivados, principalmente a banha.

e) criação de abelha (apicultura) – mencionada como atividade comercial pelo município de Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul (associação Cantumel com agricultores de: Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Virmond e Marquinho). Sendo também encontrada em outros municípios com eventual comercialização da produção pelos agricultores familiares campesinos.

f) sericicultura (bicho da seda) – encontrada produção junto a agricultores familiares campesinos nos municípios de: Campo Bonito, Diamante do Sul e Marquinho, neste último em fase inicial, com 06 agricultores.

g) criação de peixes (piscicultura) – mencionada como atividade da agricultura familiar camponesa pelo município de Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu. Além de estar presente em estabelecimentos familiares campesinos de outros municípios, porém geralmente voltados apenas para consumo familiar.

h) criação de caprinos – mencionada como atividade relevante para agricultura familiar camponesa pelo município de Virmond, com aproximadamente 12 agricultores produtores e um plantel de aproximadamente 1300 matrizes.

2.2.2. Sistemas de cultivo

a) cultivo de grãos – principalmente milho, soja e feijão, no entanto em menor proporção e ocorrência também é encontrado o cultivo de arroz. O milho é cultivado em quase todos os estabelecimentos familiares camponeses e é destinado para autoconsumo e também para a comercialização. A soja é cultivada por parte considerável dos estabelecimentos familiares campesinos, destinada a comercialização. O feijão é também cultivado por grande parte dos agricultores familiares campesinos que destinam a produção para autoconsumo e para a comercialização. O milho e a soja são as culturas para as quais os agricultores mais destinam os financiamentos de custeio. As lavouras de feijão também são financiadas, porém com menor frequência. O arroz é cultivado sem irrigação e a ocorrência do seu plantio entre os agricultores familiares campesinos é em menor proporção que os demais grãos mencionados acima.

b) cultivo de fumo – foi mencionada como atividade importante para agricultores familiares camponeses dos municípios de: Porto Barreiro, Laranjeiras do Sul, Espigão Alto do Iguaçu e Cândói.

c) cultivo de frutas – mencionado como atividade comercial importante nos municípios de Catanduvas e Guaraniaçu, principalmente com produção comercial de uvas e Rio Bonito do Iguaçu com produção de maracujá. No entanto, o cultivo de frutas é percebido junto à grande número de estabelecimentos familiares camponeses, destinado geralmente para consumo da família. O aumento do cultivo e da importância como cultura comercial vem aumentando nos últimos anos, impulsionado pela comercialização pelo PAA, e em alguns municípios, pelas feiras municipais, inclusive com transformação da fruta em doces, geléias, compotas, etc.

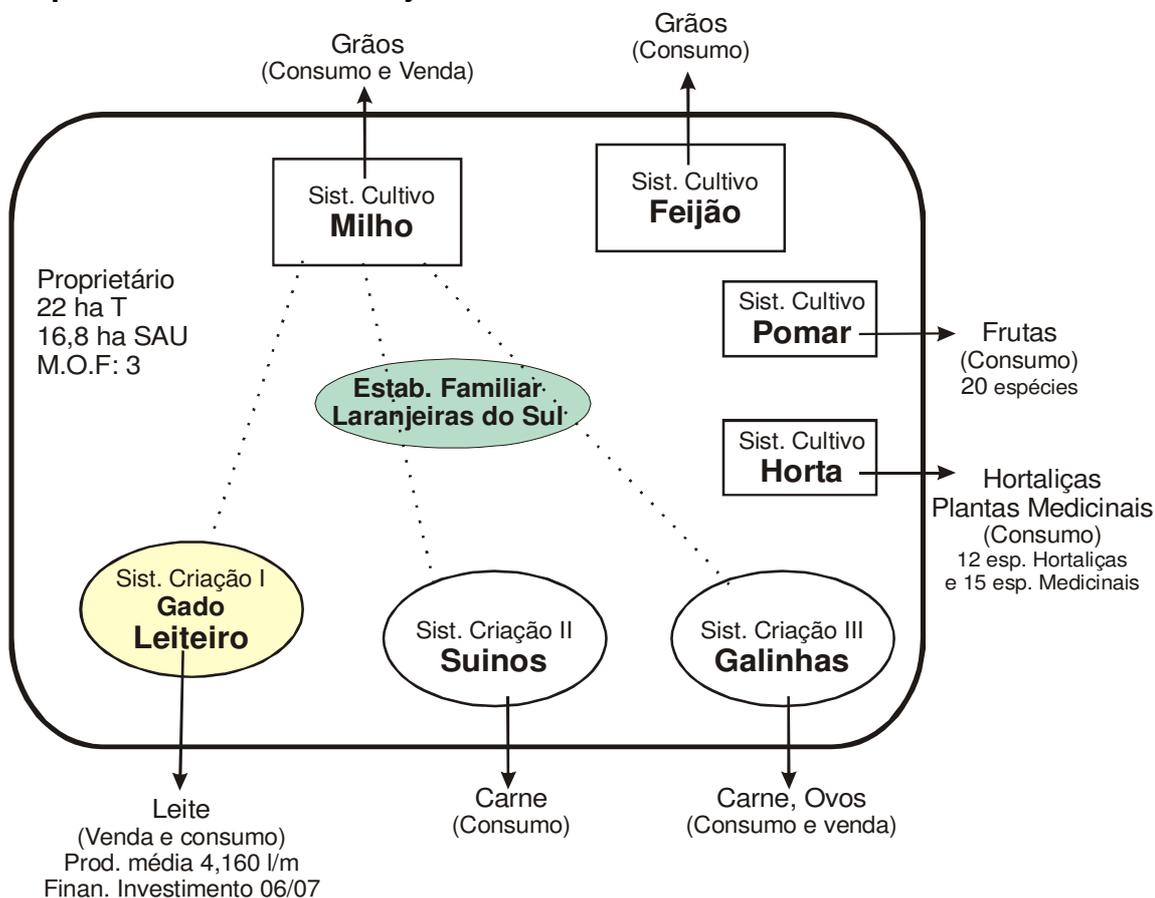
d) olerícolas – o cultivo de olerícolas está presente junto a grande maioria dos estabelecimentos familiares camponeses em todos os municípios do Território como produção de autoconsumo. A atividade vem ganhando importância e aumentando o cultivo voltado para a comercialização impulsionado principalmente pelo programa de aquisição de alimentos – PAA. Principalmente junto a agricultores com menos área e menos capitalizados. É nessa cultura que se observa a maior ocorrência de cultivos orgânicos ou agroecológicos, embora sem certificação.

e) cultivo de plantas medicinais – o cultivo de plantas medicinais foi mencionado como atividade comercial no município de Rio Bonito do Iguaçu, entre os agricultores familiares camponeses. E também em Laranjeiras do Sul, na Terra Indígena Rio das Cobras, aldeia Lebre, encontramos famílias que cultivam plantas medicinais de forma orgânica. No entanto, como cultivo para consumo familiar está presente em quase a totalidade dos estabelecimentos familiares camponeses.

f) reflorestamento – o reflorestamento comercial com pinus e eucalipto vem tomando força junto aos agricultores familiares camponeses principalmente de Catanduvas e Três Barras do Paraná, incentivados pela indústria madeireira e pelos financiamentos do PRONAF Floresta.

Como mencionado anteriormente, para se falar seguramente de sistemas de produção, seria necessário um estudo mais aprofundado, no entanto, as informações coletadas junto às secretarias de agricultura e entidades de ATER, apontam para algumas combinações, tais como, a produção de grãos – milho e feijão – juntamente com a criação de gado de leite, para consumo e comercialização, e aves e suínos para consumo e eventualmente para comercialização, além da produção de autoconsumo de hortaliças, frutas e medicinais, conforme pode ser observado na Figura II, exemplo de um dos estabelecimentos pesquisados do grupo focal.

Figura II – Fluxo de Produtos de um Sistema de Produção Familiar Camponesa: Caso de Laranjeiras do Sul



Nesse exemplo, a renda principal do estabelecimento familiar camponês vem da atividade leiteira, que foi melhorada através de financiamento. O cultivo de grãos é para consumo e para venda. Exemplo do milho que é consumido pelos animais e o excedente é comercializado. Esse sistema produtivo é semelhante à grande parcela dos sistemas praticados pelos agricultores familiares camponeses do Território.

Um estudo do DESER com a Rede de Agricultores Gestores de Referência, de 2006, descreve um sistema produtivo composto principalmente pela soja, milho e o leite, sistema freqüente entre os agricultores familiares camponeses, de acordo com o estudo, esse sistema concentra riscos grandes pela dependência de preços e insumos de mercado, sofrendo drenagem das riquezas da agricultura para outros setores da economia. E a perspectiva desse sistema produtivo é de queda na renda pela relação entre preços dos produtos e preços dos insumos, dificuldade de garantir produtividades crescentes e dependendo da produção de escala, e o crescimento dos passivos ambientais. Se

considerarmos que quase a totalidade dos agricultores familiares camponeses endividados tem como base esse sistema produtivo, ou semelhante, percebemos os riscos do sistema.

O estudo do Programa de Inclusão Social, de 2008, realizado pela Fundação Rureco, Aopa, Cooperiguaçu, Cresol Baser, Fórum Oeste e Cemear/SC, desenvolvido com apoio financeiro da cooperação internacional, através da TRIAS (ONG da Bélgica) e do Governo Belga, remete às combinações utilizadas por agricultores menos capitalizados em que também se percebe a predominância de sistemas de cultivo composto por: milho, feijão e leite, voltados para comercialização, somada a produção de auto consumo entre 6 a 10 produtos.

O estudo com a Rede de Agricultores Gestores de Referência apresenta também outro sistema produtivo, mais diversificado: feijão, carne bovina, erva mate, carvão, mel, hortaliças, batata, cebola, e outras. Essa pluralidade de produções potencializa a diversificação da renda e minimiza os riscos e a alta dependência do mercado. No entanto, depende de decisões política que orientem os projetos de desenvolvimento para o fortalecimento desses sistemas.

2.3. Cadeias Produtivas Prioritárias do Território

O processo territorial de desenvolvimento da agricultura familiar camponesa foi marcado nos últimos anos por investimentos na pecuária leiteira e em instituição de capacitação – casas familiares rurais, Ceagro, etc. No PTDRS, qualificado no segundo semestre de 2009, mantendo a pecuária leiteira como eixo principal e aponta novos eixos/cadeias produtivas para investimentos. Sendo:

- Cadeia produtiva do leite: incentivo e marketing; melhoramento da qualidade do leite; produção e comercialização de derivados do leite.
- Aqüicultura e pesca: diagnóstico das potencialidades; gestão e acompanhamento técnico; sensibilização e organização; instalação de tanques rede; capacitação técnica; exploração comercial de peixes nos rios.
- Hortifruticultura: formação e incentivo a essa cadeia, orientada para a lógica da diversificação da produção dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar camponesa.
- Turismo rural: atualização do diagnóstico das potencialidades; criação de roteiro turístico, sensibilização dos atores; capacitação técnica para gestão e acompanhamento.
- Cadeia dos alimentos processados (Transformação da produção): capacitação e conscientização para o cooperativismo; apoio para gestão e capacitação técnica;

implantação do SUASA; inspeção adequada à realidade local; estruturação para agroindustrialização e agregação de valor; marca/selo para produtos regionais.

De forma transversal e complementar aos eixos voltados a produção e geração de renda citados anteriormente, o PTDRS aponta para:

- Reorganização e fortalecimento dos sistemas de produção: diversificação da produção, assistência técnica, redução de custos da produção; produção de sementes e mudas; agroecologia (transição, incentivos fiscais municipais, capacitação).
- Reflorestamento de áreas inaptas para o plantio: estudo e manejo de espécies nativas e exóticas (para diversas finalidades: construção, móveis, lenha, mourões, energia, etc); viveiro para produção de mudas; incentivo e formação para produção de mel, erva mate, plantas medicinais e pinhão (área de preservação permanente-extratativismo); pequenas unidades de processamento de madeira; recebimento por serviços ambientais (organização e debate sobre o tema).
- Comercialização: contratação de profissional pelo território para organizar uma rede de comercialização; constituição da base de serviços; formação em cooperativismo e associativismo; planejamento da produção; diversificação de produtos; organização e capacitação para programa da alimentação escolar; PAA: manutenção/aumento da comercialização, credenciamento de mais postos de recebimento; novos mercados institucionais; aproveitamento da Central de Nova Laranjeiras; espaço para articulação das ações de comercialização com os municípios; organização dos consumidores; divulgação; garantia de preços mínimos; pesquisa, ensino e extensão universitária; recuperação malha viária.
- Formação e educação do campo: parcerias com universidades - extensão; qualificação de líderes, conselheiros, professores, etc; adoção da metodologia da pedagogia da alternância; fortalecimento das CFRs; Ceagro consórcio entre os municípios; educação alimentar nas escolas e consumo consciente; educação ambiental; formação tecnológica e profissionalizante.
- Pesquisa, acompanhamento e assistência técnica: aumentar e estruturar o quadro técnico; capacitação e qualificação dos profissionais para diversas cadeias de produção adequadas a agricultura familiar camponesa; apoiar e ampliar propriedades de referência para difusão de tecnologias; organização a

rede territorial de ATER; Intercâmbios, troca de experiências; pesquisa participativa; condições para ATER diferenciada e contínua.

- Aspectos Gerais: diagnóstico das potencialidades territoriais; estudo, avaliação da viabilidade econômica e social dos empreendimentos; envolvimento dos demais setores na construção do desenvolvimento; ações conjuntas entre os municípios.

2.3.1. Caracterização das Cadeias Produtivas Prioritárias

a) Cadeia Produtiva do Leite: entre as cadeias definidas como prioritárias, a cadeia produtiva do leite foi a que recebeu maior volume de recursos e tem sua importância reconhecida pela capacidade de gerar renda para a agricultura familiar camponesa e pode ser considerada a cadeia mais estruturada em nível de território. Continua em expansão induzida pela disponibilidade de recursos do PRONAF investimento, absorvendo aproximadamente 80% dos recursos dessa linha e por outros programas governamentais, como inseminação artificial, tecnologias de produção de capineiras para alimentação, transporte e resfriamento do leite. Parte considerável dos agricultores familiares camponeses produtores de leite estão organizados em associações e cooperativas; entre as principais temos: o sistema COORLAF, o sistema COOPLAF, o sistema CIP de cooperativas, organizações a partir do CEAGRO, entre outras associações municipais. Essas organizações, na sua maioria, realizam a comercialização do leite *in natura*, atuando na coleta e resfriamento do leite, negociando a comercialização com empresas do setor. Sendo o volume de leite – coletivo dos associados - a principal vantagem. A maior parte da produção é processada em indústrias localizadas fora do território.

b) Aquicultura e Pesca: essa atividade é recente no território, está sendo incentivada considerando o potencial de exploração dos lagos das hidroelétricas existentes pela agricultura familiar camponesa. O município de Porto Barreiro assinou recentemente um convênio com o Ministério da Pesca, para autorização de exploração dos lagos por tanques rede pelos agricultores familiares camponeses. Foi a única iniciativa concreta encontrada de maior impacto encontrada.

c) Hortifruticultura: atividade com algumas iniciativas, frutas e verduras, incentivadas principalmente pela comercialização para o PAA. Necessidade de investimento na produção, assistência técnica e unidades de beneficiamento ou miniprocessamento, para aumentar a durabilidade dos produtos.

d) Turismo Rural: atualmente o território apresenta poucas opções turísticas estruturadas, as opções encontradas são geralmente voltadas para eventos, por exemplo:

Festa Nacional do Charque, em Candói; Festa do Vinho, em Catanduvas; Festa do Pinhão, em Pinhão, etc. Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu apresentam atividades de ecoturismo, porém não necessariamente explorados por agricultores familiares camponeses. No entanto, existe grande potencial natural e cultural para ser explorado, nesse sentido, a inclusão dessa cadeia como prioritária para a agricultura familiar camponesa, visando desenvolver roteiros e promover a capacitação e mesmo descobrir aptidões para este ramo de atividade.

e) Cadeia dos Alimentos Processados: a definição dessa “cadeia” como prioritária se pautou sobre a necessidade de conhecimento e incentivo às agroindústrias familiares camponesas existentes, ao mesmo tempo que para atender a necessidade de investir na agroindustrialização dos alimentos da agricultura familiar camponesa para agregação de valor e dinamização da economia local. Uma vez que, são relativamente poucas as agroindústrias familiares camponesas em condições de comercialização legal existentes no Território. Como primeira ação, foi elaborado o Plano de Cadeia Produtiva Cooperativa (PTCPC) dos alimentos processados realizando um diagnóstico da cadeia produtiva e definindo-se um conjunto de ações a serem desencadeadas para alavancar as iniciativas de agroindustrialização e comercialização existente no território.

Esse trabalho foi realizado pela Fundação Rureco através do Projeto *“Apoio ao processo de fortalecimento da Gestão Social através da comercialização dos produtos da agricultura familiar” - MDA – PRONAT – COOPERATIVISMO*

está em andamento o mapeamento das unidades existentes para posterior diagnóstico da cadeia.

3. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

3.1. Projetos Financiados

Os projetos financiados através do Território com recursos do PRONAT, PROINF e outros, de 2003 até 2010, visando desenvolver eixos importantes para o desenvolvimento territorial, somam um montante de R\$ 6.510.209,16, distribuídos ao longo do período desses 8 anos conforme observado na tabela abaixo:

Tabela VIII – Investimentos em Projetos, por ano de aprovação

Período	Valores Contratados
ano 2003	200.000,00
ano 2004	657.021,50
ano 2005	1.036.700,00
ano 2006	1.049.165,00
ano 2007	95.490,00
ano 2008	1.086.909,80
ano 2009	1.832.522,86
ano 2010*	552.400,00
Total	6.510.209,16

Fonte: Relatório Condetec – 2010

* Valores aprovados até fevereiro de 2010

Os maiores volumes de recursos foram utilizados para fortalecimento e estruturação de instituições da sociedade civil e agricultura familiar camponesa e geração econômica com fortalecimento de cadeia produtiva, transformação e agroindustrialização.

- **Cadeia Leiteira**

Foram aplicados aproximadamente R\$ 1.279.920,00, distribuídos em 16 municípios do Território, investidos em: unidades de recepção, resfriamento e empacotamento de leite, 15 tanques isotérmicos, um furgão isotérmico, resfriadores de leite, caminhão para coleta, veículos e motocicletas e unidades de demonstração de pastagem.

Sobre os investimentos realizados em unidades de recebimento e beneficiamento, as informações levantadas foram: **a)** A plataforma de recebimento e resfriamento de leite de Campo Bonito está sendo adequada para entrar em funcionamento nesse ano. A gestão será feita pela COOPLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Integração Solidária, em parceria com outras associações de agricultores. **b)** A unidade de recebimento, resfriamento e beneficiamento de leite de Virmond está sob a gestão da COLERVI – Cooperativa dos Produtores de Leite de Virmond, atualmente são envasados 70 mil litros de leite ao mês que são comercializados em sete municípios através do programa

do governo do Estado, “Leite das Crianças”. A cooperativa comercializa atualmente em torno de 240 mil litros por mês que são vendidos ao Laticínio Silvestri. A intenção é, já nos próximos dias, envasar mais leite para comercializar nos mercados da região. Estão dependendo da aprovação da embalagem pela Vigilância Sanitária. **c)** A unidade de recebimento e beneficiamento de leite de Candói não está em funcionamento, irá receber mais investimentos para uma homogenizadora e outros equipamentos. A previsão é que a estrutura será alugada para uso de terceiros.

- **Plantas Medicinais**

Aplicado na atividade com plantas medicinais aproximadamente R\$ 203.200,00 para construção de seis secadores em seis municípios e materiais e equipamentos para um laboratório, que foi instalado junto a Universidade do Centro Oeste – Unicentro, em Guarapuava.

- **Unidades de Comercialização**

Realizados dois investimentos: um em Nova Laranjeiras – unidade de beneficiamento e comercialização de hortifrutigranjeiros –; e outro em Candói – unidade de comercialização; num total de R\$ 396.465,00.

A unidade de Candói denominada ‘Chalé do Produtor’, segundo informações obtidas junto à prefeitura municipal, está aguardando a liberação da Caixa Econômica Federal para conclusão, no momento a prefeitura está implantando o SIM no município para que mais agricultores possam obter a inspeção para comercializar os produtos no local.

A unidade de Nova Laranjeiras denominada ‘Central de Comercialização’ terminou a construção da estrutura em 2009 e atualmente está aguardando a liberação do DNIT para a construção do acesso à unidade (colocação de calçamento). No ano de 2009 a unidade serviu de apoio para a distribuição dos produtos para o PAA (municipal) e algumas vendas para mercados convencionais, movimentando aproximadamente 150 toneladas de produtos.

A Cooperativa Monjolo, com apoio da Prefeitura Municipal e do SEBRAE, está gerindo a unidade. A intenção é de esse ano iniciar a comercialização no local e colocar em funcionamento a unidade de fabricação de pães e massas, há um trabalho nesse sentido em andamento com o acompanhamento do SEBRAE.

- **Transformação e Agroindustrialização**

Nessa linha, foram investidos aproximadamente R\$ 726.000,00: - na atividade de biodiesel/óleo vegetal com aquisição de veículo, prensa para decantação, construção de miniusina de óleo vegetal, maquinários e equipamentos, e um silo secador, beneficiando os

municípios de Virmond, Rio Bonito do Iguçu e Porto Barreiro; - construção de uma vinícola em Catanduvas; - construção e uma farinheira com aquisição de equipamentos e insumos na comunidade indígena em Nova Laranjeiras.

A miniusina de óleo vegetal em Porto Barreiro está em funcionamento parcial, na última safra foi prensada a produção de sementes de girassol de alguns agricultores e a produção da cooperativa. Até o momento não foi comercializado o óleo extraído por falta de um equipamento para centrifugar o produto, para então ficar pronto para o consumo. A construção do silo secador com recurso liberado em 2009 deverá iniciar nos próximos meses. A intenção da Cooperativa é que até final do ano o secador já esteja instalado.

A vinícola teve concluída a construção da estrutura física em 2009, para iniciar a operação necessita ainda de alguns equipamentos, que segundo informações obtidas junto a secretaria de agricultura de Catanduvas, projetos estão sendo feitos para aquisição desses equipamentos. A gestão do empreendimento está sob a orientação da secretaria de agricultura que está organizando uma associação com 30 agricultores produtores de uva, com vistas a se tornar uma cooperativa após início da atividade na vinícola, que acreditam ser para a safra de 10/11 e chegar a pleno funcionamento em dois anos.

- **Educação no Campo**

Foram investidos aproximadamente R\$ 1.815.500,00: - Casas Familiares Rurais de sete municípios para construção de salas de aula, auditórios, almoxarifados, refeitórios, dormitórios, etc, veículos, mobílias e capacitação, num total de R\$ 1.156.000,00; - e no CEAGRO de Rio Bonito do Iguçu mais R\$ 659.000,00 para construção e capacitação.

Na Casa Familiar de Guaraniaçu o recurso aprovado em 2004 resultou na estrutura que atende hoje 89 educandos/as de ensino fundamental e médio. Com o recurso aprovado em 2008, será iniciada a ampliação da estrutura no próximo mês, houve demora na liberação do recurso. A ampliação atenderá principalmente a adequação física necessária para a continuidade do curso técnico em agroindústria, iniciado em 2010. De acordo com informações colhidas junto às Casas Familiares, os recursos aprovados em 2008, começaram a ser aplicados no ano de 2009 e outros estão sendo aplicados neste ano.

Os recursos destinados ao CEAGRO estão sendo executados, os valores aprovados em 2007 estão na fase de conclusão, e os aprovados nos anos seguintes estão na fase de tramitação da documentação para liberação da obra.

- **ATER e Capacitação**

Entre ATER, capacitação de conselheiros e reconversão de unidades produtivas foram investidos aproximadamente R\$ 462.900,00, distribuídos entre Emater, Rureco, Secretarias de Agricultura, Ceagro, Casas Familiares e MPA.

- **Regularização Fundiária**

Na Regularização Fundiária, para regularizar áreas de famílias, promover seminários, elaborar um diagnóstico propositivo e produzir mapas e publicações foram investidos R\$ 742.000,00; e para o Centro de Apoio ao Desenvolvimento serão investidos R\$ 448.600,00 na construção de auditório, salas, etc e aquisição de veículos e equipamentos. Totalizando nessa linha R\$ 1.190.600,00.

De maneira geral os investimentos destinados as entidades de educação no campo ou já foram executadas ou estão sendo. Das já executadas, todas sendo utilizadas para a finalidade que foram aprovadas/destinadas, não aparentando dificuldades de gestão.

Quanto aos investimentos destinados aos empreendimentos de transformação, agroindustrialização e comercialização constatou-se que, muitos não estão em operação e os que estão operando, não o fazem na sua capacidade total. Como já foi observado pelo agente de dinamização econômica no Território em seu relatório de dezembro de 2009, há a percepção de que os projetos financiados permanecem com características elevadas de risco e características de projetos-obras-não-funcionais. No entanto, há também a preocupação do Território em procurar possibilitar que esses empreendimentos superem as dificuldades. A implementação da Base de Serviços poderá ser uma ferramenta precisa para auxiliar na questão de avaliação de risco, mercado e gestão desses empreendimentos e de empreendimentos futuros.

3.2. Crédito - PRONAF

Os volumes de crédito do PRONAF acessados pelos agricultores familiares camponeses no Território nas últimas quatro safras mantiveram o crescimento até a safra 08/09. Para a safra 09/10 os valores parciais, até fevereiro de 2010, apontam para uma queda acentuada. No entanto, com relação ao número de contratos, houve um aumento na safra 07/08 e queda nas safras seguintes.

Observando a evolução das operações, na safra 06/07 o número de contratos do Território representava 7,2% do total do Estado, diminuindo para 6,7% na safra 07/08, aumentando novamente para 7,1% na safra 08/09 e representando 4,9% dos contratos da safra 09/10 (dados até junho 2010).

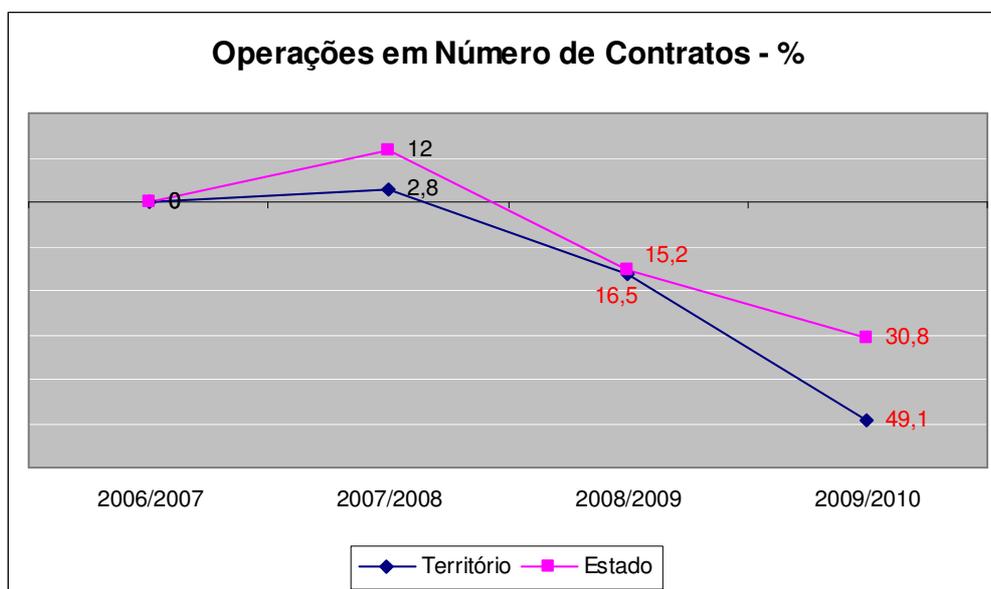
Tabela IX – Evolução das Operações do PRONAF, por safra 2006/2007 a 2009/2010

Ano Agrícola	Território		Estado	
	Nº	R\$	Nº	R\$
2006/2007	10.958	62.313.628,93	151.550	995.070.093,83
2007/2008	11.268	67.893.370,26	168.988	1.174.846.723,75
2008/2009	9.154	86.123.446,31	128.524	1.539.486.120,39
2009/2010	5.580	51.069.338,28	104.802	1.046.432.975,05

Fonte: MDA/SAF – www.mda.gov.br

Comparando-se as safras 07/08 com a safra 06/07, houve um crescimento de 9% no Território e 18% no Estado com relação ao volume de recursos acessados, seguindo com aumento para a safra de 08/09 de 38,2% no Território e 54,7% no Estado, com tendência de queda para safra de 09/10.

Gráfico II – Operações do PRONAF em número de contratos – safras 06/07 a 09/10



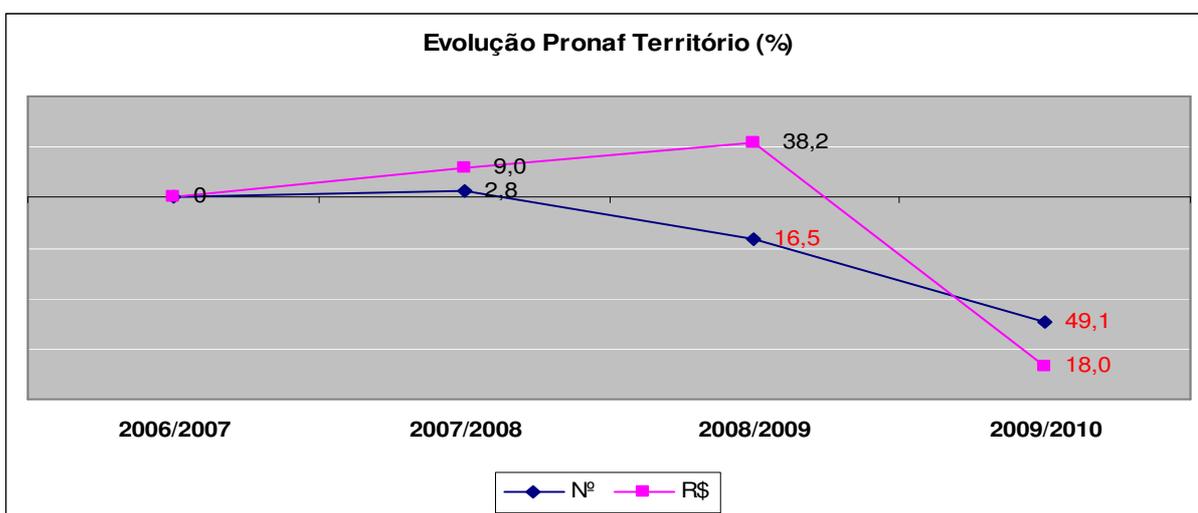
Em relação ao número de contratos, tomando por base a safra de 06/07, houve um aumento de 2,8% no Território e 12% no Estado para a de safra 07/08 e uma queda de

16,5% no Território e 15,2% no Estado para a de safra de 08/09, com queda de 30,8% no Estado e 49% no Território para safra 09/10.

A tendência de queda no número de contratos é observada não só no Território como no Estado como um todo. Na safra 08/09 apesar da queda de 16,5% no número de contratos no Território houve um aumento de 38,2% no volume de recursos. Se calcularmos por média aritmética, teremos um aumento no valor por contrato acessado de 65% para a safra de 08/09 com relação a safra de 06/07. E uma queda de 2,8% da safra 09/10 em comparação com a safra 08/09. De acordo com os representantes das instituições financeiras, o aumento do valor por contrato nas safras 07/08 e 08/09 acompanhou o aumento nos custos de produção, principalmente para lavoura de grãos, acompanhando com queda para a safra 09/10 em que os custos foram mais baixos.

Outro ponto que merece ser observado é o fato de que, considerando o número total de estabelecimentos familiares campestinos 21.184, na safra 08/09 43% dos estabelecimentos familiares campestinos acessaram crédito e para a safra 09/10 (dados até junho/10) apenas 26,3% acessaram o crédito; percebe-se que mais de 73,7% dos estabelecimentos familiares campestinos não acessaram nenhuma das linhas de crédito do PRONAF.

Gráfico III – Percentual das Operações do PRONAF em número de contratos e valores no Território – safras 06/07 a 09/10



Com relação ao acesso ao PRONAF por modalidade, tendo por base a safra de 06/07, tanto na modalidade de custeio quanto investimento houve aumentos contínuos no volume de recursos acessados no período entre 06/07 e 08/09 e queda na safra 09/10. Já quanto ao número de contratos se observa queda a partir de 08/09.

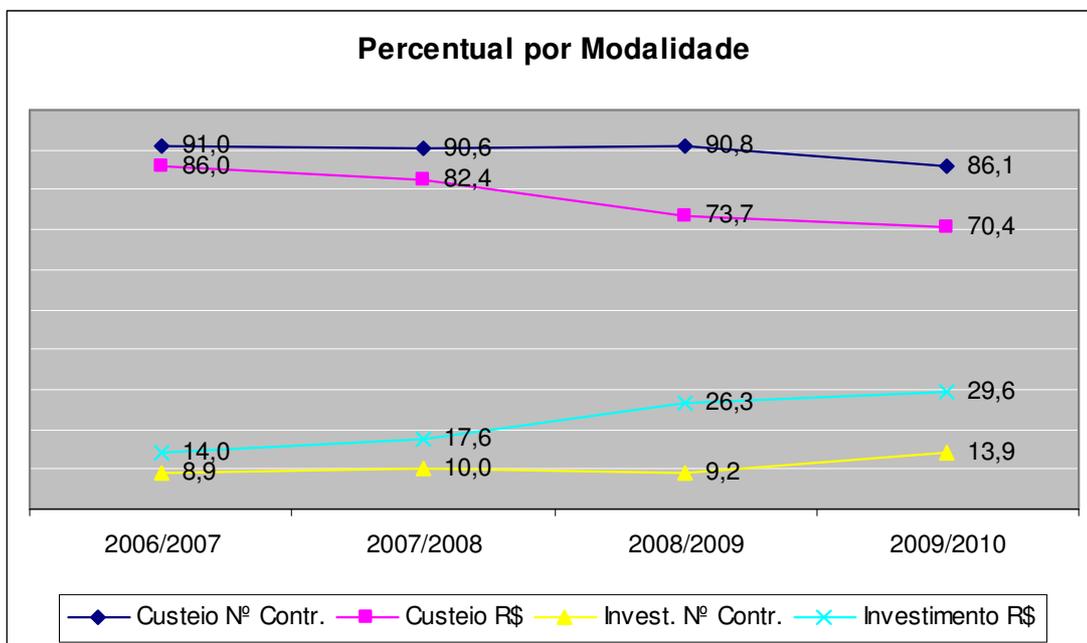
Tabela X – Evolução das Operações do PRONAF, por Modalidade, safras 2006/2007 a 2009/2010

Ano Agrícola	Custeio		Investimento	
	Nº	R\$	Nº	R\$
2006/2007	9.976	53.584.962,79	977	8.728.666,10
2007/2008	10.210	55.924.072,06	1.125	11.969.298,18
2008/2009	8.316	63.437.813,07	838	22.685.633,23
2009/2010	4.807	35.930.345,95	773	15.138.992,35

Fonte: MDA/SAF – www.mda.gov.br

Em termos percentuais, em relação ao número de contratos mais de 90% foram de custeio e menos de 10% foram de contratos de investimento. Em relação aos valores, mais de até a safra 07/08 foram mais de 80% para custeio, e a partir de 08/09 diminuindo para 70%, em contrapartida aumentando os valores de investimento.

Gráfico IV – Percentual de Operações do PRONAF por Modalidade – safras 2006/2007 a 2009/2010



Na modalidade de custeio, de acordo com as informações obtidas junto aos agentes financeiros, aproximadamente 95% dos financiamentos são para lavoura de grãos, nessa ordem: soja, milho; feijão e custeio para pecuária (pastagem). Na modalidade de

investimento, 80% das operações são para a atividade leiteira e os 20% restantes se dividem entre maquinários e equipamentos para lavoura e outros.

Observando o histórico do PRONAF por enquadramento nas últimas quatro safras, no Território temos 58,87% das operações nas linhas C, D e E, e 1,26% para as linhas A, A/C e B e ainda a linha Z Fumo com menos de 1% das operações. É importante observar que, na safra de 08/09 o Variável representava 74% das operações e na safra 09/10, dos dados até o momento, representa 82% das operações.

Tabela XI – Evolução das Operações do PRONAF, por Enquadramento, safras 2006/2007 a 2009/2010

Modalidade	2006/2007		2007/2008		2008/2009		2009/2010	
	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$
Exigibilidade Bancária	-	-	1.970	14.679.875,71	1.513	14.371.224,90	-	-
A	9	150.906,87	45	779.883,03	2	43.000,00	164	1.384.118,35
A/C	-	-	-	-	1	4.988,34	5	18.930,39
B	179	236.792,00	62	88.372,50	-	-	0	0,00
C	5.131	15.586.005,12	4.754	15.299.481,93	632	1.928.560,60	261	806.768,00
D	4.113	28.783.125,16	3.369	23.165.440,19	523	3.099.552,65	252	1.478.612,39
E	1.526	17.556.799,78	1.068	13.880.316,90	104	1.307.019,79	24	252.157,08
Variável	-	-	-	-	6.108	64.477.114,84	4.548	46.352.556,83
Z Fumo	-	-	-	-	268	773.888,51	90	216.402,45
Mini-Produtor/Sem definição	-	-	-	-	3	118.096,68	236	559.792,79
Total Território	10.958	62.313.628,93	11.268	67.893.370,26	9.154	86.123.446,31	5.580	51.069.338,28

Fonte: MDA/SAF – www.mda.gov.br

Apesar do grande número de assentados o acesso para as linhas A e A/C é pequeno, de acordo com as informações junto aos agentes de financiamento a procura por essas linhas é pouca, geralmente os assentados acabam acessando as linhas C, D e E, pelos valores que essas linhas disponibilizam e por estarem habituados.

As linhas especiais, PRONAF Jovem e Mulher, também são pouco acessadas. Segundo informações dos agentes financeiros, a procura por essas linhas é pouca, algumas hipóteses são que há falta de informação e conscientização sobre essas linhas de crédito e também porque a documentação e a taxa de juros são semelhantes às linhas normais, sendo assim, como é mais habitual fazer as linhas normais, tanto o agente financeiro como os/as agricultores/as acabam financiando na linha normal. Alguns agentes financeiros relataram que na safra 09/10 até houve uma maior procura pelo PRONAF Jovem e Mulher, mas muitos motivados pelo fato do marido/pai estar impedido de fazer o financiamento (inadimplente) ou com dificuldades para pagamento, então a intenção era fazer um novo financiamento para na verdade cobrir o do marido/pai, neste caso, foram desaconselhados.

Um ponto que vem preocupando os agentes financeiros e também os representantes de entidades da agricultura familiar camponesa é o índice de inadimplência e endividamento dos agricultores familiares campesinos. Não conseguimos, junto a todos os agentes financeiros, índices exatos da inadimplência, no entanto, representantes de agências do Banco do Brasil informaram que muitos municípios já estão com as operações bloqueadas por ter ultrapassado o limite de 10% de inadimplência. Em alguns municípios esse índice passa de 20%.

Junto a representantes das Cooperativas de Crédito do sistema Cresol levantamos informações que dão conta do elevado grau de endividamento dos agricultores. As Cooperativas do sistema Cresol realizam os financiamentos do PRONAF através de convênio com o Banco do Brasil e recentemente, com o BNDS, é política de a instituição realizar o pagamento do valor do convênio ao Banco do Brasil no vencimento, dessa forma, os agricultores que não pagam os financiamentos não constam como inadimplentes do PRONAF e sim, viram carteira própria das cooperativas; o que, nos dados oficiais, mascara o real índice de inadimplência do programa. E por outro lado, eleva o índice total de endividamento dos agricultores.

Sobre os prováveis motivos desse endividamento, ouvimos dos representantes dos agentes financeiros que, grande parte dos casos é resultado de um processo iniciado nas safras 04/05, na região ocorreu fortes secas principalmente nas safras de 04/05 e 05/06, houve a renegociação dessas dívidas que começaram a vencer na safra 08/09. Como as safras seguintes – 06/07 e 08/09 – não foram consideradas boas, pelos custos de produção elevados e por problemas climáticos, no vencimento das dívidas renegociadas o agricultor não conseguiu capitalizar o suficiente para o pagamento da dívida e do financiamento normal do período. Outra parcela de casos tem relação com a frustração da safra 08/09 e o pedido de PROAGRO negado, seja devido a falhas por parte do agricultor - falta de notas, época de plantio fora do zoneamento – seja devido a procedimentos da instituição financeira – avaliações de lavouras semelhantes com resultados diferentes, casos sem resposta, etc. Ainda, outra parte dos casos tem relação com o acúmulo de financiamento de custeio e investimento sem um bom planejamento das datas de vencimento e também do bom acompanhamento técnico da atividade financiada.

Diante da situação de endividamento dos agricultores familiares campesinos e as conseqüências negativas que essa situação pode trazer à dinâmica econômica e social do território, foi definido que o grupo focal seria justamente os agricultores com dificuldades de pagamento de financiamentos. Para investigar os motivos dessa dificuldade e levantar elementos para ações de solução da situação, foram realizadas entrevistas com

agricultores/as familiares camponeses de municípios do Território, o resultado dessa investigação será comentado a seguir.

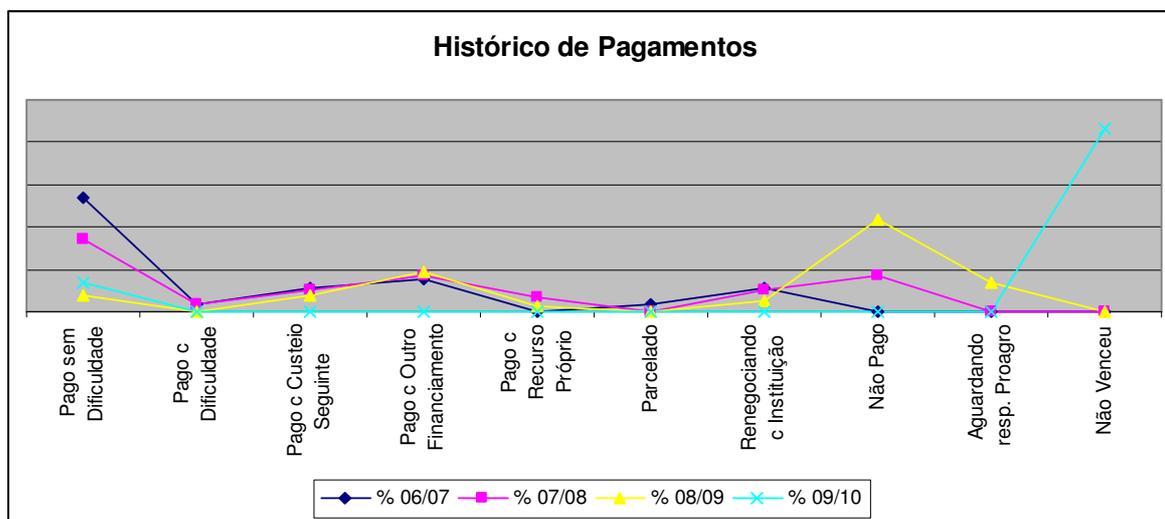
3.2.1 Grupo Focal – Agricultores com dificuldades de pagamento de financiamentos

A partir dos resultados das entrevistas realizadas junto os agricultores familiares camponeses com dificuldade de pagamento dos financiamentos do PRONAF e endividamentos dele decorrentes, a seguir tecemos alguns comentários.

No período dos anos agrícolas pesquisados (ou safras) – 06/07 a 09/10 – as linhas de custeio mais acessadas foram as C e D (ou correspondentes), concentrando mais de 80% dos contratos. E foram destinados principalmente para o custeio das lavouras de milho, mais de 50% dos contratos, lavoura de soja, média de 14%, e a lavoura de feijão com aproximadamente 7% dos contratos de custeio. Sendo que a maioria dos agricultores conta com uma superfície de área útil entre 6 e 10 hectares, 51% das propriedades pesquisadas.

Analisando as condições dos pagamentos no decorrer do período pesquisado, percebemos que da safra 06/07 para a safra 08/09 houve uma significativa diminuição na porcentagem dos agricultores que conseguiram pagar seus financiamentos de custeio no prazo sem dificuldades, de 50% para 10%, respectivamente. Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que aproximadamente 26% dos contratos de custeio, considerando a soma de todas as safras, foram pagos com o custeio seguinte ou com outro financiamento. Somando a isso outros 5% que renegociaram e/ou parcelaram o custeio junto às instituições de crédito, mais 6% que pagou com dificuldade ou com recurso próprio de outra fonte, chegamos a 37% dos contratos com dificuldade de pagamento, revelando a capacidade negativa de pagamento com a receita oriunda da cultura financiada.

Gráfico V – Percentual do Histórico de Pagamentos dos Financiamentos de Custeio – safras 2006/2007 a 2009/2010



A safra 08/09 apontou a maior percentual de financiamentos que não foram pagos, 49%. Comprovando o aumento da inadimplência bancária no período, além de reforçar a situação de endividamento entre os agricultores familiares camponeses. Observando os discursos dos agricultores, podemos perceber esse processo de endividamento, por exemplo: um agricultor de Laranjeiras do Sul que usou o custeio da safra de 07/08 para pagar o custeio anterior e fez a lavoura negociando os insumos com uma empresa particular, com juros mais altos; na safra 08/09 não fez mais lavoura de grãos, está trabalhando com leite e fumo, pagando a dívida da safra 07/08, que foi parcelada.

Lembramos que, a situação de inadimplência só não é maior, porque algumas instituições renegociam com os agricultores, parcelando ou realizando outros financiamentos para cobrir os custeios, diminuindo o índice oficial de inadimplência do PRONAF. Dessa forma, os resultados reais de endividamento são superiores à constante nos índices oficiais.

Como causa para esse processo de endividamento as seguidas frustrações de safra em decorrência de secas foram citadas como fator principal, aliado aos custos elevados de produção, principalmente da safra 08/09. Esse fenômeno, repetindo por safras consecutivas, impediu a recuperação de muitos agricultores que mesmo conseguindo o Proagro, não conseguiram quitar suas dívidas. Para a safra atual, 09/10, a previsão é de que as dificuldades persistam, pelo baixo preço dos produtos.

Os contratos de PRONAF investimento, considerando os períodos investigados, se concentraram na safra 06/07, 66% dos contratos, diminuindo para 23% na safra 07/08. Sendo a grande maioria, mais de 95%, destinada para a atividade leiteira, principalmente

para aquisição de vacas e novilhas e também de resfriadores e outros equipamentos. Com relação aos pagamentos, percebeu-se que em 57% dos contratos com parcelas já vencidas, os agricultores conseguiram realizar os pagamentos no prazo sem dificuldades, 16% pagou uma ou mais parcelas renegociando com a instituição, seja parcelando ou realizando outro financiamento para cobrir a parcela.

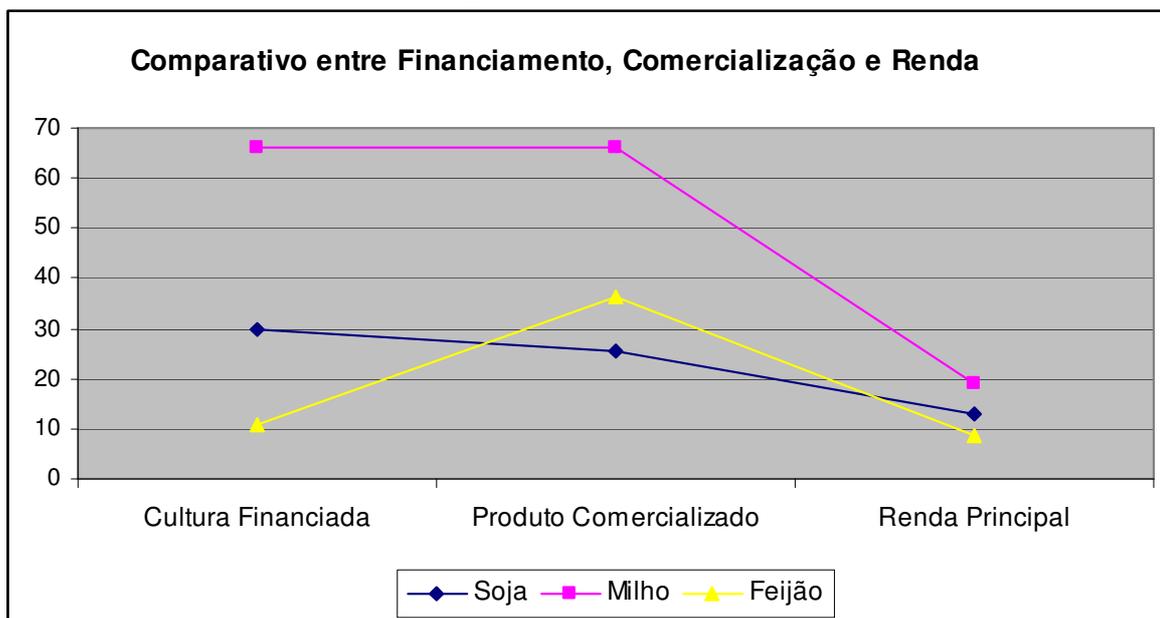
Entre os agricultores entrevistados, a produção de autoconsumo informada aponta seis produtos principais, sendo: carnes, feijão, mandioca, leite, ovos e milho. Esses produtos foram mencionados por mais de 50% dos entrevistados. Também como autoconsumo os agricultores tem hortas e pomares para produção de frutas, hortaliças e plantas medicinais.

Como produção que é comercializada, as informações coletadas apontam como principais produtos o leite e o milho, comercializados por mais de 66% dos estabelecimentos pesquisados. Seguidos pelo feijão, pela soja, pelo fumo e por gado de corte.

Relacionando os produtos mais comercializados com a receita bruta gerada por estes, observamos que, como renda bruta principal encontramos: o leite em 40%, o milho em 19%, a soja em 13%, o fumo em 11% e o feijão em 9% das propriedades pesquisadas.

Se compararmos a produção com os financiamentos acessados, perceberemos que a produção principal é voltada para grãos (milho, soja e feijão), coerente com os custeios acessados, assim como a atividade leiteira, também coerente com os investimentos realizados. Olhando sobre as safras pesquisadas, constatam-se problemas sucessivos com a lavoura de grãos, as secas, preços baixos dos produtos, custo insumos altos, etc, fazendo com que a renda dessa atividade não seja suficiente, ou apenas suficiente para cobrir os custos.

Gráfico VI – Percentual do Comparativo entre Cultura Financiada, Produto Comercializado e Renda Principal – Safra 2008/2009



Sobre a assistência técnica, 45% dos entrevistados informaram que receberam algum tipo de assistência técnica e 55% não receberam e entre os que receberam assistência técnica, 33% foi apenas na elaboração do projeto para o financiamento. No entanto, se cruzarmos os dados entre as formas de pagamento dos custos (se em dia, com atraso, etc) e a ATER, considerando o período entre as safras de 06/07 e 09/10, não há uma relação direta entre pagamento sem dificuldade e ATER recebida, mesmo entre os que pagaram em dia, a maioria não recebeu assistência técnica, 74%; também entre os que pagaram com dificuldade, renegociaram, ou não pagaram, a maioria, 72% não receberam assistência técnica.

Porém, na indicação pelos entrevistados, dos pontos que o crédito precisa melhorar, 23% mencionaram que é preciso ter (prever, efetivar) a assistência técnica para acompanhamento das culturas e da propriedade, relacionando diretamente crédito com assistência técnica.

Sobre a avaliação dos resultados que o crédito trouxe aos agricultores, mesmo considerando que o grupo entrevistado está inadimplente ou tem algum grau de endividamento decorrente do crédito contraído, 58% consideram os resultados decorrentes do crédito como regulares e bons. Essa constatação indica a importância que o agricultor familiar camponês dá ao crédito e evidencia sua dependência para com o mesmo.

Ainda que, não perguntado de forma direta, nos discursos dos entrevistados foi possível perceber que pretendem sair da situação de inadimplência e endividamento, seja

através de renegociação das dívidas com juros baixos e prazos longos, seja por ajuda governamental direta, perdão das dívidas, subsídios, etc.

3.3. Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar Camponesa

A comercialização é ponto delicado no desenvolvimento do Território, há várias questões a serem resolvidas: produção, transformação, agroindustrialização, capacitação, transporte, gestão, etc, porém percebe-se também boas iniciativas obtendo sucesso.

A maior parte da produção da agricultura familiar camponesa é comercializada *in natura*, individualmente. Basicamente a produção de grãos é comercializada junto às cerealistas locais e/ou regionais - soja e milho -, pouquíssimos produtores comercializaram feijão pela linha Formação de Estoque do PAA, maioria vende para atravessadores.

Para a comercialização do leite há uma maior organização, encontramos no âmbito do Território, cooperativas de agricultores familiares campesinos: o sistema CIP, sistema Coorlaf, sistema Cooplaf e organizações a partir do Ceagro. Essas organizações, na sua maioria, realizam a comercialização do leite *in natura*, atuando na coleta e resfriamento do leite, negociando a comercialização com empresas do setor, sendo o volume de leite – coletivo dos associados - a principal vantagem.

As olerícolas e frutíferas geralmente são comercializadas em feiras livres e nos programas de Doação Simultânea e Compra Direta (PAA), em menor proporção, há também os agricultores que comercializam de forma individual junto ao mercado convencional.

3.3.1. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O programa vem sendo acessado por associações e cooperativas de agricultores familiares campesinos nos últimos anos. O programa contribuiu e continua contribuindo para a organização dos agricultores em associações e/ou cooperativas; incentiva a diversificação da produção, por exemplo, a produção de olerícolas vem crescendo impulsionada pelo programa; melhoria na qualidade da alimentação de crianças – a partir da entrega dos produtos em escolas – e demais pessoas em risco social, como os indígenas, idosos, etc.

A tabela a seguir apresenta os contratos executados/contratados no ano de 2009 no âmbito do Território, tanto na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar quanto na Compra para Doação Simultânea. Esses dados foram levantados junto às secretarias de agricultura, Emater, instituições dos agricultores e SETP de Guarapuava entre os dias 22 de março e 15 de abril de 2010.

Tabela XII – Operações do PAA no Território Cantuquiriguaçu em 2009

Município	Modalidade	Entidade Executora	Valor	Nº Agr.
Campo Bonito	DS	Org. Prefeitura	88.205,00	54
Candói	DS	Casa Familiar Rural	143.500,00	41
	CD - MDS	Ass. De Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	69.370,65	20
Cantagalo	CD - MDS	Provopar - Ação Social	73.291,00	21
Catanduvas	DS	Org. Prefeitura	44.000,00	22
Foz do Jordão	DS	Org. Emater - Exec. Associação de Produtores de Leite	112.000,00	37
Goioxim	CD - MDS	Ass. Comunitária Rural Santa Terezinha	62.700,00	19
	CD - Conab	Org. Prefeitura	85.000,00	42
Guaraniaçu	CD	Org. Prefeitura / Emater	86.000,00	30
Ibema	DS	Org. Emater	32.000,00	12
	DS	Celar - Central Laranjeirense de Associações Rurais	248.192,00	108
Laranjeiras do Sul	CD - MDS	Ass. Comunitária Social, Esportiva e Cultural 8 de Junho	48.783,00	14
	CD - MDS	Ass. Paranaense de Pequenos Agricultores (APPA)	52.277,60	16
Marquinho	DS	Associação / Prefeitura	42.212,00	18
Pinhão	DS	Casa Familiar Rural	129.000,00	50
Porto Barreiro	DS	Grupo Agricultores / Secretaria Educação	17.000,00	15
Quedas do Iguaçu	DS	Coop. Agricultura Familiar Quedas do Iguaçu	251.000,00	72
Reserva do Iguaçu	DS	Org. Sec. Agri. - Exec. Associação Com. Vila Verde	85.000,00	80
Rio Bonito do Iguaçu	DS	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	38.483,30	11
Total Território			1.708.014,55	682

*CD – Compra Direta e DS – Doação Simultânea

Os municípios que não constam na Tabela XII, Espigão Alto do Iguaçu informou que em 2009 não enviou nenhum projeto para o programa, fizeram a divulgação junto aos agricultores e instituições do município, mas nenhum projeto foi apresentado. E Diamante do Sul apresentou um projeto que não foi aprovado. Dos municípios de Três Barras do Paraná, Virmond e Nova Laranjeiras, temos informação de que foram executados projetos do programa, porém não conseguimos levantar os valores.

As modalidades mais acessadas foram Compra Direta da Agricultura Familiar pelo MDS e Compra para Doação Simultânea pela Conab. Para a modalidade Formação de Estoque informações não confirmadas dão conta que foi realizado um contrato por Porto Barreiro para o produto feijão. O motivo para a pequena procura por essa linha diz respeito ao custo do transporte e armazenamento, devido a poucos armazéns credenciados pela Conab no Território.

A partir do programa do PAA nas modalidades Compra Direta e Doação Simultânea, observam-se diversos aspectos positivos:

- a olericultura e a fruticultura estão sendo desenvolvidas como uma forma de diversificação da produção, a qual era pouco praticada pela agricultura familiar camponesa como atividade comercial;

- melhora na qualidade da alimentação da família produtora (autoconsumo), dos beneficiários do programa (reeducação alimentar) e da comunidade como um todo, uma vez que, muitos municípios começaram ou estão começando feiras livres como forma de comercializar maiores volumes, gerando renda além do programa, movimentando a economia local;

- incentivo a organização entre os agricultores e planejamento da produção, para estender a produção por mais meses durante o ano;

- maior preocupação/incentivo para a organização de agroindústrias e estruturação de Serviços de Inspeção Municipal – SIM, nos municípios que não contam com esse serviço. Além de programas de reativação ou aumento da produção das cozinhas comunitárias instaladas, voltadas principalmente para a produção de massas e panificados.

Como pontos a melhorar no programa, os beneficiários fornecedores apontam:

- a necessidade de maior apoio/acompanhamento técnico, desde o planejamento da produção à entrega dos produtos;

- que produção orgânica e agroecológica necessitam de certificação adequada a realidade (custos);

- necessidade de regionalizar alguns preços, que estão muito abaixo do mercado local;

- necessidade de apoio para a organização e gestão dos projetos, as organizações não têm recursos humanos e financeiros suficientes para assumirem sozinhas.

Quanto à modalidade de Atendimento Escolar, da lei, que trata a Lei nº 11.947/2009, contatamos as Secretarias de Educação dos municípios, os Núcleos Regionais de Educação e a Secretaria de Educação do Estado no começo de março para saber como está a implementação da Política Pública.

A Secretaria de Educação do Estado informou que está desenvolvendo um sistema para atender as disposições da nova lei, para realizar o cadastramento dos agricultores e fazer a gestão do programa, para então encaminhar a chamada pública. Acreditam que o sistema estará pronto dentro de um a dois meses.

No Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, que atende os municípios de: Candói, Foz do Jordão, Goioxim, Pinhão e Reserva do Iguaçu e no Núcleo Regional de Educação de Cascavel, que atende os municípios de: Campo Bonito, Catanduvas, Ibema, Guaraniaçu e Três Barras do Paraná informaram que estão aguardando as orientações da Secretaria de Educação do Estado. No Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, que atende os municípios de: Cantagalo, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond, informaram que realizaram algumas reuniões com organizações de agricultores para fazer um levantamento prévio dos produtos da agricultura familiar camponesa, e no momento também estão aguardando novas orientações da secretaria estadual.

A nível municipal, as informações obtidas junto as Secretarias Municipais de Educação, dão conta que, a maioria dos municípios está em fase de elaboração e/ou implementação das chamadas públicas. Outros já estão recebendo os produtos e utilizando na alimentação escolar. Durante as conversas, percebemos que em alguns municípios o número de produtos e a quantidade poderia ser maior, faltando para tanto, da parte dos agricultores familiares campesinos um maior planejamento da produção e por parte de alguns profissionais das secretarias a sensibilidade para adequar a lista de produtos às características e sazonalidades locais.

Na Tabela a seguir, elaboramos uma estimativa de valores para o ano de 2010 e detalhamento da situação em cada município da aplicação da política de alimentação escolar. Se observarmos cada município individualmente, em alguns casos podemos pensar que são recursos não muito expressivos. No entanto, somando os valores de todos os municípios chegamos a R\$ 428.472,00, o que passa a ser significativo, se considerarmos que esta é mais uma forma de comercialização, não a única.

Tabela XIII - Estimativa e Situação do Atendimento Escolar na Rede Municipal – Lei nº 11.947/2009.

Município*	Est. Valor Repasse FNDE ⁽¹⁾	Aluna do ⁽²⁾	30% Repasse FNDE ⁽³⁾	Nº Agr. Fam. ⁽⁴⁾	Est. Nº Agr. Aten.	Situação
Campo Bonito	24.684,00	561	7.405,20	483	5	Chamada realizada. Início da entrega nos próximos dias. 5 agricultores. Aprox. 4 produtos.
Candói	88.792,00	2.018	26.637,60	1.383	8	Já recebendo. Aprox. 8 agricultores. Aprox. 21 produtos.
Cantagalo	93.896,00	2.134	28.168,80	920		Chamada realizada.
Catanduvas	57.200,00	1.300	17.160,00	727		Chamada organizada, em fase de publicação.
Diamante do Sul	23.584,00	536	7.075,20	452		Chamada realizada. Início da entrega p maio. Aprox. 50 produtos.
Espigão Alto do Iguaçu	25.520,00	580	7.656,00	790		Chamada pública realizada. Entrega p próximos dias.
Foz do Jordão	41.184,00	936	12.355,20	243	42	Chamada sendo organizada. Aprox. 42 agricultores. Aprox. 52 produtos.
Goioxim	46.024,00	1.046	13.807,20	1.064		1ª Chamada em agosto 09. 2ª chamada sendo organizada. Vários produtos.
Guaraniaçu	86.592,00	1.968	25.977,60	1.724		1 Chamada realizada. 3 produtos sendo entregues. Estão organizando 2ª chamada.
Ibema	31.284,00	711	9.385,20	249		Sem informação até o momento
Laranjeiras do Sul	183.348,00	4.167	55.004,40	1.226	1	1ª Chamada em dez/09. Associação 8 de junho. Produtos: panificados e alface.
Marquinho	34.892,00	793	10.467,60	843		Chamada sendo organizada. Vários produtos
Nova Laranjeiras	44.176,00	1.004	13.252,80	1.359	100	Chamada sendo organizada. Aprox. 100 agricultores. Pensando em ampliar além dos 30%.
Pinhão	215.820,00	4.905	64.746,00	2.105		1ª Chamada em dez/09. Aprox. 22 produtos. 2ª Chamada nos próximos meses.
Porto Barreiro	19.096,00	434	5.728,80	703		Chamada sendo organizada. Produtos: verduras e grãos.
Quedas do Iguaçu	173.756,00	3.949	52.126,80	2.186		Sem informação até o momento
Reserva do Iguaçu	60.632,00	1.378	18.189,60	510		Chamada em fase de elaboração.
Rio Bonito do Iguaçu	97.988,00	2.227	29.396,40	2.377	7	1ª Chamada ago/09. Aprox. 7 agricultores. Aprox. 30 produtos.
Três Barras do Paraná	57.640,00	1.310	17.292,00	1.337		Chamada realizada. Já recebendo produtos.
Virmond	22.132,00	503	6.639,60	503	6	1ª Chamada em dez/09. Aprox. 6 agricultores. Aprox. 45 produtos.
Total do Território	1.428.240,00	32.460	428.472,00	21.184	169	

Fonte dos dados: FNDE e SAF/MDA - Organização das informações: SAF/MDA 2009.

* Relação das Prefeituras Municipais executoras dos recursos do PNAE na rede municipal.

(1) Total dos recursos projetados para a secretaria estadual de educação para execução do PNAE na rede estadual.

(2) 2009 com base no censo escolar de 2008

(3) Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(4) Censo da Agricultura Familiar 2006 - IBGE.

A seguir, estimamos os valores para o ano de 2010 destinados a alimentação escolar da rede estadual de ensino.

Tabela XIV – Estimativa e Situação do Atendimento Escolar na Rede Estadual – Lei nº 11.947/2009.

Município	Estimativa Valor Repasse FNDE ⁽¹⁾	Alunado	30% Repasse FNDE ⁽²⁾	Est. Nº Agr. Aten. 30% ⁽³⁾
8.646,001				Campo Bonito
Candói 28.820,00655	102.564,00	2.331	30.769,20	3
Cantagalo	82.676,00	1.879	24.802,80	3
Catanduvas	63.316,00	1.439	18.994,80	2
Diamante do Sul	26.136,00	594	7.840,80	1
Espigão Alto do Iguaçu	33.968,00	772	10.190,40	1
Foz do Jordão	29.172,00	663	8.751,60	1
Goioxim	45.364,00	1.031	13.609,20	2
Guaraniaçu	116.292,00	2.643	34.887,60	4
Ibema	34.892,00	793	10.467,60	1
Laranjeiras do Sul	251.812,00	5.723	75.543,60	8
Marquinho	33.440,00	760	10.032,00	1
Nova Laranjeiras	106.964,00	2.431	32.089,20	4
Pinhão	215.512,00	4.898	64.653,60	7
Porto Barreiro	25.256,00	574	7.576,80	1
Quedas do Iguaçu	237.292,00	5.393	71.187,60	8
Reserva do Iguaçu	58.476,00	1.329	17.542,80	2
Rio Bonito do Iguaçu	133.892,00	3.043	40.167,60	4
Três Barras do Paraná	89.320,00	2.030	26.796,00	3
Virmond	24.244,00	551	7.273,20	1
Total do Território	1.739.408,00	39.532	521.822,40	58
Secretaria de Estado da Educação	59.097.940,00	1.339.349	17.729.382,00	
Hospital das Clínicas - UFPR	6.204,00	141	1.861,20	
Total do Estado	108.095.328,00	2.451.432	32.428.598,40	3.603

Fonte: Secretaria de Educação do Estado - Dia a Dia Educação (Organização das informações: Sandra König)

(1) Total dos recursos projetados para a secretaria estadual de educação para execução do PNAE na rede estadual.

(2) Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009.

(3) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

Se considerarmos a estimativa de valores a serem aplicados na aquisição dos alimentos da Agricultura Familiar Camponesa do Território, na rede municipal e estadual, teremos aproximadamente um milhão de reais beneficiando os agricultores familiares camponeses, através da comercialização da sua produção, apenas nessa política.

3.3.2. Feiras Livres

A realização de feiras livres não configura como tradição ou hábito da população local, mesmo assim encontramos diversas iniciativas, ainda que a maioria seja de feiras pequenas. Incentivadas principalmente pela produção de olerícolas destinadas ao PAA, pois o excedente, motiva a procura de novos espaços de comercialização, sendo a feira uma das primeiras opções.

Tabela XV – Feiras Livres Municipais - Cantuquiriguaçu

Município	Entidade Executora/Organizadora	Nº Agr.	Dia da Semana
Candói	Grupo de Agricultores	2	sáb
Cantagalo	Associação dos Feirantes	10	vários dias
Catanduvas	Grupo de Agricultores / Secretaria da Agricultura	20	sáb
Diamante do Sul	Cooperativa de Agricultores	8	--
Foz do Jordão	Grupo de Agricultores / Emater	15	1º sáb mês
Goioxim	Grupo de Agricultores / Secretaria da Agricultura	8	sex
Ibema	Grupo de Agricultores / Emater	6	sáb
Laranjeiras do Sul	Grupo de Agricultores convencionais	7	seg - qui - sáb
	Associação 8 de Junho – Agric. Agroecológicos	5	sáb
Pinhão	Grupo de Agricultores / Secretaria da Agricultura	10	qua e sáb
Reserva do Iguaçu	Grupo de Agricultores	12	1ª sex mês
Rio Bonito do Iguaçu	Grupo de Agricultores	10	--
Total Território		113	

No Território conseguimos identificar doze feiras livres em onze municípios, dessas uma é orgânica, a de Laranjeiras do Sul do Assentamento 8 de Junho, no entanto sem certificação. A maioria funciona uma vez por semana, geralmente no sábado; algumas, no entanto, acontecem duas vezes por semana. Os produtos mais vendidos são olerícolas e frutas da época, produtos de origem animal são mais raros pela deficiência na obtenção dos serviços de inspeção.

3.3.3. Estabelecimentos Especializados

Identificamos dois estabelecimentos consolidados e dois em processo de organização. Os dois consolidados são o “Celeiro do Agricultor” em Guaraniaçu, organizados na AAFAMIG – Associação dos Agricultores Familiares de Guaraniaçu, com 138 associados e mais de 300 produtos comercializados, tanto de origem vegetal como animal. O estabelecimento funciona a mais de cinco anos e conta com apoio da Prefeitura Municipal, Emater e Entidades da Agricultura Familiar Camponesa; o outro estabelecimento é a “Casa do Produtor” em Quedas do Iguaçu, organizada através da COOPAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar, com 130 associados e mais de 82 produtos, tanto de origem vegetal como animal.

Os dois estabelecimentos em processo de organização são o “Chalé do Agricultor”, em Candói, obra concluída, aguardando liberação. Sob gerencia da Prefeitura, estão organizando os agricultores para produção e comercialização no local. O outro

estabelecimento é a “Central Regional de Comercialização” em Nova Laranjeiras, obra da estrutura comercial concluída em 2009, aguardando adequação (calçamento) do acesso. Sob administração da “Cooperativa Monjolo”, com apoio da Prefeitura Municipal, assessoria do SEBRAE, em fase de organização do estabelecimento para comercialização no local, pretende-se que o espaço possibilite a comercialização de produtos de associações, cooperativas de agricultores familiares camponeses do Território, e além do ponto de comercialização local, funcione também como um centro de distribuição.

3.4. Assistência Técnica e Extensão Rural

A assistência técnica e extensão rural é discussão freqüente nas atividades do Território Cantuquiriguaçu. O PTDRS menciona a desarticulação e insuficiência de técnicos para atender a demanda da agricultura familiar camponesa e aponta alguns caminhos:

- Aumentar e estruturar o quadro técnico (carro, internet, computador, profissionais etc.);
- Qualificar e capacitar os profissionais em atividades estratégicas como o leite, agroindustrialização, agroecologia, e diversas cadeias de produção, etc.;
- Realizar/Firmar parcerias a nível estadual e federal para que fluam recursos para os municípios e em parceria com o território desenvolver projetos e programas de interesse do agricultor familiar camponês;
- Apoiar e ampliar as propriedades de estudo e referencia no território;
- Organização de Rede territorial de ATER.

Para entender a oferta atual de profissionais de ATER e ATES para a agricultura familiar camponesa, procuramos mapear as instituições, os profissionais e suas estruturas, com atuação no Território. As informações levantadas podem estar incompletas, porque não conseguimos contatar diretamente todas as instituições e/ou nem todas nos deram um retorno até o momento, bem como priorizamos o contato com as que trabalham essencialmente com a agricultura familiar camponesa, sendo assim, várias que atuam com agricultura patronal e eventualmente com agricultura familiar camponesa, não foram contatadas neste momento.

A Emater é o órgão oficial de ATER do Estado, com atuação em todos os municípios, em alguns casos, com profissionais cedidos por outras instituições (prefeituras municipais, etc). Recentemente foram contratados alguns profissionais para municípios em que a instituição estava sem profissional e em outros ainda se está negociando a efetivação dos convênios.

Foram identificadas 13 instituições que trabalham essencialmente com agricultura familiar camponesa: Cooperecológica, Ceagro, Biolabore, Casa Familiar Rural, Cresol, Embrapa, Fundação Terra/Emater, Comap, Cooplaf, APPA, Cooperiguaçu, Outro Olhar, Rureco. Além destas, há também os profissionais do programa Universidade Sem Fronteiras atuando em parceria com outras instituições.

Das instituições identificadas, sete possuem atuação regional: Cooperecológica, Ceagro, APPA, Biolabore, Outro Olhar, Fundação Terra¹ e Rureco, sendo que quatro com sede fora do território (Fundação Terra, Biolabore, Outro Olhar e Rureco). As instituições que trabalham especificamente com assentamentos da reforma agrária no território são: Fundação Terra, Ceagro e Cooperiguaçu. A Outro Olhar trabalha especialmente com indígenas da Terra Indígena Rio das Cobras. Essas instituições desenvolvem seus trabalhos de ATER/ATES por projetos e convênios, com orçamentos e atividades com prazo determinado.

A Cavaplan e a Tplan, de Catanduvas, atendem a todas as categorias de agricultores, aos agricultores familiares campesinos o principal serviço prestado é o de elaboração de projetos para o PRONAF. A Agropecuária Casa do Campo atende alguns agricultores familiares campesinos quando solicitada, trabalha com assistência médica veterinária a rebanhos leiteiros. A Coamo, Coopavel, Copergrão, entre outras, atuam geralmente atreladas a condição do agricultor adquirir os insumos das lavouras em suas unidades, fornecendo algum acompanhamento para a atividade.

Das 20 secretarias municipais de agricultura, cinco não possuem profissionais específicos para o trabalhando com ATER – Candói, Espigão Alto do Iguaçu, Goioxim, Ibema e Três Barras do Paraná. A secretaria de agricultura de Laranjeiras do Sul possui um profissional que trabalha na elaboração de projetos, não desenvolve outras atividades relacionadas a ATER.

Para elaboração da tabela a seguir foram considerados apenas os profissionais que declararam ter, pelo menos, parte do seu tempo dedicado ao atendimento direto aos agricultores familiares campesinos e/ou aos seus empreendimentos (normalmente os profissionais de atuação regional), os profissionais essencialmente administrativos não foram incluídos na composição da tabela.

¹ A Fundação Terra, pessoa jurídica com convênio para atuar com ATES, trabalha coordenada pela Emater.

Tabela XVI – Quantidade de Profissionais de ATER/ATES atuando no Território

Município	Quantidade de Profissionais Atuando no Território				Necessidade Profis.*	Déficit Profis.**
	Emater	Secretarias Agricultura	Outras Instituições	Total Atual		
	Campo Bonito		2	1	3	6
-3Candói	3		1	4	17	-13
Cantagalo	2	1	2	5	12	-7
Catanduvas	1	2	6	9	9	0
Diamante do Sul	1	3		4	6	-2
Espigão Alto do Iguaçu	2			2	10	-8
Foz do Jordão	2	1	1	4	3	1
Goioxim	4		1	5	13	-8
Guaraniaçu	2	4	6	12	22	-10
Ibema	1		1	2	3	-1
Laranjeiras do Sul	5	0	3	8	15	-7
Marquinho	2	4	2	8	11	-3
Nova Laranjeiras	3	6	4	13	17	-4
Pinhão	3	5	6	14	26	-12
Porto Barreiro	2	1	14	17	9	8
Quedas do Iguaçu	11	1	2	14	27	-13
Reserva do Iguaçu	3	3	1	7	6	1
Rio Bonito do Iguaçu	2	3	28	33	30	3
Três Barras do Paraná	1	1	1	3	17	-14
Virmond	2	3	1	6	6	0
Regional e Outros Conv.	10		9	19		
Total Território	62	40	90	192	265	-73

* Necessidade efetiva de profissionais para assistência técnica calculada com base no número total de estabelecimentos familiares camponeses em cada município tendo como parâmetro o número de 80 famílias de agricultores por profissional.

** Déficit de Profissionais calculado a partir do número atual de profissionais menos o número necessário para atender em 100% a demanda da agricultura familiar camponesa.

Considerando as informações coletadas, percebemos um déficit considerável de profissionais para o trabalho com a agricultura familiar camponesa, para atender as 21.184 famílias de agricultores familiares camponeses, contando que cada profissional atenderia no mínimo 80 famílias, seriam necessários mais 73 profissionais, ou seja, uma necessidade de aumentar em 27% o número atual de profissionais. Ressalvando que, nesse cálculo estão incluídos 19 profissionais de atuação regional (indireta em relação ao agricultor).

Observamos que, a Emater, junto com a Fundação Terra tem 32% dos profissionais atuando no território; as secretarias municipais de agricultura tem outros 21% e outras instituições tem 47% dos profissionais atuando no território. Vale ressaltar que, como a maioria dos profissionais é de instituições que trabalham por projetos e/ou convênios, o número de profissionais contratados pode mudar repentinamente, ao término dos projetos/convênios, e o trabalho não ter continuidade.

Quanto à formação, considerando as informações coletadas, 66% são de nível médio entre técnicos agrícolas, agropecuários e agroecológicos, 34% são de nível superior, destes: 62% engenheiros agrônomos, 18% médicos veterinários, e as outras formações (zootecnista, biólogo, engenheiro de alimentos, engenheiro florestal, economista doméstico, assistente social, pedagogo, administrador, contador, psicólogo) somam 20%.

Em contraponto, observando as informações quanto a orientação técnica do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, percebemos o ponto de vista do agricultor sobre a assistência técnica.

Tabela XVII – Percentual de Estabelecimentos Agropecuários e Orientação Técnica – Território Cantuquiriguaçu

Origem da orientação técnica recebida	Ocasionalmente	Regularmente	Não recebeu	Total
Total	15	18	67	100
Não recebe	0	0	100	
Recebe	46	54	0	33
Governo (federal, estadual ou municipal)	68	32		23
Própria ou do próprio produtor	55	45		12
Cooperativas	43	57		40
Empresas integradoras	24	76		25
Empresas privadas de planejamento	45	55		13
Organização não-governamental (ONG)	30	70		0,4
Outra	64	36		0,9

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (Dados Agrupados SIDRA)

Do total dos estabelecimentos agropecuários do território (familiares e não familiares) 67%, ou seja, 16.975 estabelecimentos não recebem orientação técnica e dos que recebem – 8.488 – regularmente apenas 4.598 estabelecimentos. E as instituições que mais aparecem como realizando esse trabalho são as cooperativas – reconhecida por 40% dos estabelecimentos.

3.5. Políticas Públicas complementares para o Desenvolvimento Rural

Para complementar as políticas públicas relacionadas ao crédito, ATER e comercialização são necessárias também ações voltadas para Infraestrutura, Educação, formação e capacitação, Esporte, cultura e lazer, e Meio ambiente. Algumas dessas ações já foram apontadas no PTDRS, a saber:

3.5.1 - Infraestrutura

Aspecto importante para o desenvolvimento e integração do Território é a efetivação das ações de infraestrutura já apontadas, principalmente quanto à:

- Estradas municipais e intermunicipais – asfalto, calçamento, consórcios municipais para compra de patrulhas, etc. Sistema viário de integração.

- Habitação rural – programa de financiamento para agricultores familiares camponeses, adequação da arquitetura das moradias à realidade local, técnicas de bioconstrução.

- Estrutura Fundiária: continuidade e agilidade ao processo de regularização das áreas de assentamentos e acampamentos dos agricultores. Crédito fundiário para jovens, divulgação e adequação da política existente. Regularização das áreas de posse dos agricultores familiares camponeses e área indígena. Alternativas para os custos cartorários (cartórios públicos, subsídios, etc).

3.5.2 – Educação, formação e capacitação

A educação, formação e capacitação como estratégia para o desenvolvimento local e regional, de forma ampla e abrangente, a partir da valorização e melhoria das iniciativas já existentes e um planejamento territorial.

- Entidades com experiência e potencial, como Ceagro, Casas Familiares Rurais, Senar, Sebrae e Universidades, construir um planejamento territorial para uma formação/capacitação voltada ao conjunto da população, lideranças e mulheres, considerando a geração de trabalho e renda, a dignidade na produção, através do associativismo e cooperação. Da mesma, forma investir em cursos profissionalizantes no pólos universitários e outros centros de formação existentes, para a formação de profissionais técnicos que atuarão no território.

- A Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS, como instrumento estratégico para o desenvolvimento territorial, participando da consolidação do papel da universidade no desempenho do ensino superior, da pesquisa e extensão inseridos na realidade local.

- Estimular e fortalecer iniciativas de economia popular solidária tanto no campo como na cidade, como alternativa para ocupação da mão de obra com geração de trabalho e renda.

3.5.3 – Esporte, Cultura e Lazer

Considerar o espaço rural como um espaço de vida, não só de produção, recuperando os espaços de convivência social, esporte e lazer, para tornar o campo um

lugar de vida dinâmica. Para tanto, procurar desenvolver atividades de reutilização de escolas rurais, para atividades culturais e de lazer.

Além do campo, pensando na qualidade de vida da população do território, considerando a quantidade e amplitude de eventos culturais e esportivos existentes, procurar estratégias para melhorar a divulgação, buscar reconhecimento pelo Estado, valorizar e ampliar as possibilidades para outras iniciativas existentes.

3.5.4 – Meio Ambiente

Procurando minimizar os impactos negativos no meio ambiente e frear ações de degradação, procurar desenvolver ações e estratégias para:

- Destinação e tratamento de lixo – em função das dificuldades existentes no território para a correta destinação e tratamento do lixo, investir na construção de planos diretores que visem conscientização da população, urbana e rural, para diminuição da produção de lixo, separação do lixo nas casas, coleta seletiva, criação de usinas de separação e reciclagem cooperativadas, bem como adequação e legalização dos aterros sanitários. Buscando recursos junto ao poder público e parcerias com as usinas hidroelétricas e outras. Envolvendo também as Universidades para realização de estudos e capacitação técnica.

- Organizar programa para amplo processo de educação ambiental junto à população e assumir a educação ambiental como disciplina transversal nas escolas. Paralelamente estimular criação de planos municipais e estimular a discussão em nível territorial sobre ações para o meio ambiente, destinando e buscando recursos como o ICMS ecológico, gestados por conselhos e envolvendo profissionais capacitados na área.

- Promover o reflorestamento de áreas inaptas ou degradadas, plano ou programa de adequação a lei pelos agricultores familiares camponeses, com apoio técnico e subsídio dos custos.

4. REFLEXÕES: TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Prof. Dr. Mariano Sanches (UFFS)²

João Costa de Oliveira (CONDETEC)³

Prof. M. Joaquim Gonçalves da Costa (UFFS)⁴

Discutir e implementar Políticas Públicas para o campo, com base na produção agrícola, buscando o desenvolvimento dos camponeses e do conjunto da sociedade local e global que os envolve, significa, no âmbito dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, a constituição e a construção de uma estratégia de mudança de paradigmas, práticas sociais e de produção e reprodução da vida nesses territórios.

No caso do Cantuquiriguaçu, após longos anos de prática, de luta, de implantação de políticas como o Pronaf e, de intenso debate, sobretudo, a partir de 2003 sobre os efeitos positivos e negativos da aplicação dessa política e, da ausência de outras políticas necessárias ao campo, vemo-nos no compromisso de estabelecermos com os Governos Federal, Estadual e Municipais um diálogo mais profundo a partir do fórum permanente de discussões que é o Colegiado Territorial, o nosso CONDETEC. A intenção é que possamos passar de uma situação que poderíamos chamar de “consumidores de políticas públicas” à condição de propositores de Políticas Públicas e Sociais que realmente tenham a capacidade de promover uma transformação estrutural positiva na sociedade local, desde o ponto de vista dos camponeses.

Em um território marcado pela contradição entre o latifúndio com hegemonia do agronegócio por um lado, e, a forte presença de assentamentos de Reforma Agrária, bem como de grande número de pequenas propriedades da Agricultura Familiar Camponesa por outro, já se travaram inúmeras batalhas a partir da organização em movimentos sociais populares do campo. Por terra, crédito, moradia, energia, preço justo, educação do campo, seguro agrícola e muitos outros, essas lutas se estenderam durante os últimos 30 anos. Ocorre que, nas últimas mobilizações, tem sido cada vez mais frequente a pauta da renegociação de dívidas dos camponeses.

Isto rendeu um debate acalorado dentro e fora do CONDETEC com a realização de inúmeras reuniões, seminários, mobilizações que aprofundaram o debate sobre o tema. A partir desse processo, fica patente que a questão do endividamento de Agricultores Familiares e Camponeses é apenas uma das formas de manifestação dos limites da políticas públicas aplicadas à agricultura, no contexto do capitalismo em sua fase atual,

² Doutor em Sociologia. Docente da UFFS.

³ Licenciado em Filosofia (PUC/PR) com Especialização no Pensamento Filosófico Latinoamericano pelo Ifil. Coordenador Geral do CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu, PR.

⁴ Licenciado em Filosofia (PUC/PR), Mestre em Educação pela UFPR, docente da UFFS.

muito embora seja reconhecida sua importância nas últimas décadas para a permanência do agricultor no campo, contraditoriamente, pois é também o princípio do endividamento agrícola.

O Plano Safra Territorial é o momento e a oportunidade para diagnosticarmos e quantificarmos a realidade, problematizando-a e, por fim elaborando, a partir da reflexão e das experiências, nossas propostas. Vamos à reflexão.

4.1 - A lógica Política das Políticas Públicas: processo decisório e racionalidade

Nunca devemos esquecer que no acelerado debate público de hoje predomina uma lógica do fragmento, através da qual pensamos os graves problemas de nossa sociedade como um painel não articulado de questões pontuais, como lista de problemas isolados que exigiriam, portanto, políticas públicas pontuais para enfrentá-los. Assim, os graves problemas de saúde pública, de violência urbana, de moradia e favelização das grandes cidades, entre tantos outros, exigiriam aparentemente políticas públicas específicas, políticas isoladas de outras políticas, concentradas nas dificuldades particulares de cada problema.

Um primeiro passo para evitar este erro seria lembrar que Políticas Públicas não são o mesmo que Políticas Sociais. Quer dizer, toda Política Social é uma Política Pública, mas não toda Política Pública é uma Política Social. A literatura da Ciência Política oferece variadas definições e podemos começar por esta: as Políticas Públicas são a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas (Norberto Bobbio e outros, Dicionário de Política). As Políticas Sociais podem ser pensadas como uma forma específica de Políticas Públicas, e muitas vezes sua eficácia depende de Políticas Públicas mais abrangentes.

As Políticas Públicas exigem dos seus formuladores uma visão ampla dos problemas estruturais da sociedade, e reclamam tanto a solução de curto prazo quanto a planificação do longo, numa articulação de políticas que tentem enfrentar múltiplos problemas simultaneamente.

Mas estas considerações ainda estão colocadas em um plano abstrato: se avançamos mais um pouco, devemos considerar que o Estado não é uma instituição unidimensional, fechada e transparente, mas, bem pelo contrário, pode ser pensado como um verdadeiro campo de luta entre interesses variados pela definição de suas políticas. E aqui devemos considerar então os atores envolvidos nesta luta: em primeiro lugar, temos o Governo, que detém em princípio o Poder Político; em segundo lugar, o próprio corpo de funcionários administrativos que configuram a estrutura burocrática do Estado (aqueles que

vão efetivamente implementar a Política Pública definida pelo governo); e em terceiro lugar, um conjunto múltiplo de atores vindos da sociedade civil com variados graus de poder, influência e organização, defendendo interesses específicos. Mas esse campo de luta política pela definição dos rumos das Políticas Públicas que é o Estado, não é um território neutro: o seu 'caráter de classe' marcado na sua materialidade institucional expressa correlações de força que não escondem as verdadeiras relações de poder da estrutura social. Assim, as Políticas do Estado condensam essas relações de poder, de classe, que estruturam a sociedade, cuja determinação econômica só se impõe historicamente na medida em que resulta de uma luta política que não exclui o confronto e a negociação, o conflito e a articulação de interesses.

Vamos sistematizar melhor os atores: podendo ser tanto individuais como coletivos, por um lado temos Atores Públicos, e por outro, Atores Privados. Os Atores Privados são aqueles dispõem de suficientes recursos de poder como para intervir no processo de toma de decisão e formulação de Políticas Públicas através de pressões e influenciar nas ações do Governo. Os Atores Públicos são aqueles que tem, em princípio, o poder de decisão último em relação às Políticas Públicas, e incluem tanto as lideranças políticas como gestores públicos, juízes, parlamentares e burocratas.

E aqui fica claro quais os grandes parâmetros da análise das Políticas Públicas: o Quem, o Como, e o Quando: Quem decide as Políticas Públicas, Como são decididas (coerção, consenso, barganha, pressão, etc.), e Quando (o contexto e o 'timing' políticos, que não poucas vezes definem sua abrangência e caráter; por exemplo, uma política decidida no contexto emergencial de uma grave crise). A implementação das Políticas Públicas resultantes fica a cargo de gestores públicos com poder decisório e dos funcionários que fazem o acompanhamento ou controle interno do processo, focados em duas dimensões: a eficácia da política pública e a efetividade do gasto de recursos em relação ao fim estabelecido.

Os problemas básicos da formulação de Políticas Públicas são a carência de informação precisa e os conflitos de interesse, --ambos condicionando seriamente a racionalidade com a qual opera o decisor/gestor. Resgatemos o primeiro: os limites de informação, com que conta o ator, criam o grave problema do chamado "tecnocratismo" se somado ao "problema da carência de sentido coletivo, cívico e republicano dos decisores em sociedades sem tradição democrática" (RODRIGUES, 2010: 38). A incapacidade de ouvir demandas da sociedade civil por parte dos funcionários encarregados das políticas públicas muitas vezes condena ao fracasso projetos que corrigidos a tempo teriam resolvido com sucesso importantes problemas sociais.

E como todo o processo de formulação de Políticas Públicas está sempre imerso no campo das relações políticas, nas relações de poder, ele se torna um processo contínuo, um processo de formulações e re-formulações, de correções e modificações; um processo inclusive sem começo e sem fim, na medida em que toda Política Pública é implementada sobre decisões tomadas no passado, sobre Políticas em andamento que vão ser corrigidas ou substituídas, o que leva a considerar a eficácia das Políticas Públicas também sob uma ótica “incrementalista”, e não só “rupturista”. Como consequência, o governo pode tanto agir positivamente (implementar ou corrigir uma política Pública) quanto negativamente (prevenir uma tomada de decisões): Política Pública, por fim, pode ser então tanto o que o governo escolhe fazer quanto o que escolhe não-fazer.

4.2 - A sombra da barbárie: Irrracionalidade e ameaça de caos social

A nossa matriz civilizatória é européia, e é na Europa onde surge e se desenvolve o chamado sistema capitalista de produção. Mas por que na Europa? Muitas análises resgatam, de entre muitas outras variáveis, o fato de que foi necessária a domesticação da guerra para que pudesse se desenvolver o grande comércio (a chamada etapa da acumulação primitiva). Neste sentido, o fim das guerras de religião e os pactos da Paz de Westfália (s. XVII) implicaram, como é conhecido, o reconhecimento do princípio de Soberania Estatal e a aceitação por parte das potencias europeias de um sistema de equilíbrio de poder entre Estados-nações. Ou seja, a Paz de Westfália implicou o reconhecimento do “outro”, a sua inclusão num sistema de regras comuns: a divisão da Europa em Estados que se reconheciam mutuamente em um espaço, em um território governado por uma Lei, que precisamente demarcava uma fronteira além da qual esses mesmos Estados podiam competir livremente. Neste sentido, é possível sustentar que a colonização de América é a que permitiu a civilidade europeia: houve ordem estatal, direito internacional público, por fim, “Lei”, na medida em que Europa pôde expulsar o caos (a violência de sua competição inter-estatal por comércio e mercados) para o resto do mundo. Assim se constitui a Europa capitalista, cujas potencias faziam a guerra por todo o mundo menos na própria Europa. É sobre este solo que nasce o pensamento liberal: a garantia da lei na civilização europeia se baseia no vazio de leis no além da fronteira do espaço territorial estatal europeu. Em outras palavras, o fundamento da soberania estatal européia se encontra além da fronteira da sua civilidade, em um espaço que nunca pode se constituir como outro Estado, ou seja, em um Estado de Exceção, onde se suspende a lei e predomina o “vale-tudo”.

A questão que queremos estabelecer é que ao longo do século XX esta fronteira territorial vai sofrer uma mutação: o crescente poder americano (já desde a Doutrina Monroe de 1823 e a definição da América Latina como área de influência americana por excelência) começou a esvaziar as noções de soberania territorial européia, e os Estados Unidos foram gerando um novo tipo de Soberania não-territorial, no sentido de não estar baseada em um sistema colonial. As fronteiras espaciais dos impérios europeus deram passo progressivamente ao projeto americano que nas últimas décadas revela claramente a tentativa de transformar o resto do mundo em uma excepcionalidade para poder reconfigurar aos próprios Estados Unidos no único centro de normalidade do sistema capitalista planetarizado. Mas é importante reconhecer que tudo isto não impede de que os Estados Unidos vejam que partes de seu próprio território fazem parte da Fronteira-Global, e tenha que recorrer a medidas de exceção para refundar sua legalidade no interior de seu território.

Portanto, a atual lógica do sistema global cria civilidade em um território central, a partir de uma border-line, de uma fronteira que expulsa o caos e o vale-tudo, onde explode a violência e a exploração sem limites que sustenta a área civilizada. A nova barbárie é aquela que está definida pelo Estado de Exceção: a ausência de regras à que são condenados aqueles que não estão incluídos pela extensão de uma Global-borderline que não se reproduz espacialmente entre territórios nacionais, mas que se multiplica mesmo no interior de Estados e sociedades. O desespero da perda de referências, de esvaziamento das normas, a desaparecimento do estado de normalidade, a instauração do Estado de Exceção na vida das maiorias que mal sobrevivem no caos de uma violência quase fora de controle das grandes cidades, exigem políticas públicas fortes, integradas, que se dirijam sempre à atacar as causas profundas dos problemas sociais. A ameaça de uma nova barbárie está muito mais perto do que podemos reconhecer.

4.3 - A necessidade do constante aperfeiçoamento das Políticas Públicas e a questão do aprofundamento democrático da sociedade

Podemos considerar hoje que o Brasil vive em um regime político democrático. Mas podemos dizer o mesmo sobre a sociedade brasileira? O Brasil ainda luta para superar seu passado autoritário, e a emergência da cidadania no Brasil ainda luta contra um passado onde se acumulam fenômenos como a escravidão, o patrimonialismo, a cooptação e o corporativismo.

Inclusive as políticas públicas e inclusão e proteção social no Brasil se caracterizaram, até os anos da redemocratização, “pela centralização política e financeira no

nível federal, pela fragmentação institucional, pelo tecnocratismo, privatização e uso clientelístico das políticas sociais” (RODRIGUES, 2010: 75).

O começo da solução efetiva dos grandes problemas sociais do Brasil passa então por políticas públicas integrais que não ignorem a necessidade de construir uma sociedade mais democrática, e isto só pode significar o aumento da participação cidadã nos processos políticos que decidem o destino de nosso País. Uma nova noção de Cidadania parece ser necessária para poder pensar este fenômeno: uma nova cidadania onde os direitos não são definidos nem outorgados pelo Estado, mas criados a partir das necessidades e lutas dos próprios cidadãos no território em que estão ancoradas suas raízes, suas tradições, suas línguas, suas comunidades: sua cultura e seus interesses. Uma participação que inclua sua voz nos processos de definição e implementação de políticas públicas que dizem respeito a sua terra, a sua forma de vida e a sua comunidade e que ninguém conhece tão bem quanto ele, e que nenhum gestor pode desconsiderar.

4.4 - Refletindo a partir de nossa realidade territorial

O ativismo, talvez, seja marca mais frequente das ações desenvolvidas no seio dos territórios rurais no Brasil, tanto a partir das propostas formuladas pelos governos, quanto das contra-propostas formuladas pelos atores sociais que compõem os territórios. Isto se verifica no estudo feito para embasamento deste Plano Safra Territorial: Políticas e ações pensadas e desenvolvidas com o nobre objetivo de se viabilizar o agricultor familiar e camponês, a partir de sua pequena propriedade e produção agrícola, passam a viabilizar apenas os negócios da indústria de insumos, tecnologia e equipamentos para a agricultura. Portanto, o dinheiro público acaba por cumprir uma finalidade diversa daquela pensada e empreendida a priori. A hegemonia do capital ou do capitalismo agrário no campo, não está suficientemente considerada, gerando distorções na política pública em questão, no caso, o PRONAF. Esta regra porém, vale também para outras como a política de ATER, a de preço mínimo ou a de seguro da produção agrícola familiar camponesa.

Por outro lado, observa-se o mesmo lapso, quando da análise dos projetos e propostas formulados pelo público alvo dessas políticas e ou por suas organizações. A maioria delas, também, não cumprem rigorosamente os objetivos propostos, por deficiências técnicas já na formulação da proposta, por falta de acompanhamento técnico durante a execução, ou, pela mesma deficiente análise e consideração dos fatores externos mas ao mesmo tempo intrínsecos à sua realidade que afetam e inviabilizam para quem de direito, as políticas públicas, apontadas acima.

O ativismo provocado pela urgência com que se tem que tratar dos problemas que afligem a população rural em questão, em desvantagem na macrodisputa do capital, coloca em perigo as ações neste campo. O risco é que esforços gigantescos tornem-se estéreis ou até mesmo nocivos. Há portanto, a necessidade de uma reflexão mais radical e profunda, nos campos teórico e prático, pois, a constituição de uma concepção de mundo não é algo sem interesse, tendo em vista que concepções de mundo opostas levam necessariamente a ações práticas também opostas.

Do ponto de vista teórico, há que se considerar a noção de que a produção econômica é primordial para a produção e reprodução da vida e que é dela que decorrem os outros aspectos da vida humana, o cultural, o religioso, o arcabouço jurídico, o filosófico, etc. Nas palavras de MARX e ENGELS (2002, p. 23):

[...] são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência.

Entende-se, portanto, que as relações de trabalho – a forma de dividi-lo, organizá-lo – , ao lado do nível técnico-científico dos meios de produção disponíveis para a produção dos bens materiais determinam o estágio de desenvolvimento de uma determinada sociedade, bem como as suas contradições, a partir das leis objetivas, compõem a base econômica de uma determinada sociedade. É essa base econômica que determina as formas políticas, jurídicas e o conjunto das ideias.

Desta forma, numa sociedade estratificada, quem detém o controle dos meios ou dos fluxos de produção, detém, por consequência, o controle da economia como um todo. Controla os mecanismos de expropriação da mais-valia e os mecanismos de exploração da natureza, inclusive pela mão de outrem.

No campo, a alienação do trabalho e do trabalhador, pode se dar sem a existência de um contrato de trabalho (compra e venda de mão de obra, por exemplo) entre um capitalista e um camponês - muito embora sejam comuns os contratos de integração - mas de forma indireta, pela transferência de tecnologia e/ou pela regulação de preços através do mercado, atribuindo baixos preços aos produtos vendidos in natura, visto que normalmente os agricultores não dominam toda a cadeia produtiva. Na verdade, nem mesmo o domínio de suas propriedades, eles possuem, uma vez que, quem determina o sentido do trabalho em sua unidade de produção, na maioria das vezes é o mercado, pois, ao estar inserido em uma lógica de produção capitalista, a sua ação-intervenção na natureza corresponde ao imperativo dessa lógica.

É incontestável a hegemonia do Capitalismo no campo. Por isso é importante ainda, que se considere, ao se pensar Políticas Públicas e Sociais para o campo, o conceito de hegemonia, pois se existe algo em disputa em um ambiente de luta de classes, necessariamente haverá aí uma luta no campo estratégico, com cada uma das forças buscando se sobrepor à outra, ou seja, vencer a competição instalada. Camponeses e agricultores familiares tem por definição, a condição de ser proprietário de fato e ou de direito de uma pequena porção de terras cuja exploração depende diretamente de sua força de trabalho, sua mão de obra familiar. Seu principal objetivo é a viabilização do seu negócio familiar enquanto instrumento de produção de seu sustento diário e de reprodução da vida para o conjunto da família a curto, médio e longo prazos. Nesta estratégia, pode ou não haver a necessidade de geração de lucro. Alguns buscam apenas a subsistência da família. Para geração de lucro, buscam no mercado, uma diferença favorável entre o custo e o preço final da produção.

Por outro lado, de outra classe, os capitalistas, buscam, estrategicamente, manobrando os mecanismos do próprio sistema, o lucro. Não a partir da própria atividade produtiva apenas, mas da atividade produtiva dos agricultores e de outros elos da cadeia produtiva. São profundos conhecedores de seus objetivos estratégicos e dos objetivos dos trabalhadores na agricultura. Possuem ainda, um conhecimento científico preponderante para a sua e para a ação daqueles, por meio da matriz tecnológica que desenvolveram e desenvolvem e que impõem sobre os agricultores familiares e camponeses. Conseguem, portanto, uma vantagem considerável na construção da hegemonia no campo. Essa hegemonia amplia-se historicamente, na medida em que a dominação se estabelece e se aperfeiçoa, inclusive, com apoio do estado como alerta FERNANDES, 2008, P.287:

“O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram, pelo menos, duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios. Esta realidade é bem mais compreendida com a crise do socialismo e conseqüentemente dos governos de esquerda, cujas políticas de desenvolvimento estão atreladas à expansão do mercado capitalista globalizado como a possibilidade econômica para o desenvolvimento. O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. Por meio de suas think tanks são elaborados projetos de desenvolvimento e leis que viabilizam a sua execução, cotando com apoio político e muitas vezes com apoio econômico do Estado. Esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio da exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural e destruição de territórios camponeses e indígenas”.

Fica clara, portanto, a necessidade de um estudo mais aprofundado da realidade quando da formulação de políticas públicas e sociais para o conjunto da população dos territórios rurais que têm como base econômica, hoje, a agricultura nos parâmetros do Paradigma do Capitalismo Agrário em constante disputa e em contradição com o campesinato que compreende boa parcela da população destes territórios.

Há, porém, espaço para que agricultores familiares e camponeses rompam com essa lógica e construam a sua hegemonia no campo. Isto é possível a partir do processo de disputa que empreendem contra o agronegócio e do processo de sua própria territorialização. Segundo FERNANDES, 2008, p.285 “uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos”. Enquanto o agronegócio busca sua territorialização para obter lucro, portanto focando apenas nas dimensões política e econômica, os camponeses e indígenas ao ocuparem um território, buscam a realização das várias dimensões que compreende a vida. Para estes, o território é multidimensional. E, na medida em que sua ação não é isolada, seu território é também, multiescalar. A ocupação de um determinado espaço material por parte do agronegócio implica em práticas econômicas e culturais dela decorrentes, porém, para a manutenção de grandes extensões de monocultivo, observa FERNANDES, p. 290 “as empresas não podem utilizar o princípio da multidimensionalidade”. Do mesmo modo, a ocupação do espaço pelos camponeses implica na construção de um território imaterial diverso daquele do agronegócio, porém mais complexo.

Dessa forma, noção de território, também precisa ser levada em conta, uma vez que com a globalização econômica, a crescente competição empurra as empresas à construção de seus territórios. Não há como se formular e implementar políticas públicas eficientes no campo, sem a superação do pensamento de que o território se reduz apenas ao espaço inerte, como o local em que as coisas acontecem automaticamente. Ou ainda, sem a devida superação dos sentidos práticos e instrumentais conferidos ao território pelos enfoques territoriais dados pela maioria das políticas de desenvolvimento pensadas para o campo. A partir dessa noção metafórica do território, políticas instituídas tenderão a serem setorizadas, unidimensionais e com foco especializado. Evidentemente que esta é uma perspectiva que interessa, por exemplo, a quem não vive no campo e do campo, mas que faz dele apenas um objeto de sua ambição para o lazer ou para o lucro, enquanto meio de produção capitalista.

Ao camponês, porém, políticas desarticuladas, setorizadas, acabam por tornarem-se ineficientes, impotentes frente à realidade ou, até mesmo, surtindo efeito contrário ao seus

propósitos primários por parte do poder público ou da organização proponente, fortalecendo, como dissemos anteriormente as empresas do agronegócio para a disputa eminente contra camponeses e indígenas.

Faz-se necessário, portanto, uma nova definição de território como multidimensional, multiescalar, que o considere como uma totalidade onde estão contidas suas contradições, disputas, consensos e sínteses. Ou ainda, como conceito, instrumento de análise da realidade.

Da mesma forma, as políticas de desenvolvimento territorial devem partir dessas mesmas categorias. Uma política pública unidimensional, tende a um resultado pífio do ponto de vista de sua eficiência para o público específico a que está direcionada bem como para o conjunto da sociedade, pois naturalmente, será portadora da visão classista, elitista hegemônica no âmbito da sociedade onde ela foi concebida. Daí a função e o caráter de compensação social que marcam a maioria delas implementadas nas últimas décadas no Brasil, mesmo que a intenção inicial fosse transformar as bases materiais da sociedade.

4.5 - Agricultura Familiar Camponesa no Território Cantuquiriguaçu

Estudos e pesquisas apontam para a inviabilidade da matriz tecnológica que vem sendo empregada junto a muitas propriedades da agricultura familiar camponesa.

O DESER, no estudo com a Rede de Agricultores Gestores de Referência, de 2006, descreve um sistema produtivo composto principalmente pela soja, milho e o leite, sistema frequente entre os agricultores familiares, de acordo com o estudo, esse sistema concentra riscos grandes pela dependência de preços e insumos de mercado, sofrendo drenagem das riquezas da agricultura para outros setores da economia. É a perspectiva desse sistema produtivo é de queda na renda pela relação entre preços dos produtos e preços dos insumos, dificuldade de garantir produtividades crescentes e dependendo da produção de escala, e o crescimento dos passivos ambientais. Se considerarmos que a maioria dos agricultores familiares estruturados do território tem como base esse sistema produtivo, ou semelhante, percebemos os riscos do sistema.

O mesmo estudo apresenta também outro sistema produtivo, mais diversificado: feijão, carne bovina, erva mate, carvão, mel, hortaliças, batata, cebola, e outras. Essa pluralidade de produções potencializa a diversificação da renda e minimiza os riscos e a alta dependência do mercado. No entanto, depende de decisões políticas que orientem os projetos de desenvolvimento para o fortalecimento desses sistemas.

Em pesquisa realizada junto aos agricultores familiares camponeses que estão endividados ou inadimplentes a partir dos financiamentos do Pronaf, levantou-se que os custeios são destinados para milho, soja e feijão, produzido de forma convencional. E os investimentos são destinados primeiramente para a atividade leiteira e aproximadamente 20% entre estruturação das propriedades e máquinas e equipamentos agrícolas.

Investigando as safras 06/07 a 08/09 temos 37% dos contratos com dificuldade de pagamento (pagamento com custeio seguinte, renegociações, parcelamentos, etc), somado a esse índice, uma média de 10% de inadimplência oficial, temos 47% dos contratos com dificuldades; revelando a capacidade negativa de pagamento com receita oriunda da cultura financiada. Olhando sobre as safras pesquisadas, constatam-se problemas sucessivos com a lavoura de grãos: as secas, preços baixos dos produtos, custo dos insumos alto, etc, fazendo com que a renda dessa atividade não seja suficiente, ou apenas suficiente para cobrir os custos desta.

A pesquisa apontou também que 23% dos agricultores mencionaram que é preciso ter (prever, efetivar) a assistência técnica para acompanhamento das culturas e da propriedade, relacionando diretamente crédito com uma ATER ampliada. Outro elemento relevante apontado pela pesquisa é que, nos discursos dos entrevistados foi possível perceber que pretendem sair da situação de inadimplência e endividamento, seja através de renegociação das dívidas com juros baixos e prazos longos, seja por ajuda governamental direta, perdão das dívidas, subsídios, etc.

Outro aspecto sobre a agricultura familiar camponesa que precisa ser considerada é que dos 21.184 estabelecimentos familiares apenas aproximadamente 26,3% acessaram o crédito Pronaf na safra 09/10 (dados parciais), significando que temos 73,7% de estabelecimentos fora do sistema de crédito; esse índice é menor do que o da safra 08/09, quando eram aproximadamente 56%. Apesar de não termos um estudo específico sobre como esses 73,7% dos estabelecimentos estão financeiramente, há vários indicativos de que sobrevivem com poucos recursos (entre eles benefícios da previdência social e programas governamentais como bolsa família) e estão alheios à dinâmica econômica.

A questão da agricultura familiar camponesa no território requer atenção especial, é chegado o momento de olharmos o campo para além da tradicional produção de grãos; é preciso restabelecer a produção diversificada para além do autoconsumo proporcionando assistência técnica ampla a partir de uma base tecnológica orgânica/agroecológica e apoio para a comercialização; possibilitar a viabilidade ambiental das pequenas propriedades a partir da remuneração pela preservação da fauna, flora e das águas; afirmar o rural como um espaço de vida digna, minimizando o custo social urbano crescente com a saída do campo para as cidades.

Os Territórios Rurais, em especial os Territórios da Cidadania, por concentrarem grande número de famílias de agricultores familiares e camponeses, deveriam cumprir, diante do conjunto da sociedade brasileira, a função de garantidores da soberania alimentar brasileira e da preservação ambiental nesses mesmos territórios. Para tanto, é necessário a definição e a assunção pelo poder público (governos federal, estaduais e municipais) do lugar estratégico da Agricultura no Plano de Desenvolvimento do País. Neste sentido, em substituição a um conjunto de políticas setorizadas e desarticuladas, sugerimos a adoção de uma política pública ampla e única (Sistema Único de Agricultura Familiar Camponesa e Meio Ambiente), onde a garantia do pagamento de subsídios diretos aos agricultores por área e por produção de alimentos, bem como por área preservada, aliados a uma política coerente de ATER e de logística para transporte, armazenamento e distribuição possam garantir dignidade e um horizonte a longo prazo para os agricultores familiares e camponeses, alimento para o conjunto da população, preservação e recuperação ambiental para todos e fim da dependência dos mesmos em relação às mega-empresas e seus artifícios de mercado, bem como em relação às deficiências das políticas públicas vigentes, a saber, a de Crédito, ATER, Preço Mínimo e a de Seguro Agrícola, cuja burocracia, desvios da função original e inoperância frente à hegemonia do Capitalismo no Campo, acabam por comprometer capacidade de produção e a própria reprodução da vida dos camponeses.

4.6 – Concluindo

- Com a hegemonia no Campo, o capitalismo por meio de empresas nacionais/transnacionais, avança sobre os territórios dos agricultores familiares camponeses e indígenas, os quais são expropriados e expulsos de suas terras;

- As atividades agrícolas, não têm revelado capacidade de geração de lucro ou de renda para os camponeses, conforme pesquisa do DESER apresentada acima;

- A matriz tecnológica imposta pelas empresas do agronegócio torna a unidade produtiva inviável para o camponês, produz com grande taxa de resíduos de agrotóxicos, agride o meio ambiente e a saúde do camponês e da população em geral que dela se alimenta;

- Políticas setorizadas, desarticuladas, unidimensionais e unilaterais na sua elaboração e implantação, não têm conseguido potencializar agricultores familiares e camponeses, as populações tradicionais, bem como o conjunto da população dos territórios rurais e Territórios da Cidadania;

- Com o êxodo rural imperativo e eminente, acontece o esvaziamento populacional dos territórios rurais e o conseqüente processo de favelização nas grandes cidades;

- A barbárie urbana acaba por consumir grande percentual dos recursos públicos para remediar a situação, uma vez que a causa do problema reside no campo e suas contradições aqui apresentadas anteriormente;

- O crédito (PRONAF) tem sido utilizado muito mais como capital de giro nas propriedades camponesas do que para financiar a produção. A longo prazo, o endividamento é compulsório, conforme mostramos acima;

- A política de ATER acaba por ser desfocada, insuficiente e, em muitos casos, inadequada;

As políticas de Preço Mínimo e de Seguro da Produção, acabam por não serem praticadas por pressão do mercado, por falta de estrutura para armazenamento e pela alta dificuldade no acesso;

- Seguindo o paradigma do Capitalismo Agrário, o camponês passa a pensar que o seu problema é de extensão de área para produzir e avança sobre as áreas de preservação permanente, contribuindo com a devastação e desmatamento;

- Como o êxodo rural é maior entre os jovens, a população camponesa tende à uma PEA cada vez menor – no Território Cantuquiriguaçu, dados de 2010, apontam que são 02 pessoas por domicílio da Agricultura Familiar Camponesa – o que em muitos casos inviabiliza a unidade produtiva por ser a mão-de-obra insuficiente;

- Apesar disso tudo, segundo o IBGE (dados de Set/2009) agricultores familiares e camponeses com áreas de até 10 hectares e que somam apenas 2,7% da área total, produzem: 70% do feijão; 87% da mandioca; 58% do leite; 46% do milho; 38% do café e 34% do arroz, empregando 74,4% da mão-de-obra do campo.

- Portanto, um Sistema Único poderia salvar a agricultura Familiar Camponesa, dinamizar a economia dos Territórios Rurais (em nosso caso o Cantuquiriguaçu), garantir a soberania alimentar e nutricional do país, garantir a preservação e a recuperação ambiental de boa parte das áreas, combater as causas da Barbárie Urbana, além de garantir a inclusão direta de todo o público alvo da política agrícola familiar camponesa – na última safra, apenas 20% das famílias do Território Cantuquiriguaçu acessaram ao PRONAF. Poderia ainda, unificar e articular as ações do governo no campo em favor dos camponeses e, contra a exploração capitalista no campo, cuja ação é a raiz de grande parte das mazelas da sociedade brasileira contemporânea.

4.7 Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo. 2004. "O Mundo-Fronteira", Campinas/SP: Conferência no Espaço Cultural CPFL.

AGAMBEM, Giorgio. 2004. Estado de Exceção, SP: Boitempo.

RODRIGUES, Marta Assumpção. 2010, Políticas Públicas. SP: PubliFolha.

MARX, Karl; ENGELS, F. A Ideologia Alemã: Teses sobre Fauerbach. São Paulo, Ed. Centauro, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). Campesinato e Territórios em Disputa. SP: Expressão Popular, 2008.

5. PROPOSTAS, METAS E AÇÕES PARA O PLANO SAFRA TERRITORIAL

As propostas para as principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa apresentadas a seguir, foram resultado do seminário realizado com ampla participação de agricultores e instituições ligadas a agricultura familiar camponesa do Território. E as ações, metas físicas e financeiras foram construídas a partir de um grupo de trabalho definido no seminário, que analisou, avaliou e sistematizou o conteúdo do seminário, observando a transversalidade, a sobreposição e as orientações Territoriais de cada área, procurando transformar as propostas em ações efetivas, em prol do desenvolvimento territorial.

5.1. Propostas

5.1.1 Propostas para a Política Pública de ATER

Prioridade: 01 Proposta: Constituição e Estruturação da Rede Territorial de ATER.

5.1.2 Propostas para a Política Pública de Crédito

Prioridade: 01 Proposta: Renegociação das dívidas do PRONAF.

Prioridade: 02 Proposta: Programa de consolidação/recapitalização da Agricultura Familiar Camponesa.

Prioridade: 03 Política de habitação rural.

5.1.3 Propostas para as Políticas Públicas e Programas de Comercialização

Prioridade: 01 Proposta: Fortalecimento do agricultor familiar camponês, possibilitando a permanência no campo com autonomia.

Prioridade: 02 Proposta: Fortalecimento da comercialização e da agroindustrialização dos produtos e alimentos da agricultura familiar camponesa.

Prioridade: 03 Proposta: Melhoria dos acessos aos mercados.

5.1.4 Propostas para Novas Políticas

Prioridade: 01 Proposta: Política de adequação e compensação ambiental.

Prioridade: 02 Proposta: Política de produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, para os agricultores familiares camponeses.

Prioridade: 03 Proposta: Valorização e melhoria na educação, formação e capacitação voltada à agricultura familiar camponesa territorial.

5.2. Metas, Ações e Responsabilidades

As metas, as ações foram definidas orientadas pelas propostas. Para cada proposta foram estabelecidas metas e ações, assim como, indicadas as responsabilidades para a realização das ações com alcance dos resultados.

5.2.1. Metas, Ações e Responsabilidades: ATER

Para alcançar as metas estipuladas para essa política pública, se fazem necessárias ainda outras ações e a observação à algumas orientações:

- Promover, articular e planejar as ações de ATER entre as diversas instituições (governamentais, não governamentais, crédito, produtivas, etc) para somar forças e esforços para uma mudança tanto na base tecnológica da agricultura familiar camponesa do território como a oferta de uma ATER eficiente e eficaz;

- Incentivar e apoiar a criação de cursos de graduação e pós-graduação em áreas consideradas prioritárias pelo PTDRS, assim como o desenvolvimento de estudos, pesquisas, experimentos para o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura agroecológica;

- Vincular a liberação de crédito com a assistência técnica sistêmica, considerando o estabelecimento familiar como um todo e não apenas uma atividade produtiva, mudando ou incentivando à mudança da matriz tecnológica (convencional para agroecológica ou orgânica).

Considerando essas orientações, as metas e ações relacionadas a ATER estão contidas em uma única proposta que, uma vez implementada, é referência para praticamente todas as ações de ATER necessárias.

Meta 01: Constituição da Rede Territorial de ATER.

Ação 01: Promover um encontro com as entidades de ATER para compreensão de REDE de governança de ATER definindo os princípios e formatos da Rede Territorial.

Objetivo: Esse encontro será a primeira ação para a constituição da Rede Territorial de ATER, o evento servirá para trabalhar e nivelar a compreensão de rede, entendida como espaço para qualificação das

ações de ATER das diferentes instituições com atuação no Território, visando um planejamento territorial em prol de objetivos comuns. Assim como, a definição dos princípios e formatos da Rede Territorial.

Responsabilidade: Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico juntamente com a Câmara Setorial de Agricultura, enquanto organizadores e motivadores da ação, apoiado pelo Condetec.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Encontro	1	--	--
Meta Financeira	R\$	12.700,00	--	--

Nota: Encontro envolvendo as instituições de ATER com atuação no Território, com representação por município, prefeituras municipais (secretarias de agricultura), Emater, instituições, organizações, etc. Aproximadamente 50 pessoas.

Ação 02: Formar um grupo ou coordenação de constituição da Rede Territorial de ATER.

Objetivo: Formar um grupo de trabalho, ou uma coordenação para dar continuidade ao processo de organização da Rede, sendo responsável pela elaboração do formato e atuação da Rede; orientação para a definição das estratégias para atuação articulada entre as instituições de ATER com trabalho no Território.

Responsabilidade: Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico juntamente com a Câmara Setorial de Agricultura, participantes do evento/encontro da ação 01.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Encontros / Reuniões	3	6	6
Meta Financeira	R\$	1.950,00	3.900,00	3.900,00

Nota: Encontros periódicos do grupo/coordenação para constituição e na sequência coordenação da Rede.

Ação 03: Promover eventos em todos os municípios do Território com participação de todas as instituições envolvidas com a ATER.

Objetivo: Possibilitar ações contínuas de motivação, difusão e compreensão do significado, importância e estratégia da Rede Territorial de ATER.

Responsabilidade: Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio da Câmara Setorial da Agricultura, ND e T, Condetec.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Eventos		20	20
Meta Financeira	R\$ ¹		50.000.00	50.000.00

Notas: (1) Valor considerando todos os gastos para a realização dos eventos (material, transporte, etc).

Meta 02: Estruturação das instituições do Território que trabalham com ATER, comprometidas com a Rede Territorial de ATER.

Ação 01: Adquirir veículos e equipamentos para suporte ao trabalho com ATER e disponibilizar recursos para os gastos com os veículos.

Objetivo: Proporcionar às Instituições de ATER com atuação no território e integradas a Rede Territorial de ATER e às orientações territoriais, a estruturação do seu corpo técnico para execução das atividades de ATER.

Responsabilidade: Instituições de ATER e Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio da Câmara Setorial da Agricultura, ND e T, Condetec. Previsão de origem dos recursos: MDA, Estado, Municípios e Instituições de ATER.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 (para 30% do quadro atual)	Período 12/13 (para 70% do quadro atual)
Meta Física	Computadores e impressoras		58	134
Meta Financeira	R\$		115.200.00	268.800.00

Nota: Como base para os cálculos foram considerados: número atual de profissionais 192; número total necessário 265, considerando um profissional para cada 80 estabelecimentos familiares; com a estruturação para o trabalho desses profissionais.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 (para 30% do quadro atual)	Período 12/13 (para 20% do quadro atual)
Meta Física	Veículos		58	38
Meta Financeira	R\$		1.728.000.00	1.152.000.00

Nota: Como base para os cálculos foram considerados: número atual de profissionais 192; número total necessário 265, considerando um profissional para cada 80 estabelecimentos familiares; com a estruturação para o trabalho desses profissionais.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
-----------	-------------------	---------------	---------------	---------------

Meta Física	Custeio (combustível, seguro, diárias)		58	96
Meta Financeira	R\$		904.800,00	1.497.600,00

Nota: Considerando uma média de acordo com o número de veículos adquiridos por período.

Ação 02: Viabilizar as atividades administrativas das instituições de ATER, integrantes da Rede Territorial de ATER com atuação de acordo com as orientações territoriais.

Objetivo: Proporcionar às Instituições de ATER integradas e participantes da Rede Territorial de ATER com atuação de acordo com as orientações territoriais, a estruturação das atividades administrativas, através de material e serviços (administrativos e contábeis).

Responsabilidade: Instituições de ATER e Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio da Câmara Setorial da Agricultura, ND e T, Condetec. Previsão de origem dos recursos: MDA, Estado, Municípios e Instituições de ATER.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Custeio (administrativo)		15%	15%
Meta Financeira	R\$		412.200,00	437.760,00

Nota: Considerando 15% sobre a ação 01 para custos administrativos (telefone, internet, papel, tonner, etc) e percentual para pessoal administrativo e contábil. Sendo para instituições não governamentais. As governamentais, como já possuem esse recurso, seriam considerados como contrapartida.

Ação 03: Construir parcerias com a UFFS para uso e disponibilização dos laboratórios da universidade para ações ligadas as atividades da ATER.

Objetivo: Proporcionar estrutura de laboratório para as necessidades deste nas atividades de ATER (análises, pesquisas, etc) em parceria com as instituições de ensino superior.

Responsabilidade: Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio da Câmara Setorial da Agricultura, ND e T, Condetec.

Meta 03: Estruturação do corpo técnico das instituições de ATER integradas à Rede Territorial de ATER, para execução das atividades.

Ação 01: Contratar técnicos para atuação continuada junto às instituições de Ater integradas e comprometidas com a Rede Territorial de ATER.

Objetivo: Possibilitar a estruturação emergencial do corpo técnico das instituições de ATER através da contratação de profissionais de diferentes áreas (multidisciplinaridade) considerando um período mínimo de contratação dos profissionais por oito anos.

Responsabilidade: Instituições de ATER e Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio da Câmara Setorial da Agricultura, ND e T, Condetec. Previsão de origem dos recursos: MDA, Estado, Municípios e Instituições de ATER.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 (para suprir 60% do déficit atual) ¹	Período 12/13 (para suprir mais 40% do déficit atual) ¹
Meta Física	Profissionais		44	29
Meta Financeira	R\$		4.004.000,00	2.649.920,00

Notas: ⁽¹⁾ Como base para os cálculos foi considerado um déficit total de 73 profissionais para cada profissional atender diretamente 80 estabelecimentos familiares. Para o período 13/14 seria necessária a continuidade na contratação de profissionais para melhorar o atendimento aos estabelecimentos familiares em áreas específicas como comercialização, agroindustrialização, etc. Ressaltando que, no período de 12/13 o investimento anual é de R\$ 6.653.920,00 somados os valores para manutenção dos profissionais contratados no período 11/12 com os novos contratados.

Ação 02: Realizar capacitações, voltadas às demandas territoriais e de acordo com o as diretrizes da lei de ATER e da PNATER.

Objetivo: Proporcionar aos profissionais envolvidos com a proposta de ATER da Rede Territorial de ATER qualificação técnica com base em conteúdos consoantes com as orientações Territoriais contidas no PTDRS. Focalizar a capacitação, a partir do período de 12/12, para os novos profissionais contratados, a fim de, qualificar a atuação em uma ATER Territorial.

Responsabilidade: Coordenação da Rede Territorial de ATER e Instituições de ATER, com apoio da Câmara Setorial da Agricultura, ND e T, Condetec. Previsão de origem dos recursos: MDA, Estado e Instituições de ATER.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11 ⁽¹⁾	Período 11/12 ⁽²⁾	Período 12/13 ⁽³⁾
Meta Física	Cursos	1	4	4
Meta Financeira	R\$ ¹	30.000,00	132.000,00	219.000,00

Notas: ⁽¹⁾ Valor considerando todos os gastos para a realização do curso (material, alojamento, transporte, assessoria, etc) para aproximadamente 40 pessoas.

⁽²⁾ Valor considerando todos os gastos para a realização do curso (material, alojamento, transporte, assessoria, etc) para aproximadamente 44 pessoas cada.

(³) Valor considerando todos os gastos para a realização do curso (material, alojamento, transporte, assessoria, etc) para aproximadamente 73 pessoas cada.

Ação 03: Apoiar a criação e estruturação de cursos em alternância (Pedagogia da Alternância) junto a UFFS.

Objetivo: Contribuir com disponibilização de cursos de acordo com a Pedagogia da Alternância possibilitando à população rural ter acesso ao ensino superior permanecendo no campo, sem a necessidade de se mudar para o meio urbano para frequentar a universidade regular.

Responsabilidade: ND e T e Condetc, com apoio da Coordenação da Rede Territorial de ATER, Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Salas (tipo escritório)	--	3	--
Meta Financeira	R\$ ¹	--	300.000,00	--

Notas: (¹) O recurso destina-se a construção de três salas dentro do projeto já elaborado pela UFFS, sendo um recurso parcial. Existindo a possibilidade de o Condetc usar uma dessas salas, estreitando as relações do Condetc com o meio acadêmico e do ensino superior.

Resumo: Resumo das metas financeiras da política pública de ATER, considerando apenas os valores/investimentos anuais, não o total cumulativo.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Financeira	R\$	44.650,00	7.650.100,00	6.278.980,00

5.2.2. Metas, Ações e Responsabilidades: Crédito

Para alcançar as metas traçadas para essa política pública, se fazem necessárias também outras ações e a observação à algumas orientações elencadas a seguir:

- Assistência técnica para toda a propriedade – sistêmica -, e projeto técnico para os financiamentos bem elaborados, considerando as especificidades de cada estabelecimento familiar camponês;

- Manter o rebate nos créditos de custeio e investimento para pagamentos em dia, como forma a incentivar a adimplência;

- Desburocratizar o processo de acesso ao crédito, simplificando a documentação necessária para contratação do crédito, usando a DAP e o projeto técnico como únicos

documentos para acesso ao crédito; uma vez que, para fazer a DAP o agricultor já apresenta a documentação do imóvel, etc;

- Liberar o PROAGRO sem a necessidade de comprovação de notas, considerando o projeto técnico, em caso de problemas climáticos liberar apenas com o Laudo Técnico, de visita a propriedade;

- Retirar a necessidade de aval dos contratos de crédito que tenham projeto técnico, seguro agrícola, etc; por entender que, dessa forma, já há segurança de recebimento suficiente;

- Capacitar os profissionais que trabalham com crédito para agricultura familiar camponesa (das instituições financeiras) para atender de forma digna os agricultores familiares e para analisar de forma coerente os projetos das diferentes linhas do crédito, principalmente os das linhas especiais. Melhorando o atendimento aos agricultores familiares camponeses;

- Rever a prática de bloqueio de financiamento para municípios com inadimplência acima de determinado percentual, pois essa prática prejudica principalmente o bom pagador, pois fica sem o direito de acesso ao crédito;

- Reforma agrária beneficiando os jovens rurais que, em propriedades familiares camponesas de até dois módulos fiscais não conseguem viabilizar sua reprodução no mesmo núcleo familiar (propriedade dos pais), acompanhada de assistência técnica orientada sob os princípios territoriais.

Prioridade: 01

Proposta: Renegociação das dívidas do PRONAF.

Objetivo: Possibilitar aos agricultores familiares camponeses resolver a questão da dívida decorrentes dos financiamentos (custeio e investimento), sem incentivar a cultura do 'não pagamento'. Dando a oportunidade para novos financiamentos (liberando o CPF), acompanhados de assistência técnica e um projeto sistêmico da propriedade, contemplando principalmente a produção de alimentos.

Meta 01: Renegociação de 100% das dívidas de PRONAF (Custeio e Investimento) anteriores a 2007; cessando os juros permanecendo o capital para pagamento.

Ação 01: Vincular o abatimento das dívidas existentes ao pagamento em dia dos novos créditos – custeio e investimento.

Objetivo: Oportunizar aos agricultores familiares camponeses com dívidas decorrentes de financiamentos do PRONAF a possibilidade de renegociação e quitação das pendências, através do pagamento em dia das parcelas do novo financiamento. Exemplo: quando o agricultor pagar uma parcela do novo crédito em dia, é beneficiado com um abate de 10% da dívida.

Ação 02: Vincular o abatimento das dívidas existentes à entrega da produção de alimentos junto a programas como o PAA, PNAE, e outros.

Objetivo: Oportunizar aos agricultores familiares camponeses com dívidas decorrentes de financiamentos do PRONAF a possibilidade de renegociação e quitação das pendências, através da produção de alimentos e entrega a programas de aquisição de alimentos. Exemplo: quando o agricultor entregar o produto a um desses programas, é beneficiado com um abate de 10% da dívida.

Responsabilidade: Agentes financeiros, com apoio do ND e T, Condetec, MDA/SAF para normatizar essa prática e da Rede de ATER e das instituições de ATER para disponibilizar a assistência técnica necessária.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 (60%) ¹	Período 12/13 (100%) ²
Meta Física	Contratos de Investimento		67	111
Meta Financeira	R\$ ³		133.668,00	222.780,00

Notas: ⁽¹⁾ Considerando como base para o cálculo que 3% do número de contratos de investimento do período entre 2006 a 2010 como referência do volume de contratos em atraso; com uma taxa de adesão de 60% no período de 10/11 (renegociados).

⁽²⁾ Considerando como base para o cálculo que 3% do número de contratos de investimento do período entre 2006 a 2010 como referência do volume de contratos em atraso; com uma taxa de adesão de 100% para o período (renegociados).

⁽³⁾ Volume de descontos das dívidas concedidos por período (10%), considerando uma média de 20.000,00 por contrato.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 (60%) ¹	Período 12/13 (100%) ²
Meta Física	Contratos de Custeio		1.599	2.665
Meta Financeira	R\$ ³		1.199.124,00	1.998.540,00

Notas: ⁽¹⁾ Considerando como base para o cálculo que 8% do número de contratos de investimento do período entre 2006 a 2010 como referência do volume de contratos em atraso; com uma taxa de adesão de 60% no período de 10/11.

⁽²⁾ Considerando como base para o cálculo que 8% do número de contratos de investimento do período entre 2006 a 2010 como referência do volume de contratos em atraso; com uma taxa de adesão de 100% para o período.

(³) Volume de descontos das dívidas concedidos por período (10%), considerando uma média de 7.500,00 por contrato.

Prioridade: 02

Proposta: Programa de consolidação/recapitalização da agricultura familiar camponesa.

Meta 02: Incentivo e fortalecimento para a consolidação e recapitalização dos estabelecimentos familiares camponeses a partir de investimentos sistêmicos.

Ação 01: Adequar as linhas de crédito para consolidação/recapitalização dos estabelecimentos familiares camponeses com disponibilização de recursos para aplicar nas propriedades com liberações entre 20.000,00 e 150.000,00, com rebate de até 50% para pagamentos em dia e prazo de 12 anos. Considerando a aplicabilidade e o valor do financiamento de acordo com o projeto técnico.

Objetivo: Possibilitar aos estabelecimentos familiares camponeses a sua consolidação ou sua recapitalização a partir de uma linha de crédito específica que considere o estabelecimento de forma sistêmica.

Responsabilidade: Agentes de crédito e instituições de ATER, com apoio da Rede Territorial de ATER. Origem dos recursos: MDA/SAF.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 (10%)	Período 12/13 (20%)
Meta Física	Contratos de Investimento		2118	4237
Meta Financeira	R\$ ¹		115.668.000,00	404.390.000,00

Nota: (¹) Volume necessário por período, considerando como referência o valor máximo previsto para cada contrato, menos os volumes da ação 02 e da meta 03, por não serem cumulativas.

Ação 02: Operacionalizar recursos para contratos de investimento e custeio aos agricultores familiares camponeses de acordo com os projetos técnicos.

Objetivo: Possibilitar o acesso ao crédito em todas as linhas, principalmente na forma sistêmica, acompanhados de assistência técnica e um projeto técnico bem elaborado, preferencialmente por profissionais ligados à instituições integrantes da Rede Territorial de ATER.

Responsabilidade: Agentes de crédito e instituições de ATER, com apoio da Rede Territorial de ATER. Origem dos recursos: MDA/SAF.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Contratos de Custeio	5.296	6.355	7.414
Meta Financeira	R\$	39.720.000,00	47.664.000,00	55.608.000,00

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Contratos de Investimento	1.059	2.118	3.178
Meta Financeira	R\$	21.184.000,00	42.368.000,00	63.552.000,00

Prioridade 03

Proposta: Política de habitação rural.

Meta 03: Habitação para 8.000 famílias de agricultores familiares camponeses do Território Cantuquiriguaçu.

Ação 01: Operacionalizar um amplo programa de habitação rural para agricultores familiares camponeses com 50% de rebate para pagamentos em dia e prazo de 20.

Objetivo: Implementar uma ampla política de habitação rural, visando a melhoria das habitações rurais contribuindo para maior conforto e qualidade de vida no campo, motivador para diminuir o êxodo rural.

Responsabilidade: Agentes de crédito, com apoio das organizações representantes dos agricultores familiares camponeses. Origem dos recursos: MDA/SAF e outros ministérios.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Contratos de Habitação		4.000	4.000
Meta Financeira	R\$ ¹		112.000.000,00	112.000.000,00

Nota: ⁽¹⁾ Volume de recursos necessários considerando uma média de R\$ 28.000,00 por contrato de habitação.

Resumo: Resumo das metas financeiras da política pública de Crédito, considerando os valores/investimentos anuais.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Financeira	R\$	60.904.000,00	317.700.000,00	635.550.000,00

5.2.3. Metas, Ações e Responsabilidades: Comercialização

Para alcançar as metas definidas para essa política pública, se fazem necessárias também outras ações, bem como a observação à algumas orientações elencadas a seguir:

- Proporcionar orientação técnica especializada para os projetos de investimento (PROINF), com plano de negócio, prioritariamente às estruturas que se encontram paradas ou em funcionamento parcial (leite), fomentando a organização em sistemas cooperativos e solidários.

- Melhorar no processo de comercialização institucional, com oferta de apoio técnico e institucional através da proposição de formas para a desburocratização dos processos de pagamento do PAA e PNAE aos agricultores familiares camponeses. Propor a melhoria de preço para os alimentos do PAA e PNAE, de forma regionalizada, por base o CEASA de Cascavel. Orientação técnica para planejar a produção dos agricultores familiares camponeses para atender a demanda e garantir mercado para os meses em que os programas (PAA e PNAE) não recebem os alimentos (período de férias).

- Fortalecimento e incentivo a implantação de feiras livres nos municípios a partir de capacitações e organização de eventos. Incentivando a inserção de um número maior de produtos nas feiras livres, não sendo apenas de alimentos.

- Procurar e apoiar parcerias para implantação e organização de unidades de referência em comercialização no Território. Oferecer e proporcionar apoio às unidades de referência quanto a estudos de viabilidade, planos de negócio e gestão.

- Organização do SIM no conjunto dos municípios do território e um sistema de comercialização Territorial. Incentivar e promover a articulação das estruturas da vigilância sanitária existentes no território e incentivar a organização nos municípios que ainda não possuem esse serviço.

- Adequação da malha viária: Incluir como prioridade a restauração e construção das rodovias que integram o território na demanda do território para o PPA. Apoiar e contribuir na organização dos consórcios para melhoria das estradas – entre os municípios.

- Organizar espaços para discussão e busca de soluções para a questão da logística de transporte, visando a melhoria da logística de transporte até as centrais (PNAE e PAA).

Prioridade: 01

Proposta: Fortalecimento do agricultor familiar camponês, possibilitando a permanência no campo com autonomia.

Meta 01: Promoção de capacitações sobre cooperativismo, comercialização, produção leiteira e outras atividades de interesse estratégico para os agricultores familiares camponeses.

Ação 01: Promover capacitação sobre o cooperativismo para agricultores familiares camponeses.

Objetivo: Incentivar a organização dos agricultores familiares camponeses nas formas associativas, visando principalmente a melhoria na produção, agroindustrialização e comercialização.

Responsabilidade: Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER com apoio do ND e T, Condetec. Origem dos recursos: Rureco (Projeto de Dinamização Econômica); Custeio Território.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Cursos / Encontros	1	4	5
Meta Financeira	R\$ ¹	3.500,00	14.000,00	17.500,00

Ação 02: Promover seminários e cursos para capacitar os agricultores familiares camponeses sobre a comercialização.

Objetivo: Desenvolver as formas associativas (associações e cooperativas) como estratégia para produção e comercialização com maior eficiência dos produtos e alimentos da agricultura familiar camponesa do Território. Bem como promover a capacitação de técnicos e agricultores visando melhoria e maior conhecimento sobre os programas de compra institucional (PAA e PNAE) e outros.

Responsabilidade: Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER com apoio do ND e T, Condetec. Origem dos recursos: Rureco (Projeto de Dinamização Econômica); Custeio Território.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Seminários / Cursos	1	3	3
Meta Financeira	R\$	3.500,00	10.500,00	10.500,00

Ação 03: Promover e organizar seminários e cursos sobre a produção leiteira, principalmente voltada para a melhoria na produção de leite.

Objetivo: Fortalecer e aperfeiçoar a produção leiteira no conjunto dos municípios do território, considerando matriz tecnológica de produção, qualidade na produção e organização para comercialização e transformação ou agroindustrialização.

Responsabilidade: Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER com apoio do ND e T, Condetec. Origem dos recursos: Custeio Território, Emater, MDA/SAF.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Seminários / Cursos		2	2
Meta Financeira	R\$		7.000,00	7.000,00

Ação 04: Organizar e promover cursos ou seminários de capacitação aos agricultores familiares camponeses sobre a questão da qualidade, padronização e apresentação dos produtos.

Objetivo: Proporcionar aos agricultores familiares camponeses envolvidos em processos de transformação oportunidade para aperfeiçoamento quanto à qualidade e apresentação dos seus produtos, visando atender as exigências de mercado e viabilizar a comercialização.

Responsabilidade: Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER com apoio do ND e T, Condetec. Origem dos recursos: Custeio Território, Emater, MDA/SAF.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Seminários / Cursos		2	2
Meta Financeira	R\$		7.000,00	7.000,00

Ação 05: Organizar intercâmbios entre unidades de comercialização, visitas a boas experiências em andamento para troca de experiências.

Objetivo: Conhecer e valorizar as boas experiências existentes no território e difundir as iniciativas para gerar referência.

Responsabilidade: Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER com apoio do ND e T, Condetec. Origem dos recursos: Custeio Território, Emater, MDA/SAF.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Intercâmbio		2	2
Meta Financeira	R\$		12.000,00	12.000,00

Prioridade: 02

Proposta: Fortalecimento da comercialização e da agroindustrialização dos produtos e alimentos da agricultura familiar camponesa.

Meta 02: Implementação do SECAFES.

Ação 01: Promover encontros de lideranças para discussão e implementação de um sistema (circuito) de comercialização para fortalecer a troca de informações e produtos dentro do estado e interestadual.

Objetivo: Promover a organização e a articulação entre as diversas iniciativas e áreas da produção (produção, transformação e mercado), possibilitando processos contínuos e sob a governabilidade dos agricultores. Sendo também um espaço para o planejamento de estratégias visando geração de escala produtiva e regularidade de oferta dos produtos.

Responsabilidade: Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER com apoio do ND e T, Condetec. Origem dos recursos: Rureco (Projeto de Dinamização Econômica); Custeio Território, projetos, convênios.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Eventos		2	2
Meta Financeira	R\$ ¹		7.000,00	7.000,00

Meta 03: Implementação da Base de Serviço de Comercialização, possibilitando a oferta de serviços aos empreendimentos da agricultura familiar camponesa do Território.

Ação 01: Organizar, implementar e auxiliar na sustentação da Base de Serviço de Comercialização Territorial.

Objetivo: Viabilizar a contratação ou manutenção de profissionais para acompanhar e dar apoio técnico à execução do plano de ação da cadeia dos alimentos processados; organizar um sistema de informação sobre a produção, sua localização, sobre o consumo de alimentos e produtos no território; ofertar acompanhamento especializado na área da gestão, de mercado, etc, para os empreendimentos da agricultura familiar camponesa.

Responsabilidade: Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER com apoio do ND e T, Condetec. Origem dos recursos: Rureco (Projeto de Dinamização Econômica); MDA/SDT, Custeio Território, projetos, convênios.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Profissionais	1	2	2
Meta Financeira	R\$	6.000,00	91.000,00	91.000,00

Resumo: Resumo das metas financeiras da política pública de Comercialização, considerando os valores/investimentos anuais.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Financeira	R\$	13.000,00	148.500,00	152.000,00

5.2.4. Metas, Ações e Responsabilidades: Novas Políticas

A proposição para as novas políticas apresentadas a seguir passou por um amplo debate e reflexões, conforme explicitado no capítulo 4, ainda que não esgotado, as metas propostas refletem a direção que o Território almeja para a agricultura familiar camponesa.

Além das metas e ações apresentadas na sequência, algumas orientações e ações complementares são fundamentais para que possam ser implementadas de forma mais eficiente e eficaz, a saber:

- Fortalecer a educação, principalmente o regime de alternância e educação no campo, para capacitar os agricultores familiares camponeses e os filhos destes, sem a necessidade de saírem do campo para ter acesso ao ensino;

- Contar com o apoio do Governo Federal, em todas as esferas e ministérios, para o desenvolvimento das ações propostas, trilhando o caminho para a construção conjunta para as questões relacionadas à agricultura familiar camponesa;

- Dar sequência ao processo de contratação de profissionais e do planejamento das atividades para os períodos subseqüentes aos previstos neste plano;

- Realizar as atividades de ambos os programas de forma conjunta: profissional técnico e agricultor familiar camponês, tanto para definição das culturas mais adequadas a cada estabelecimento, considerando a aptidão de cada família e o planejamento territorial; bem como para a adequação ambiental.

- Viabilizar a estrutura de armazéns, pontos de comercialização para estocagem e distribuição dos alimentos produzidos pelos estabelecimentos familiares camponeses, bem como estruturar a frota de veículos para o transporte, desde a origem ao consumidor final.

Considerando essas orientações, as metas e ações relacionadas às Novas Políticas estão contidas em três propostas que procuram englobar as necessidades latentes da agricultura familiar camponesa do Território.

Prioridade: 01

Proposta: Política de adequação e compensação ambiental.

Objetivo: Compensar os agricultores familiares camponeses que estiverem cumprindo as exigências legais quanto à reserva legal e à área de preservação permanente, pela conservação dos recursos naturais, principalmente a água e a flora. Reconhecer os benefícios ambientais e sociais decorrentes da adequação ambiental sem prejuízo produtivo aos estabelecimentos familiares camponeses.

Meta 01: Preparo de profissionais e desenvolvimento de um programa de adequação e compensação ambiental.

Ação 01: Capacitar profissionais de ciências agrárias do Território para operacionalizar o sistema SISLEG e implementar a nova política.

Objetivo: Preparar e constituir um grupo de profissionais de ciências agrárias, pertencentes a Rede Territorial de ATER, para implementação dessa política. Que será responsável para contribuir na qualificação técnica da proposta, elaboração do programa (exigências, normas, critérios,

adesão, etc) e, principalmente, pra executar as ações iniciais para a implementação da política.

Responsabilidade: Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio do ND e T, Condetec e Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA, MMA, Estado, IAP, Emater, Universidades, Tractebel, Eletrosul, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 ⁽¹⁾	Período 12/13 ⁽²⁾
Meta Física	Profissionais Capacitados		60	120
Meta Financeira	R\$		50.000,00	100.000,00

Nota: ⁽¹⁾ Aproximadamente três profissionais de cada município do Território, de instituições integrantes da Rede Territorial de ATER, considerando também o número de estabelecimentos familiares de cada município.

⁽²⁾ Aproximadamente seis profissionais de cada município (os capacitados no período anterior mais os novos profissionais – contratados a partir do programa territorial de ATER).

Ação 02: Desenvolver e implementar o Programa de Adequação e Compensação Ambiental.

Objetivo: Constituir uma equipe de trabalho multidisciplinar e representativa (instituições governamentais, não governamentais, universidades, etc) de aproximadamente 15 pessoas; para analisar, pesquisar, e desenvolver o 'Programa de Adequação e Compensação Ambiental', definindo os critérios para funcionamento da política, em consonância com a lei Ambiental. Entendido como programa não apenas um sistema operacional, mas todas as orientações, exigências, critérios, normas, enquadramentos, etc de funcionamento da política.

Responsabilidade: Coordenação da Rede Territorial de ATER e ND e T, com apoio dos profissionais capacitados, do Condetec e da Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA, MMA, Estado, IAP, Emater, Universidades, Tractebel, Eletrosul, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Encontros / Reuniões ⁽¹⁾	--	10	4
Meta Financeira	R\$	--	15.000,00	6.000,00

Nota: ⁽¹⁾ Período 11/12 inicialmente é previsto o aprofundamento da proposta (estudo, pesquisa) e na sequência o desenvolvimento, a implantação. Para o período seguinte, a manutenção e atualização.

Descrição	Unidade de	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
-----------	------------	---------------	---------------	---------------

	medida			
Meta Física	Profissional ⁽¹⁾	--	1	1
Meta Financeira	R\$	--	84.500,00	84.500,00

Nota: ⁽¹⁾ Contratação de um profissional para as atividades técnicas do grupo, assessoria qualificada. Prevendo-se também a liberação de um profissional do sistema público para função semelhante junto ao grupo. Os recursos referem-se à contratação do profissional.

Ação 03: Realizar o georeferenciamento dos estabelecimentos familiares, inicialmente dos estabelecimentos de até 20 hectares, equivalente a um módulo fiscal.

Objetivo: Possibilitar aos agricultores familiares dos estabelecimentos de até 20 hectares a adequação das suas áreas às exigências legais. Sendo esse o público primeiro a ser atendido pela política de adequação e compensação ambiental, uma vez que, representam uma parcela significativa dos estabelecimentos do território, e são os menos estruturados; conseqüentemente, os que mais sentirão as sanções e limitações decorrentes da lei ambiental.

Responsabilidade: Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio do ND e T, Condetec e Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA, MMA, Estado, IAP, Emater, Universidades, Tractebel, Eletrosul, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12 ⁽¹⁾	Período 12/13 ⁽¹⁾
Meta Física	Georeferenciamento – Estab. Familiares		817	1634
Meta Financeira	R\$ ⁽²⁾		367.582,50	735.165,00

Nota: ⁽¹⁾ Procurando atender os estabelecimentos de até 20 hectares – que no território somam 16.337, Censo Agropecuário 2006 – dispostos a se integrar à política, de forma gradativa evolutiva ao longo dos anos, avançando inclusive para além do planejado neste PST; iniciando com 5% no período de 11/12, mais 10% no período 12/13 e continuando nos períodos seguintes.

⁽²⁾ Valores para custeio das atividades de campo e escritório da atividade de georeferenciar os estabelecimentos familiares.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	GPS ⁽¹⁾		20	20
Meta Financeira	R\$		500.000,00	500.000,00

Nota: ⁽¹⁾ Aquisição de equipamentos GPS (geodésico) para uso dos profissionais de ATER – integrantes da Rede Territorial de ATER, realizarem o georeferenciamento, em parceria com as universidades (para elaboração dos mapas, etc).

Meta 02: Atendimento de 25% dos estabelecimentos de agricultores familiares camponeses, até o período de 12/13, com a política de adequação e compensação ambiental.

Ação 01: Remunerar os agricultores familiares camponeses que aderiram ao Programa de Adequação e Compensação Ambiental.

Objetivo: Assegurar aos agricultores familiares camponeses que aderiram ao Programa de Adequação e Compensação Ambiental, atendidas todas as exigências e seguidos todos os critérios, a remuneração em forma de compensação financeira pela conservação da flora e da contribuição para a conservação das águas (nascentes, rios, lagos, etc).

Responsabilidade: Equipe do programa, Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio do ND e T, Condetec e Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA, MMA, Estado, Tractebel, Eletrosul, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Hectares I ⁽¹⁾	--	37.237	37.237
	Hectares II ⁽²⁾	--	--	55.855
Meta Financeira	R\$ ⁽³⁾		1.396.374,00	3.490.935,00

Notas: ⁽¹⁾ Considerando inicialmente os 5% que foram beneficiados com o georeferenciamento e aderiram ao programa mais 5% que porventura vierem a fazer o georeferenciamento e a adequação com recursos próprios.

⁽²⁾ Considerando os 10% que foram beneficiados com o georeferenciamento e aderiram ao programa mais 5% que porventura vierem a fazer o georeferenciamento e a adequação com recursos próprios.

⁽³⁾ Considerando como base de cálculo a área dos estabelecimentos que aderiram ao programa, remunerando por hectare (base a lavoura de milho) até 80% da área total.

Meta 03: Compensação ambiental para as famílias das Terras Indígenas.

Ação 01: Remunerar as famílias indígenas residentes nas Terras Indígenas do Território mediante adesão ao Programa de Adequação e Compensação Ambiental.

Objetivo: Assegurar a remuneração às famílias indígenas que se comprometerem e aderirem ao Programa de Adequação e Compensação Ambiental, visando promover a conservação e recuperação das áreas de floresta nas TI, e reduzir o grau de pobreza entre as famílias indígenas.

Responsabilidade: Equipe do programa, Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio do ND e T, Condetec e Câmara Setorial da Agricultura. Previsão

de origem dos recursos: MDA, MMA, Estado, FUNAI, Tractebel, Eletrosul, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Famílias Indígenas		837	837
Meta Financeira	R\$ ⁽¹⁾		470.812,50	470.812,00

Notas: ⁽¹⁾ Valor correspondente à remuneração pela conservação de 15 hectares por família, tendo como base de cálculo o rendimento da lavoura de milho.

Prioridade 02

Proposta: Política de produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, para os agricultores familiares camponeses.

Objetivo: Organizar, viabilizar e garantir a produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar com produção orgânica/agroecológica, aquisição e distribuição desses alimentos, assim como, garantir a remuneração mínima dos agricultores familiares camponeses.

Meta 04: Garantia da produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, em sistema orgânico/agroecológico com garantia de aquisição da produção até o máximo de meio salário mínimo mensal por estabelecimento da agricultura familiar camponesa.

Ação 01: Organizar e manter uma equipe de profissionais que atuam em ATER a partir das instituições integradas a Rede Territorial de ATER, para o estudo e planejamento da produção na perspectiva da soberania alimentar.

Objetivo: Constituir uma equipe de trabalho multidisciplinar e representativa (instituições governamentais, não governamentais, universidades, etc) de aproximadamente 15 pessoas; para analisar, pesquisar, e desenvolver o 'Programa de Produção de Alimentos', definindo as orientações, estratégias, os critérios, as normas para funcionamento da política, considerando e envolvendo os já existentes (PAA, PNAE). Assim como, realizar o planejamento de produção para os agricultores interessados na política, definindo as culturas e tipos de alimentos a

serem produzidos, considerando as especificidades e aptidões de cada microrregião.

Responsabilidade: Coordenação da Rede Territorial de ATER e ND e T, com apoio dos profissionais capacitados, do Condetec e da Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA, Estado, Emater, Universidades, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Encontros / Reuniões ⁽¹⁾	--	10	4
Meta Financeira	R\$		15.000,00	6.000,00

Nota: ⁽¹⁾ Período 11/12 inicialmente é previsto o aprofundamento da proposta (estudo, pesquisa) e na sequência o desenvolvimento, a implantação. Para o período seguinte, a manutenção e atualização.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Profissional ⁽¹⁾	--	1	1
Meta Financeira	R\$		84.500,00	84.500,00

Nota: ⁽¹⁾ Contratação de um profissional para as atividades técnicas do grupo, assessoria qualificada. Prevendo-se também a liberação de um profissional do sistema público para função semelhante junto ao grupo. Os recursos referem-se à contratação do profissional.

Ação 02: Disponibilizar recursos e operacionalizar os pagamentos aos agricultores familiares camponeses, pela produção dos alimentos, até o máximo de meio salário mínimo mensal por estabelecimento familiar camponês que tenha aderido ao programa.

Objetivo: Promover a produção de alimentos orgânicos/agroecológicos e garantir a comercialização possibilitando aos agricultores familiares camponeses uma renda mínima mensal de meio salário mínimo por estabelecimento. Além de, organizar a produção e circulação de mercadorias considerando a qualidade do alimento e garantindo a soberania alimentar do Território.

Responsabilidade: Equipe do programa, Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio do ND e T, Condetec e Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA, MDS, Estado, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Estab. Familiares	--	1059	2754

	(1)			
Meta Financeira	R\$	--	3.463.584,00	9.005.318,00

Notas: ⁽¹⁾ Número de estabelecimentos integrados ao programa 5% dos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa no período de 12/13, priorizando o atendimento a estabelecimentos de áreas menores.

⁽²⁾ Mais 8% no período 12/13, aumentando gradativamente nos períodos seguintes até atingir 100% dos agricultores familiares camponeses.

Meta 05: Viabilização da aquisição, transporte e distribuição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa.

Ação 01: Viabilizar uma equipe permanente de profissionais responsáveis pela gestão, aquisição, armazenagem e distribuição/comercialização dos alimentos adquiridos a partir da política.

Objetivo: Consolidar as ações do programa, fortalecendo os programas já existentes (PAA, PNAE) através da gestão eficiente e eficaz de um dos maiores gargalos: a distribuição/comercialização dos produtos dos agricultores familiares camponeses. Esses profissionais deverão atuar em consonância com as equipes deste e dos demais programas.

Responsabilidade: Equipe do programa, Coordenação da Rede Territorial de ATER, com apoio do ND e T, Condetec e Câmara Setorial da Agricultura. Previsão de origem dos recursos: MDA, MDS, Estado, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Profissionais ⁽¹⁾		20	20
Meta Financeira	R\$		1.690.000,00	1.690.000,00

Notas: ⁽¹⁾ Contratação de profissionais com a função específica voltada ao gerenciamento da atividade, sugerindo o mínimo de dois profissionais por município participante do Território Cantuquiriguaçu, sendo um contratado com os recursos previstos e o outro liberado pelas instituições públicas das diferentes esferas com atuação nesse ramo, ou disponibilizados para tal.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Combustível, Material Expediente		1	1
Meta Financeira	R\$ ⁽¹⁾		676.000,00	676.000,00

Notas: ⁽¹⁾ Recurso destinado para o custeio das atividades dos profissionais dessa equipe (combustível, material de expediente, alimentação fora da instituição, etc).

Prioridade 3

Proposta 03: Valorização e melhoria na educação, formação e capacitação voltada à agricultura familiar camponesa territorial.

Meta 06: Fortalecimento das potencialidades locais/regionais a partir da produção de conhecimento científico.

Ação: Apoiar, incentivar e referendar estudos, pesquisas e experimentos considerando a vocação regional e desenvolvendo sistemas produtivos sustentáveis.

Objetivo: Direcionar a produção do conhecimento e da pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias para agricultura agroecológica, adaptadas as condições territoriais, bem como promover a formação e capacitação técnico-científica.

Responsabilidade: Condetec, com apoio do ND e T, e Câmara Setorial da Agricultura, Rede Territorial de ATER. Previsão de origem dos recursos: MDA, MEC, Estado, Embrapa, IAPAR, Universidades, etc.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Estudos, Pesquisas, Experimentos ⁽¹⁾		10	15
Meta Financeira	R\$		1.000.000,00	1.500.000,00

Notas: ⁽¹⁾ Estudo, pesquisa, experimentos, etc aprovados mediante apresentação de projetos, por pessoas e/ou instituições do território ou com atuação no território.

Resumo: Resumo das metas financeiras das novas políticas, considerando os valores/investimentos totais para o período.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Financeira	R\$	--	9.813.353,00	18.349.230,00

5.3. Gestão do Plano Safra Territorial Cantuquiriguaçu

A gestão durante o processo de elaboração/qualificação do PST foi realizada a partir do Núcleo Dirigente – ND. Para a gestão pós elaboração do Plano Safra Territorial Cantuquiriguaçu será realizada por uma Grupo de Gestão composto por:

Nome	Entidade	Atribuições na Gestão do PST
	Núcleo Diretivo	Coordenador
	Coordenador da Câmara de Agricultura	Acompanhamento de todas as ações

	Emater	Acompanhamento principalmente das ações ligadas a ATER.
	CFR	Acompanhamento principalmente das ações ligadas a ATER e a Comercialização.
	MPA	Acompanhamento principalmente das ações ligadas a ATER e a Comercialização.
	Cresol	Acompanhamento principalmente das ações ligadas ao Crédito
	Assessoria contratada Rureco	Assessorar o processo de gestão do plano safra territorial.

O Grupo de Gestão terá a atribuição de, junto com o Núcleo Dirigente e o Condetec viabilizar e organizar as negociações e concertações necessárias para a realização das ações contidas no PST, em todos os níveis: territorial, estadual e federal.

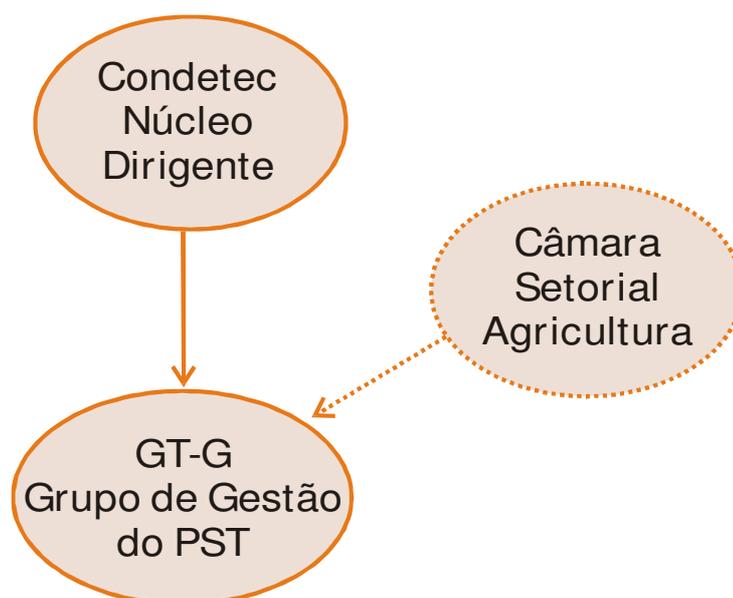
No nível territorial haverá necessidade das negociações e tomadas de decisão sobre os modelos produtivos a partir das diretrizes do PTDRS e das Novas Políticas, visando a concertação com os planos municipais de desenvolvimento rural. Sendo inclusive um estímulo e apoio ao fortalecimento dos conselhos municipais, bem como do colegiado. Bem como, buscar parcerias com as instituições, públicas e privadas do território.

No nível estadual observar e direcionar a necessidade de negociação e concertação com a Matriz das Comissões de Ações Estaduais (CAE), envolvendo e sensibilizando os conselhos estaduais de desenvolvimento rural, bem como do governo estadual e suas autarquias.

Em nível federal, além da matriz das ações ofertadas pelos ministérios, será necessária a apresentação das propostas, metas e projetos, contidos no PST, para outros ministérios, quando necessário.

Enquanto agenda de reuniões da comissão, estas serão periódicas, a cada dois meses, para acompanhamento, avaliação e replanejamento e uma anual para apresentar o andamento da gestão ao Condetec.

Figura III – Sistema de Gestão do Plano Safra Territorial Cantuquiriguaçu



A seguir, a matriz de acompanhamento e avaliação inicial do PST que deverá ser completada e mudada de acordo com as necessidades observadas pelo Grupo de Gestão no decorrer do processo:

Metas	O que avaliar?	Limites	Avanços	Propostas
M.01.A - Promover um encontro com as entidades de ATER para compreensão de REDE de governança de ATER definindo os princípios e formatos da Rede Territorial.				
M.02.A - Estruturação das instituições do Território que trabalham com ATER, comprometidas com a Rede Territorial de ATER.				
M.03.A - Estruturação do corpo técnico das instituições de ATER integradas à Rede Territorial de ATER, para execução das atividades.				
M.01.C - Renegociação de 100% das dívidas de PRONAF (Custeio e Investimento) anteriores a 2007; cessando os juros permanecendo o capital para pagamento.				
M.02.C - Incentivo e fortalecimento para a consolidação e recapitalização dos estabelecimentos familiares camponeses a partir de investimentos sistêmicos.				
M.03.C - Habitação para 8.000 famílias de agricultores familiares camponeses do Território Cantuquiriguaçu.				

M.01.Co - Promoção de capacitações sobre cooperativismo, comercialização, produção leiteira e outras atividades de interesse estratégico para os agricultores familiares camponeses.				
M.02.Co - Implementação do SECAFES.				
M.03.Co - Implementação da Base de Serviço de Comercialização, possibilitando a oferta de serviços aos empreendimentos da agricultura familiar camponesa do Território.				
M.01.NP - Preparo de profissionais e desenvolvimento de um programa de adequação e compensação ambiental.				
M.02.NP - Atendimento de 25% dos estabelecimentos de agricultores familiares camponeses, até o período de 12/13, com a política de adequação e compensação ambiental.				
M.03.NP - Compensação ambiental para as famílias das Terras Indígenas.				
M.04.NP - Garantia da produção de alimentos na perspectiva da soberania alimentar, em sistema orgânico/agroecológico com garantia de aquisição da produção até o máximo de meio salário mínimo mensal por estabelecimento da agricultura familiar camponesa.				
M.05.NP - Viabilização da aquisição, transporte e distribuição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa.				
M.06.NP - Fortalecimento das potencialidades locais/regionais a partir da produção de conhecimento científico.				

Para que a gestão do PST seja possível será necessário destinar recursos para custeio das atividades e pagamento de assessoria.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Reuniões ⁽¹⁾	1	7	7
Meta Financeira	R\$	450,00	7.200,00	7.200,00

Nota: ⁽¹⁾ Considerando as reuniões bimestrais da comissão e uma reunião com o Condetec, para cada período.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
Meta Física	Assessor ⁽¹⁾	1	1	1
Meta Financeira	R\$		7.020,00	10.800,00

Nota: ⁽¹⁾ Para o período 11/12 há recurso para a assessoria junto ao projeto de Dinamização Econômica executado pela Rureco. Para o período seguinte será preciso prever esse recurso de junto a outras fontes.

5.4. Resumo Total de Recursos

O quadro a seguir apresenta o resumo dos investimentos necessários por período e por eixo de política ou programa.

Descrição	Unidade de medida	Período 10/11	Período 11/12	Período 12/13
ATER - Meta Financeira Total	R\$	44.650,00	7.650.100,00	6.278.980,00
Crédito - Meta Financeira Total	R\$	60.904.000,00	317.700.000,00	635.550.000,00
Comercialização - Meta Financeira Total	R\$	13.000,00	148.500,00	152.000,00
Novas Políticas - Meta Financeira Total	R\$	--	9.813.353,00	18.349.230,90
Gestão do PST	R\$	450,00	14.220,00	18.000,00
Soma	R\$	60.961.650,00	335.311.953,00	660.330.210,90

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENTES de Dinamização Econômica – ADE: Alvorí Cristo dos Santos. **Relatório 6**. Santa Helena, fevereiro de 2010.

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Estratégia para o Desenvolvimento II**, Laranjeiras do Sul, 2009.

GUIA do Plano Safra Territorial. **Orientações para qualificação do plano territorial de desenvolvimento sustentável**. Brasília, outubro de 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**, <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acessado entre fevereiro e julho de 2010.

IBGE. **Cidades**, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>, acessado entre fevereiro e julho de 2010.

IPARDES. **Cadernos** municipais, <http://www.ipardes.gov.br/>, acessado entre fevereiro e julho de 2010.

Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Secretaria da Agricultura Familiar**, <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2390358>, acessado entre janeiro e julho de 2010.

PROGRAMA de Inclusão Social. **Relatório do Processo de Avaliação do Programa de Inclusão Social**. Setembro, 2007.

REDE de Agricultores Gestores de Referências. **Caminhos seguidos pela agricultura familiar nas agriculturas da região Centro do estado do Paraná**. Fórum Sindical Centro PR/DESER, Dezembro de 2006.

TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

EXECUÇÃO



APOIO



Secretária de
Desenvolvimento Territorial

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

